



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**



**TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA**

**DA CONSTITUIÇÃO A CONSOLIDAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO E A  
(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA  
EM LAGARTO (SE)**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
São Cristóvão - SE  
2019

**TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA**

**DA CONSTITUIÇÃO A CONSOLIDAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO E A  
(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA  
EM LAGARTO (SE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

**Linha de Pesquisa:** Produção do Espaço Agrário

**Orientador:** Prof. Dr. José Eloízio da Costa

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48c Oliveira, Tamires Aparecida Batista de  
Da constituição a consolidação: a organização e a (re)produção do espaço do assentamento Che Guevara em Lagarto (SE) / Tamires Aparecida Batista de Oliveira; orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão, SE, 2019.  
121 f.: il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia humana. 2. Assentamentos humanos. 3. Reforma agrária. 4. Socialismo. 5. Lagarto (SE). I. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). II. Costa, José Eloízio da, orient. III. Título.

CDU: 911.3:332.2.021.8(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado

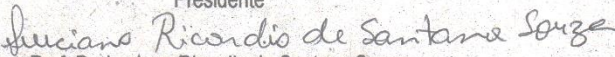
em Geografia de Tamires Aparecida Batista de Oliveira.

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se na sala Professor José Aloísio de Campos, localizada na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de Tamires Aparecida Batista de Oliveira, intitulada: "Da Constituição a Consolidação: A Organização e a (Re)Produção do Espaço no Assentamento Che Guevara em Lagarto/SE". A defesa foi presidida pelo Professor Doutor José Eloízio da Costa, na qualidade de orientador, abriu a sessão pública e passou a palavra para a mestranda proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, a palavra foi passada para o primeiro examinador Professor Doutor Luciano Ricardo de Santana Souza, que discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Ato contínuo a segunda examinadora, a Professora Doutora Marleide Maria Santos Sergio, discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Na sequência, o orientador teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que rege a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

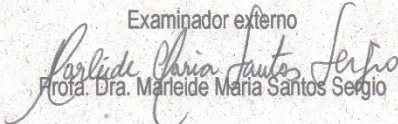
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 04 de Fevereiro de 2019

  
Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Presidente

  
Prof. Dr. Luciano Ricardo de Santana Souza

Examinador externo

  
Prof. Dra. Marleide Maria Santos Sergio

Examinadora interna

  
Tamires Aparecida Batista de Oliveira

-Mestranda-

Dedico esse trabalho aos trabalhadores rurais sem terra, sujeitos desbravadores de novos caminhos que, com a força da união, a fé e a esperança, continuam rompendo barreiras do capitalismo para tornarem-se trabalhadores da terra, porém participantes da criação de uma nova sociedade. Às inúmeras famílias de trabalhadores rurais assentados, em especial ao assentamento Che Guevara, que assim como outros assentamentos e famílias, lutam, tão dignamente, para retirar da terra os meios de sua sobrevivência.



## AGRADECIMENTOS

Finalmente encerra-se um importante passo em minha jornada. Agora as dificuldades serão outras e as responsabilidades cada vez maiores, mas neste momento, ao invés de especular sobre o que está por vir, quero parar um instante e agradecer a todos aqueles que tornaram essa caminhada possível.

Sem dúvida, esta conquista é resultado de todo o esforço empreendido por anos por meio dos quais, Deus me ensinou que “É melhor ter companhia do que estar sozinho, porque maior é a recompensa do trabalho de duas pessoas. Se um cair, o amigo pode ajudá-lo a levantar-se. Mas pobre do homem que cai e não tem quem o ajude a levantar-se! E se dois dormirem juntos, vão manter-se aquecidos. Como, porém, manter-se aquecido sozinho? Um homem sozinho pode ser vencido, mas dois conseguem defender-se. Um cordão de três dobras não se rompe com facilidade” (Eclesiastes 4:9-12).

Em todos os momentos de nossa vida devemos agradecer os obstáculos ultrapassados, as vitórias alcançadas e a vida que Deus nos concedeu.

Nesse momento aproveito a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que me ajudaram e me apoiaram de alguma forma desde o processo seletivo para entrar no Mestrado até a execução e finalização desta Pesquisa.

Agradeço a mim mesma, por acreditar que conseguiria vencer os obstáculos e que minhas melhores vitórias, foram aquelas em que eu precisei superar-me. Mas também por ter vivido fases difíceis, que foram matérias-primas de aprendizado.

A presente Dissertação de Mestrado não poderia chegar em um bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas.

Agradeço à minha família que me apoiou durante todos os momentos. À minha mãe, **Ivone Batista de Oliveira**, por me educar da melhor forma possível, ensinando-me grandes valores, e também por me dar as bases necessárias para perseguir os meus sonhos. À minha irmã, **Taize Batista de Oliveira**, pela amizade singular e pelo apoio incondicional. Ao meu cunhado **Hélio Lira Júnior** e aos meus sobrinhos **Ada Vallentina** e **Sávio Lourenço** pelo incentivo e apoio incondicional. A todos vocês, obrigada pelo suporte em todas as minhas escolhas e decisões.

Em especial, agradeço ao meu amigo **Kleber Firpo Prado Valença** por está comigo desde os primórdios dessa caminhada, vivenciado comigo o curso e passo a passo todos os detalhes deste trabalho. Obrigada, por ter me dado todo o apoio que eu necessitava durante a

pesquisa de campo e por estar comigo nos momentos difíceis. Obrigada, por todo carinho, alegria, companheirismo e cumplicidade.

Agradeço as queridas **Edilsa Oliveira** e **Sheylla Patrícia** que me ajudaram durante os períodos de processo de seleção, me incentivando e apoiando. Vocês são maravilhosas!

Agradeço ao meu orientador, **Prof. Dr. José Eloízio da Costa** por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e em todos aqueles que realizei durante o Mestrado. Que, por meio das críticas, questionamentos e sugestões, me ajudou a trilhar o caminho da presente pesquisa, cobrando quando necessário e dando suporte nas horas precisas. Com seu empenho, competência, ética, dedicação e respeito à individualidade de minhas ideias, demonstrando a importância de uma boa orientação. Minha eterna admiração!

Agradeço a **Banca Examinadora de Qualificação** pelas contribuições e observações por escrito realizadas durante o exame.

A todos os professores do **Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo**, pela dedicação, competência, apoio e todo conhecimento compartilhado, durante as aulas cheias de conteúdo e informação, que fizeram dos meus dias, os mais proveitosos e agradáveis durante esses dois anos de estudo. Aos professores: **Dra. Christiane Senhorinha, Dr. José Eloízio, Dra. Josefa Eliane, Dra. Márcia Eliane, Dra. Maria Augusta Vargas, Dra. Marleide Sérgio, Dr. Nelson Fernandes**, e tantos outros...

Agradeço também a professora **Dra. Lilian de Lins Wanderley**, que me recebeu muito bem para a realização do Tirocínio Docente.

“Cada pessoa que passa na nossa vida, passa sozinha, porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada pessoa que passa pela nossa vida passa sozinha, não nos deixa só, porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.” (Charles Chaplin).

Agradeço aos meus **colegas de turma/disciplinas**, em especial a minha amiga **Jucileide Sobreira**, que se tornou minha amiga confidente e parceira. Obrigada, pelas constantes demonstrações de afeto, pelas palavras de sabedoria, pela ternura, pelo apoio e todas as reflexões acadêmicas até hoje e por todo o suporte sempre que necessário. A **Adriana Lisboa** pela receptividade e autenticidade, e por sempre está disposta a me ajudar. Obrigada por nunca me negar ajuda!

A **Luciana Chagas** e seu esposo **Julio Batista** pela troca de experiência, incentivo, apoio, convivência e amizade. Vocês são pessoas de luz! “Que sejamos capazes de descobrir o

significado das pessoas e não a utilidade. A utilidade é efêmera; o significado é eterno.” A vocês, muito obrigada por tudo!

Aos outros, com igual carinho, respeito e admiração, **José Carlos, Givaldo Santos, Sheyla Farias, Tereza Simone** e todos os demais.

Agradeço também aos colegas do **Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU)**, pelas leituras em conjunto e em especial a **Luciano Ricardio** pelas discussões e diálogos, cujo apoio foi de fundamental importância para a elaboração do presente trabalho e de tantos outros, e das minhas reflexões. Quando eu me encontrava desanimada achando que nada daria certo, bastavam poucos minutos de conversa e poucas palavras de incentivo e lá estava eu, toda animada novamente. Obrigado por acreditar em mim e pelos tantos elogios e incentivos.

A todos os **funcionários e ex-funcionários do PPGEIO**, em especial a Coordenadora **Profa. Dra. Sonia Menezes, Matheus e Jobson** pela disponibilidade, simpatia e gentileza, que sempre se esforçaram para nos ajudar.

Agradeço em especial ao **MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)** e as **famílias** do assentamento Che Guevara, não só porque viabilizaram a presente pesquisa e compartilharam suas histórias, mas por ter me proporcionado uma rica experiência. Obrigada pela disposição em conceder algumas horas do seu tempo para conversar e responder o questionário, propiciando-nos entender um pouco da realidade do assentamento; e aos companheiros **Flamarion Déda, Gleilda Ribeiro (Nem) e Damião** por todo suporte no decorrer da pesquisa de campo. “Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.” (Ernesto Che Guevara).

Agradeço à **FAPITEC (Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe)** pela concessão da bolsa de Mestrado no qual me permitiu dedicação exclusiva para efetivação desta pesquisa. Sem esse suporte financeiro, seria mais difícil.

Neste mundo multifacetado, onde o conhecimento é o único bem que não pode ser roubado, sinto-me feliz pelas necessidades que passei! E eternamente grata aos Mestres que encontrei! Porque é da necessidade que surge à vontade e o desejo de crescer, de fazer diferente e vencer! Nesta etapa de minha vida vivo um momento de transição! Vencendo mais uma etapa da minha vida, vou chegando, vou ganhando espaço, vou fazendo a minha corrida...

Há pessoas que transformam o sol numa simples mancha amarela, mas há também aquelas que fazem de uma simples mancha amarela o próprio sol. (Picasso).

A todos, obrigada!



*E ninguém foge da luta  
Mostrando o que a gente é  
Enfrentando a força bruta  
Remando contra a maré.  
Somos como o mar revolto  
Que arrasta o pecador  
Somos este movimento  
Por fora e por dentro  
Vermelho na cor  
Que se faz com a bravura  
A força e a ternura  
Do trabalhador.  
Cada um vai encontrando a razão de ser  
Homem, mulher, menino e menina lutando e cantando.  
Assim se faz a história aprendendo a fazer.*

(Ademar Bogo)

## RESUMO

A internalização da reforma agrária como pauta de diferentes movimentos sociais é considerada um marco histórico no processo de transformações no meio agrário brasileiro. A composição dos assentamentos rurais integra um conjunto de transformações socioeconômicas, que consolidaram a formação destas novas unidades de produção rural, que refletem a luta pela democratização do acesso à terra nas últimas décadas. Os resultados das políticas que visavam a ampliação da reforma agrária repercutiram na manutenção e consolidação dos assentamentos rurais. Ao realizarmos um panorama histórico acerca das primeiras pautas do movimento MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o seu posicionamento na última década, é evidente a necessidade de discutir a efetividade dos atuais mecanismos de constituição dos assentamentos rurais face às contradições existentes. É notório que a questão dos assentamentos possui diferentes faces de acordo com a vivência do agricultor e as etapas que se sucedem no cotidiano do seu lote. Deste modo, considerando estas discussões, este trabalho teve por objetivo compreender as dinâmicas socioespaciais do Assentamento Che Guevara, localizado no município de Lagarto (SE). Focalizamos nosso debate na constituição e na consolidação de áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, sob o lastro da produção e reprodução do espaço, bem como do cotidiano e vivência das famílias assentadas. Para essa abordagem, utilizou-se a pesquisa de campo como via principal para coleta de dados, que foram analisados sob a perspectiva do método dialético como construtor de uma interpretação do real que vai além de uma representação caótica do todo, típico das vivências cotidianas. Logo o método dialético pode auxiliar neste processo. Por meio do roteiro de entrevistas e aplicação de questionários e coleta de dados secundárias (IBGE, INCRA, entre outros), buscou-se realizar uma análise da trajetória social e a dinâmica do espaço agrário dos produtores que integram o assentamento. Verificou-se uma complexidade no assentamento, e observando elementos ligados a monetarização da vida social desta unidade, que foram irremediavelmente inseridas na estrutura capitalista, onde autoconsumo e comercialização integram essa dinâmica. Dessa forma, este trabalho acentua a importância em conhecer o processo de luta pela terra do assentamento Che Guevara, materializado com a constituição, até sua consolidação enquanto organização, produção e de sua reprodução na qual certamente poderemos extrair suas particularidades em termos da sociabilidade.

**Palavras-Chaves:** Assentamento rural. Espaço. Luta pela terra. Movimento social.

## ABSTRACT

The internalization of agrarian reform as a guideline of different social movements is considered a historical milestone in the process of transformation in the Brazilian agrarian environment. The composition of rural settlements integrates a series of socioeconomic transformations, which have consolidated the formation of these new rural production units, which reflect the struggle for democratization of access to land in recent decades. The results of policies aimed at expanding agrarian reform had repercussions on the maintenance and consolidation of rural settlements. When we make a historical overview about the first principles of the MST movement and its position in the last decade, it is evident the need to discuss the effectiveness of the current mechanisms of constitution of the rural settlements in the face of the contradictions. It is notorious that the question of settlements has different faces according to the experience of the farmer and the steps that follow each other in the daily life of his lot. Considering these discussions, this work aimed to understand the socio-spatial dynamics of the Che Guevara settlement, located in the municipality of Lagarto (SE). We focus our debate on the constitution and consolidation of areas of rural settlements of agrarian reform, under the influence of the production and reproduction of the space, as well as the daily life and living of settled families. For this approach, field research was used as the main way for data collection, which were analyzed from the perspective of the dialectical method as a constructor of an interpretation of the real that goes beyond a chaotic representation of the whole, typical of everyday experiences. Therefore the dialectical method can help in this process. By means of a script of interviews and application of questionnaires and secondary data collection (IBGE, INCRA, among others), an attempt was made to analyze the social trajectory and the agrarian space dynamics of the producers that make up the settlement. There was a complexity in the settlement, and observing elements linked to the monetarization of the social life of this unit, which were hopelessly inserted in the capitalist structure, where self-consumption and commercialization integrate this dynamic. In this way, this work emphasizes the importance of knowing the process of struggle for the land of the settlement Che Guevara, materialized with the constitution, until its consolidation as organization, production and its reproduction in which we can certainly extract its peculiarities in terms of sociability.

**Key-words:** Rural settlement. Space. Fight for land. Social movement.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Localização do assentamento Che Guevara .....	26
<b>Figura 2</b> – Localização da agrovila e o lote coletivo do Assentamento Che Guevara .....	27
<b>Figura 3</b> - Mapa de localização do município de Lagarto/SE .....	28
<b>Figura 4</b> - Entrada do assentamento Che Guevara/Lagarto-Se .....	69
<b>Figura 5</b> - Ocupação na antiga Fazenda de Dr. João/Lagarto-Se .....	70
<b>Figura 6</b> - Residência do assentamento Che Guevara .....	76
<b>Figura 7</b> - Fábricas desativadas e criatório animal .....	80
<b>Figura 8</b> - Produção vegetal.....	81
<b>Figura 9</b> - Produção animal .....	82
<b>Figura 10</b> - Irrigação e Reservatórios de água.....	84
<b>Figura 11</b> - Armazenamento de silo e pastagem .....	85
<b>Figura 12</b> - Centro Social Che Guevara .....	86
<b>Figura 13:</b> Templos religiosos.....	87
<b>Figura 14</b> - Tarefas existentes no assentamento .....	89

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Tempo de residência no assentamento .....	73
<b>Tabela 2</b> - Produção animal e vegetal.....	79

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Cidade de origem das famílias assentadas .....	73
<b>Gráfico 2</b> - Origem de convivência .....	74
<b>Gráfico 3</b> - Faixa etária dos participantes da pesquisa .....	75
<b>Gráfico 4</b> - Dados sobre a moradia predominante no Assentamento .....	75
<b>Gráfico 5</b> - Os Assentados e suas práticas e técnicas .....	77
<b>Gráfico 6</b> - Atividades existente no lote .....	78
<b>Gráfico 7</b> - Renda total da família .....	83
<b>Gráfico 8</b> - Motivação pelo qual estar hoje na terra .....	90
<b>Gráfico 9</b> - Formação do Território Camponês .....	91
<b>Gráfico 10</b> - Pessoas questionadas.....	92
<b>Gráfico 11</b> - Participação da mulher no lote .....	93



## LISTA DE SIGLAS

<b>CODEVASF</b>	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
<b>COOPAME</b>	Cooperativa Agrícola Mista de Estância Ltda.
<b>COOPERGRESTE</b>	Cooperativa Agropecuária Mista e de Colonização do Agreste Ltda.
<b>COOPERTREZE</b>	Cooperativa dos Agricultores Familiares dos Treze
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>FETASE</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MLC</b>	Movimento da Luta Camponesa
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>POLONORDESTE</b>	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
<b>PRHOCASE</b>	Promoção do Homem do Campo de Sergipe
<b>PROCANOR</b>	Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.
<b>PROCERA</b>	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
<b>PROTERRA</b>	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SEAD</b>	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
<b>SDT</b>	Secretária de Desenvolvimento Territorial
<b>SEPLAG</b>	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo de Sergipe.
<b>SRA</b>	Secretaria de Reordenamento Agrário
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>TDR</b>	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>iv</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>v</b>
<b>EPÍGRAFE.....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>ix</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>xi</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>xviii</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>xiv</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>

## CAPÍTULO 1

<b>1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E O CENÁRIO DA PESQUISA .....</b>	<b>22</b>
1.1 Abordagem teórico-metodológica aplicada ao estudo empírico proposto.....	22
1.2 Método de Investigação Geográfica .....	25
1.3 Área de estudo.....	26
1.4 Universo e amostra da pesquisa.....	27
1.5 Procedimentos Metodológicos.....	28

## CAPÍTULO 2

<b>2. ENTENDENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO.....</b>	<b>31</b>
2.1 Leitura do espaço geográfico através das Categorias Espaço e Território .....	31
2.2 Concepções do espaço geográfico .....	32
2.3 Conceituando Território.....	37
2.4 A construção do espaço agrário brasileiro .....	40
2.5 Movimentos sociais .....	44
2.6 Assentamento rural: um espaço em consolidação .....	47

## **CAPÍTULO 3**

<b>3. REFORMA AGRÁRIA, LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA DE</b>	
<b>ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE .....</b>	<b>54</b>
3.1 Estado, reforma agrária e Sergipe .....	54
3.2 Aspectos gerais da reforma agrária em Sergipe.....	57
3.3 Considerações da luta pela terra em Sergipe .....	60
3.4 A atuação do MST em Sergipe .....	62
3.5 A conquista de assentamentos rurais em Sergipe .....	64

## **CAPÍTULO 4**

<b>4. CONSOLIDAÇÃO, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO</b>	
<b>ASSENTAMENTO CHE GUEVARA.....</b>	<b>67</b>
4.1 Ocupação espacial do município de Lagarto (SE) .....	67
4.2 O processo de consolidação do Assentamento Che Guevara: do acampamento ao assentamento .....	69
4.3 Organização e dinâmica interna do assentamento Che Guevara .....	72
4.4 Articulação e relações internas e externas no Assentamento Che Guevara.....	77
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>104</b>
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE .....	105
Apêndice B – Roteiro do Questionário realizado no assentamento Che Guevara .....	106
Apêndice C – Roteiro de entrevista realizado no assentamento Che Guevara.....	110
<b>ANEXOS .....</b>	<b>112</b>
Anexo A – Processo de Desapropriação .....	113
Anexo B – Parecer Consubstanciado (Comité de Ética) .....	118

## INTRODUÇÃO

O presente estudo diz respeito à luta pela terra, bem como da organização, produção e reprodução do espaço no Assentamento Che Guevara, no município de Lagarto (SE).

A criação dos assentamentos rurais, a partir das desapropriações para fins de reforma agrária, tornou-se o marco central na organização do espaço agrário brasileiro no final do século XX. Esse processo gerou implicações e mudanças socioeconômicas compreendidas a partir das transformações técnicas advindas da modernização agrícola, das novas unidades de produção rural nos assentamentos, estruturadas na linha da agricultura familiar, na produção de alimentos e no emprego da força de trabalho familiar. Porém, o mais importante estaria na democratização do acesso a terra e o protagonismo produtivo desses trabalhadores.

Embora fosse vista como frágil e de pequenas conquistas, no meio rural, a terra tinha valor simbólico para os movimentos sociais e a principal pauta de luta, conhecida desde a década de 1960, a partir de processos sociais rurais, como o movimento das Ligas Camponesas. Todavia, havia uma carência quanto a processos sociais mais efetivos capazes de identificar como um movimento social mais concreto no campo em nível nacional, na medida em que esses movimentos tinham um caráter pontual, de frágil repercussão social. A partir de meados dos anos 1980, podem ser diagnosticadas uma série de mudanças quanto à postura dos movimentos de luta pela terra.

Dessa forma, o debate sobre a questão agrária encontrou-se ainda mais acirrado no Brasil, suscitando um desafio tanto para aqueles que estão diretamente ligados ao processo de luta pela terra, como também no aperfeiçoamento dos mecanismos de interlocução com o Estado. E a análise dessa questão deixava o tema cada vez mais complexo, uma vez que levava em consideração as inúmeras mudanças sofridas pela agricultura, onde modernização, formação de complexos agroindustriais, da questão agropecuária e principalmente do fomento (do Capital Financeiro, segundo DELGADO, 1985) integravam um novo processo de desenvolvimento econômico na agricultura. Ou seja, a luta pela democratização da terra era combinada com o contraditório processo de modernização da agricultura, de caráter setorial e regional.

O processo de luta pela terra, materializado através dos assentamentos, já definia a construção de uma narrativa ideológica face à organização em nível nacional, evidentemente, com suas particularidades, respeitando sistemas socioculturais também diferentes, e que rebatiam nos processos políticos da luta. São distintas as trajetórias sociais de cada assentamento e entender, desde seu nascedouro até a realidade dos nossos dias, é de

fundamental importância. Em suma, a questão dos assentamentos é uma realidade concreta e entender suas internalidades operam como mote fundamental de superar questões sociais importantes, como o esvaziamento demográfico rural, a questão da juventude e o empobrecimento de vastas populações rurais.

Diante desse quadro, a indagação da pesquisa delinea-se pela seguinte questão: Como as diferentes origens dos atores sociais ocupados pelos agricultores-assentados antes da luta pela terra ajudaram na materialização desses assentamentos e seus efeitos no cotidiano desses atores sociais?

Nesse sentido, a presente pesquisa visa compreender a dinamicidade espacial e analisar a trajetória social dos produtores familiares inseridos no espaço agrário, desvendando seus desdobramentos e as condições de permanência no Assentamento Che Guevara, no município de Lagarto (SE), rebatendo em sua organização, produção e reprodução do espaço rural.

Por outro lado, nos últimos anos, a agricultura familiar, com base nos assentamentos rurais, tem sido vista como novo processo social de inserção do Estado no campo, pela implantação de políticas públicas para esse segmento, destacando-se no fomento de sua integração ao mercado, da assistência técnica e extensão rural (ATES), caracterizado como política de monetarização da vida dos assentados da reforma agrária e do desenvolvimento de suas unidades de produção rural.

O presente estudo apresenta como suporte teórico-conceitual publicações de estudiosos como Delgado (1985), Gomes (1996), Kageyama (2008), Martins (1986, 1994, 1997, 2008), Mendes (2005), Oliveira (1986), Petrone (1984) Prado Jr. (1992), Santos e Silva (2001), Sen (2010) e Wanderley (2003), que têm se dedicado a analisar o espaço agrário e a questão da terra por meio da ocupação e organização do espaço, associadas à mobilização popular, e que se materializaram na formação dos assentamentos, além da vida cotidiana dos trabalhadores assentados. Destacamos também a relevante contribuição de Leite et al. (2009) no processo de formação dos assentamentos rurais no Brasil, e dos estudos de Lopes (2008) sobre a realidade dos estudos rurais no estado de Sergipe.

O estudo é pertinente na perspectiva da Geografia Agrária por elencar a relação Homem – Natureza, presente nos principais espaços construídos pelo homem, dentre eles, “o espaço agrário”, *lato sensu*, espaço rural. O interesse seria transcender os temas mais abordados em questão. Estes se concentram nos problemas de luta pela terra, e analisam realidades, como os assentamentos rurais enquanto processos sociais e não como realidades formadas por atores sociais que já vivem no lote produtivo, coletivo e nas agrovilas.

Tendo em vista que as unidades de produção rural no Brasil se desenvolveram ao lado da propriedade da terra e dos mercados brasileiros e são fundamentadas no trabalho familiar, com origem histórica vinculada ao processo de colonização europeia, o tema proposto busca analisar a trajetória dos produtores familiares, precedentes da Reforma Agrária, no município de Lagarto (SE), podendo assim contribuir para a divulgação das atividades agrícolas realizadas no assentamento rural Che Guevara.

Sem embargo, é importante conceituarmos o que compreendemos como Reforma Agrária. Vários estudos no campo da Geografia buscam investigar o que a Reforma Agrária significa nos dias atuais. De forma breve, podemos conceituar essa ação como o ajustamento das normas que coordenam a estrutura agrária do País, tendo em vista à valorização do trabalhador do campo e sua contribuição no incremento da produção. Na mesma esteira, a Reforma Agrária objetiva a distribuição democrática da terra, considerando não só a melhoria de vida do trabalhador rural, mas como o bem coletivo.

Sabe-se que vários são os impasses, especialmente se enquadrarmos, no plano da teoria clássica, as diversas nuances da realidade brasileira quanto à estruturação efetiva da Reforma Agrária. Por esse motivo, salientamos que nossa concepção quanto a esse conceito, tendo em vista a pluralidade da extensa formação territorial do Brasil e, por esse motivo, apresenta as diversas dificuldades de se pôr em prática tal sistema numa sociedade capitalista (COSME, 2016).

Os estudos, por meio de leitura geográfica acerca da reforma agrária e a produção rural familiar dos assentamentos, têm despertado o interesse de variados pesquisadores, como geógrafos e sociólogos, o que proporciona um rico debate, ressaltando as desigualdades e particularidades regionais de assentamentos rurais espalhados em todo Brasil.

A estrutura agrária brasileira tem como lastro a grande unidade agrícola, a qual se fundamentou nas relações de produção não capitalistas<sup>1</sup> e dos fenômenos que proporcionaram o seu desenvolvimento, o que alguns estudiosos denominaram de “modernização conservadora”, a partir da década de 60 do século passado. Uma vez que diante da expansão do capitalismo no campo, seu processo foi assimétrico, tanto na perspectiva regional como de natureza setorial.

---

<sup>1</sup>Essas relações de produção são as relações estabelecidas entre homens, em um processo de produção social, ou seja, são relações sociais de produção, sendo a essência do processo produtivo, os níveis de [...] desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais de sua existência. Forças produtivas: forças que resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho sob determinadas relações de produção; são, portanto, os elementos necessários à produção de bens materiais, bem como o conjunto das condições igualmente necessárias à produção (máquinas, tecnologia, organização). (OLIVEIRA, 1986, p. 58).



Desse modo, a dinâmica contraditória da agricultura brasileira, em seu processo de desenvolvimento desigual e combinado, gerou um quadro de heterogeneidade e complexidade de um segmento onde fatores históricos, econômicos e sociais foram intrínsecos. A questão do progresso técnico e da renda fundiária, incorporando com mais valor, encarecendo o preço da terra e da configuração de novas relações de trabalho, contribuíram para esse processo, onde a questão da reforma agrária, de certa forma, foi secundarizada. Daí o processo de luta pela terra e de seu processo que desdobrou na organização dos sem-terra, a partir de meados da década de 80 do século XX.

A modernização da agricultura ampliou os processos de monetarização da vida rural, como a compra de insumos, maquinários, etc., refletindo no aumento da produtividade, claro, onde elevaria os custos de produção, na formação de cadeias produtivas, e ainda, de forma mais ampla, dos chamados complexos agroindustriais (MILLER, 1982), ou da formação de sistemas agroalimentares (GUAZIROLI, 2007). E o que isto tem a ver com a luta pela terra, na medida em que são processos sociais distintos?

Acreditamos que foram elementos na tentativa de superação dessas contradições, onde a modernização da agricultura se materializou sem passar pela transição da democratização da terra e, com a modernização na formação dessas heterogeneidades estruturais. Ou seja, a luta política pautou-se por um processo de valorização fundiária regionalmente diferenciada, na perspectiva de pensarmos na materialidade da reforma agrária, onde o binarismo agricultura de subsistência e agricultura de exportação não mais respondia a essa complexidade.

Evidentemente que foram os processos diferenciados e a questão da luta pela terra, que operam, com suas particularidades, na medida em que foram travadas em territórios de agricultura fragilizada e de baixo nível tecnológico, como ocorre no Nordeste. Entretanto, a realidade rural brasileira fundou-se nessa heterogeneidade, que pode ser observada pela desigualdade na distribuição do crédito, na força política do agronegócio, e do poder de exportação das *commodities*.

O objetivo do trabalho é contextualizar não apenas o processo de luta e de constituição dos assentamentos rurais, a partir de estudo de caso e desse viés dialético, mas entender suas internalizações, na medida em que esses assentamentos são uma realidade concreta, e suas particularidades, como a questão da organização sociopolítica, da questão da produção e reprodução do espaço desses assentamentos, bem como do cotidiano dos atores sociais assentados, que são determinantes para entender esse novo arranjo social, econômico, político e cultural dessas populações rurais, a partir da nova dinâmica da agricultura, dos desafios a serem enfrentados, como é o caso da modernização da agricultura.

Diante da complexidade do objeto de estudo, suas potencialidades no âmbito de um processo histórico e que tiveram de emergir e se desenvolver, a partir da capacidade dos produtores dentro dos assentamentos rurais e dos desafios em face de uma agricultura contemporânea desigual, onde a questão da concentração fundiária, analisada por alguns autores, se tornou um marco secundário no processo de desenvolvimento rural brasileiro.

Dividimos esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro, procuramos realizar algumas considerações quanto à metodologia aplicada a esta pesquisa, nossos objetivos, o aporte teórico utilizado, assim como serão apontadas as escolhas relativas aos recortes espacial e temporal. Tendo em vista a importância de relacionar os dados coletados com o plano conceitual, no segundo capítulo, optamos por discutir alguns conceitos que são de suma importância tanto no campo da Geografia, como para o desenvolvimento desta pesquisa. Logo, discutiremos sobre as noções de Espaço e Território, além de conceitos vinculados diretamente ao nosso objeto de análise, como Movimentos Sociais e Assentamento.

No terceiro capítulo, voltamos para a trajetória da luta pela terra, no estado de Sergipe. Deste modo, serão abordados tanto os aspectos gerais referentes à reforma agrária no Estado, como, especificamente, a atuação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Neste plano, também serão discutidas as principais conquistas dos movimentos camponeses nas últimas décadas.

Após este panorama, no quarto capítulo, focalizaremos nossa investigação no Assentamento Che Guevara. Para isso, utilizamos essencialmente de entrevistas realizadas junto aos assentados, para compreendermos o processo de formação e consolidação deste espaço, os meios de subsistência, a maneira com que se estabelecem suas organizações sócio-políticas, e assim por diante.

Por fim, nas Considerações Finais, reafirmamos a importância de estudos, que buscam investigar os processos de formação e consolidação dos assentamentos. Em específico, realizamos um panorama dos assuntos tratados, mostrando que pesquisas como esta são importantes para a construção de um novo olhar para as questões agrárias. Podemos concluir que o assentamento Che Guevara é um exemplo regional de consolidação dos processos de luta pela terra, contribuindo não só para o desenvolvimento das famílias assentadas, mas para o desenvolvimento local. As Referências Bibliográficas utilizadas são variadas, incluindo desde autores clássicos, como Milton Santos, a recentes estudos fomentados em diferentes programas de pós-graduação do Brasil.

## **CAPÍTULO 1**

### **1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E O CENÁRIO DA PESQUISA**

A delimitação da metodologia requer a escolha de procedimentos e métodos sistemáticos de pesquisa para a descrição e explicação de fenômenos, na perspectiva do método científico, contemplando a natureza do estudo, a caracterização da pesquisa, os instrumentos utilizados, a unidade, o universo, a amostra e, se for o caso, o plano de coleta, registro, ou de análise dos dados.

#### **1.1 Abordagem teórico-metodológica aplicada ao estudo empírico proposto**

Antes de realizarmos as considerações no âmbito teórico metodológico acerca da luta pela terra, acreditamos ser importante realizarmos um breve apanhado sobre nosso objeto de estudo, para que, ao tratarmos do campo abstrato, as nossas escolhas fiquem claras.

O nosso objeto de análise é o conjunto/grupo de/das as famílias que integram o Assentamento Che Guevara, no município de Lagarto, Região Centro-Sul do Estado de Sergipe. Classificado como propriedade não produtiva, o assentamento é composto por 120 famílias e, assim como outros assentamentos, encontra-se em adiantado processo de consolidação, tornando alvo de programas de inclusão no que diz respeito, principalmente, a agricultura familiar, possuindo uma dinâmica específica, que pode ser utilizada para uma discussão mais ampla quanto à organização dos espaços produtivos e à inclusão do assentamento na estrutura produtiva do capitalismo.

Como sabemos, os assentamentos rurais, na realidade brasileira, são um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si. A sua instalação é realizada por intermédio de uma instituição governamental específica para esse fim, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A propriedade selecionada para distribuição, teoricamente, deve ser um imóvel rural que pertencia a um único proprietário e os lotes previamente divididos devem ser distribuídos para as famílias menos favorecidas, como as “sem terra”. (disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>).

Apesar dessa definição simples, sabemos que os assentamentos rurais possuem uma complexidade muito maior. Como nos aponta Leite (2012), não existe apenas um modelo referente à reivindicação e luta pela terra por parte dos trabalhadores. Esse tipo de organização

pode ser fruto de variadas situações, sejam elas ligadas diretamente, ou não, a uma instituição governamental.

A partir deste campo de análise, é primordial conhecer a história da luta pela terra do Assentamento Che Guevara, assim como sua consolidação. Traçado esse histórico, poderemos verificar, com maior vagar, as diferentes trajetórias econômicas e sociais na vida dos assentados.

Além desta perspectiva geral, outro ponto que nos interessa é a análise do modo de vida e das relações de produção, e a circulação das atividades produzidas pelos assentados. Sendo a base desses indivíduos estabelecida pela agricultura familiar, verificaremos como este meio oferece o sustento e manutenção do homem no campo.

Outro viés, que permeia as discussões que pretendemos desenvolver, está nos apontamentos referentes às posições sociais dos agricultores do assentamento rural perante a estrutura do poder econômico, assim como pretende-se identificar quais são as perspectivas da geração de renda. Alinhado a esse diagnóstico, procuraremos entender como as diferentes estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias tendem a configurar diferenciações socioeconômicas no referido assentamento.

Dessa forma, procuraremos alcançar nesse estudo a observação da organização política do assentamento, o processo produtivo, e como os assentados – agricultores familiares – estabelecem sua produção como forma de constituição da renda e o desenvolvimento do espaço agrário.

Após estas considerações quanto ao tema e objetivos, trataremos de analisar algumas questões mais concretas, inseridas no que diz respeito à utilização do Materialismo Histórico e Dialético como método, e de que forma pretendemos trabalhar a concepção do processo de luta pela terra à realidade dos assentados, bem como da consolidação.

No âmbito da Geografia, o Materialismo Histórico e Dialético é importante no momento que passa a oferecer uma visão totalizante de suas contradições, com estudos que buscam uma interpretação que ambiciona entender a realidade concreta. Ao optar por essa linha, não se deve trabalhar com fatalismos, mas com processos. Mesmo sendo consequência de seu meio, isto é, das condições materiais que o integraram, os indivíduos fazem a sua história (MANDEL, 1978).

O Materialismo Histórico Dialético é uma interessante ferramenta de leitura para esse estudo, pois compreende a história num movimento de luta, de conflitos antagônicos, contraditórios e paradoxais. Por outro lado, a dialética tem interesse em investigar as leis gerais, no que concerne a compreensão da realidade, incluindo tanto a esfera física, como a social. Já

o materialismo insere o homem nas discussões, com suas constantes metamorfoses, que se inter-relacionam com os meios de produção historicamente determinados.

Ao conceber a luta como “motor da história”, o materialismo histórico dialético demonstra como as contradições produzem uma lógica específica de movimento, ou seja, um choque inerente, onde ao proletariado (enquanto oprimido histórico) é designado ao papel de combater e alcançar a igualdade social, com base na luta de classes.

Dito isto, a luta pela terra concebida pelos assentados da reforma agrária está associada as “lentes” desenvolvidas por Marx e Engels. A terra vem sendo alvo de lutas no meio rural brasileiro há várias décadas, apresentando uma organização seminal, nos anos 1950, que ainda não poderia ser definido como movimento social. A luta pela terra e a reforma agrária só vieram a integrar como pauta na agenda política nacional no governo de João Goulart (1961-1964), e de forma parcial, no período de regime militar, com a vigência do primeiro Estatuto da Terra (1965).

Segundo Stédile (2012), só com a redemocratização, ocorrida em meados dos anos 1980, é que podemos constatar uma maior atenção nas políticas da reforma agrária, mas estas ainda são extremamente insuficientes, e fomentam os conflitos entre os movimentos sociais, os grandes proprietários de terra, e o Governo. É através de todo esse ciclo de confrontos, que está envolvido pela mídia venal, que normalmente rotulam-se os membros dos movimentos, pejorativamente, como invasores.

Um dos movimentos que possui maior visibilidade midiática, e que encabeça as maiores intervenções para a demarcação de terras, é o MST. Utilizando como principal tática a ocupação, os integrantes ocupam propriedades que consideram improdutivas, sem aguardar uma chancela de órgãos federais. Essa ocupação, especialmente nos anos 1990, não se dava de forma pacífica, na maioria das ocasiões. Choques violentos entre o Estado, ou os próprios donos de propriedades, com os integrantes do movimento eram comuns.

Tendo em mente que as lutas sociais são processos constantes, apresentando como objetivo central um reordenamento do espaço agrário brasileiro, as histórias destas ocupações evidenciam uma gama de formas de apropriação da terra, onde, nas últimas décadas, os assentamentos rurais se mostram como resultado do processo de distribuição de terras para aqueles que foram expulsos do campo, no sentido da expropriação observada no passado.

Nota-se que, por mais que os projetos de assentamento tenham por objetivo criar um vínculo entre assentados e as comunidades vizinhas, além de criar um canal onde a agricultura familiar não seja desenvolvida apenas para subsistência, mas para fins comerciais, é perceptível

que tais fatos não têm se concretizado. E, neste interim, os grandes proprietários mais uma vez lucram diretamente com esta situação.

Suas terras improdutivas, que na teoria não possuíam valor fundiário, tornam-se propriedades altamente rentáveis. A partir do momento que estas terras são adquiridas pelas instituições governamentais, além do preço observado no mercado, considerando a demanda, percebe-se que há contradições no projeto de desapropriação idealizado pelo INCRA.

Ao considerarmos este cenário, alguns críticos apontam que a realidade brasileira não tem efetuado concretamente uma reforma agrária. O que se tem assistido é uma política de distribuição de terras, onde não percebemos um cuidado com o desenvolvimento local, mas uma mera “benfeitoria”, onde não há preocupações com a manutenção e crescimento da agricultura familiar ali implantada. Os assentamentos da reforma agrária constituem-se em uma criação de novas unidades de produção familiar, com trabalhadores rurais sem-terra na busca pela terra e apoiados nas políticas governamentais de reordenamento do território.

Por meio do método do Materialismo Histórico Dialético, realizaremos a análise da luta pela terra partindo do particular para o geral e da análise empírica para entender esses processos de forma mais geral. Deste modo, o estudo do assentamento rural Che Guevara é o ponto de partida para investigarmos como os pequenos agricultores assentados vivenciam e definem o que seria a luta pela terra, e o que isso reflete no campo geral, e ainda pensarmos sobre a consolidação como processo permanente.

## 1.2 Método de Investigação Geográfica

A Geografia Crítica “tem a tendência de considerar o comportamento social como o resultado de um conjunto de elementos, alguns gerais e determinantes, outros particulares ou contingentes” (GOMES, 1996, p. 275). Através do materialismo dialético, o conceito de espaço social na Geografia Crítica ganha importância, pois traduz a ideia das contradições:

[...] a dinâmica social inscrita em um espaço que é, ao mesmo tempo, reproduzidor de desigualdades e a condição de sua superação, o reflexo de uma ordem e um dos meios possíveis para transformar esta mesma ordem; enfim, o espaço faz parte da dialética social que o funda (GOMES, 1996, p. 297).

Por isso, a Geografia Crítica resgata a dimensão histórica, além da relação entre sujeito e objeto serem dadas contraditoriamente, pois, na medida em que o sujeito se constrói, ele se modifica em um movimento conflitante, no qual o método dialético analisa a realidade, indo do real ao abstrato, oferecendo um papel importante para o processo de abstração com processos de em si e de para si.

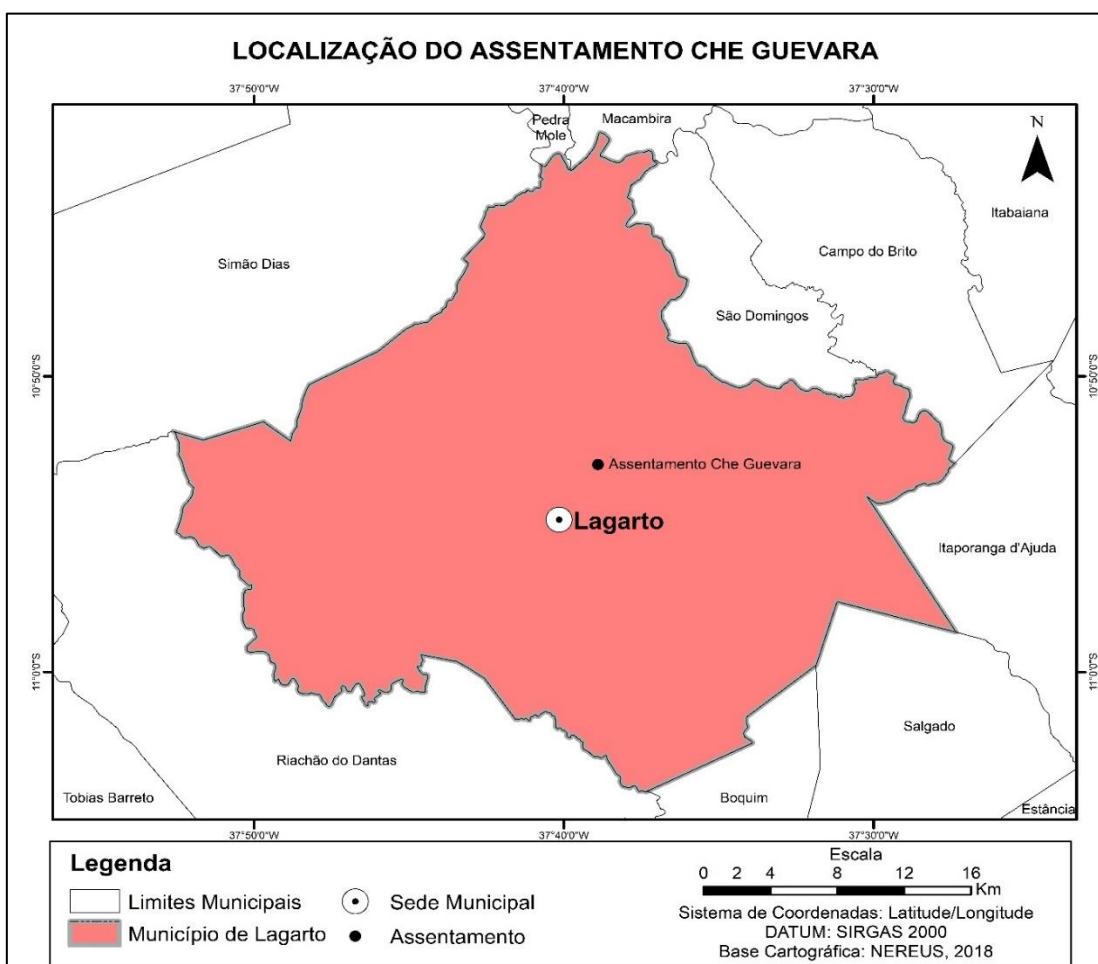


Assim, o método de investigação geográfica adotado na pesquisa será o Materialismo Histórico Dialético, pautado na determinação econômica, que apresenta papel determinante nos processos históricos, políticos e sociais na vida do cidadão, nesse caso, dos que vivem no assentamento investigado como estudo de caso.

### 1.3 Área de estudo

O presente estudo será realizado no Assentamento Che Guevara (Figura 1 e 2), no município de Lagarto, Região Centro Sul do Estado de Sergipe, que mede 1.100,00 ha (um mil e cem hectares), originado por uma propriedade improdutiva de grande porte, muito embora levantamentos efetuados através do GPS constatem que a área planimetrada é de 1.154,3022 (um mil, cento e cinquenta e quatro hectares, trinta ares e vinte e dois centiares) e está localizada entre as coordenadas 10°55' 00" S e 37°40' 15" W. As figuras 1 e 2 representam a área delimitada.

**Figura 1 - Localização do assentamento Che Guevara**



**Fonte:** INCRA. **Adaptação:** SANTOS, Flávio, 2018. Não publicado.

**Figura 2** – Localização da agrovila e o lote coletivo do Assentamento Che Guevara



**Fonte:** Google Earth. **Adaptação:** Oliveira, Tamires Aparecida Batista, 2018.

#### 1.4 Universo e amostra da pesquisa

O universo da pesquisa de campo será representado pelas famílias oriundas de Reforma Agrária, no município de Lagarto (SE) (Figura 3), reunidas no Assentamento Che Guevara, nosso objeto de estudo, sendo este composto por um total de 120 famílias assentadas.

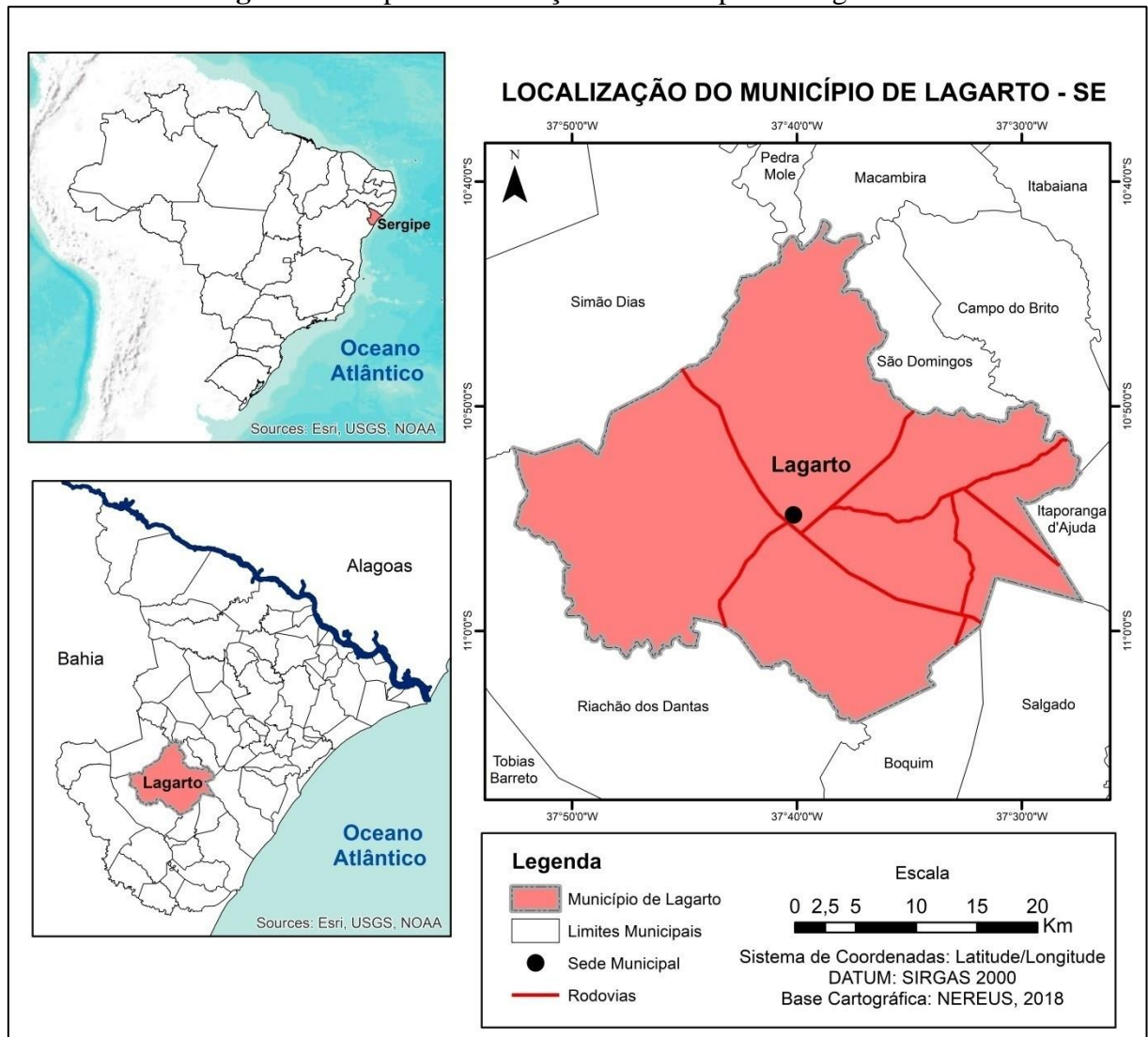
Nesta pesquisa, será utilizada uma amostra aproximada de 20% (24 famílias) das famílias assentadas, sendo que 12 questionários serão aplicados às famílias que estão assentadas desde o processo de luta – do acampamento a consolidação (1998-2018) – 20 anos; e 12 questionários para as famílias que não participaram do processo de luta pela terra, mas foram assentadas após a consolidação do assentamento (2008-2018) – até 10 anos. E a entrevista será realizada com as lideranças do assentamento em questão.

É de suma importância ressaltar que os questionários foram semiestruturados e com perguntas abertas; enquanto que as entrevistas serão abertas e retorno definido. Realizamos a aplicação de entrevista aberta com os dirigentes e lideranças do assentamento e do MST, que atuam no mesmo, e abrangem a esfera Municipal.

Entretanto, é de fundamental importância observar que a aplicação dos questionários foi determinada a partir do cadastro do INCRA, e que levou em consideração a divisão das residências das famílias por lotes, fazendo a organização interna do Assentamento, no qual as

residências detêm uma área de 0.5 tarefas, formado por 40 tarefas coletivas, 10 tarefas na parte improdutiva e 30 tarefas do lote individual do assentado.

**Figura 3 - Mapa de localização do município de Lagarto/SE**



**Fonte:** NEREUS. **Adaptação:** SANTOS, Flávio, 2018. Não publicado.

### 1.5 Procedimentos Metodológicos

O planejamento da pesquisa, para Ubirajara (2011), se atenta por diversas etapas a serem seguidas. Por esta razão, existem diversos modelos e tipos de pesquisa, com diferentes características referentes aos fins ou objetivos, aos meios ou objeto e à abordagem ou tratamento dos dados.

Quanto aos fins, as pesquisas podem ser de caráter exploratório, que tem como objetivo explicitar o problema, aprofundar as ideias sobre o objeto de estudo; já a pesquisa descritiva descreve as características de uma população ou fenômeno; e a pesquisa explicativa busca

identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos pesquisados.

Em virtude das especificidades das pesquisas descritas acima, neste estudo, será utilizada a pesquisa exploratório-descritiva, por buscar favorecer “[...] uma pesquisa mais ampla e completa, a formulação clara do problema e a hipótese como tentativa de solução, (GIL, 2009, p. 27)”. Exploratória, porque é o primeiro passo de todo trabalho científico, sendo suas principais finalidades, “[...] proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses ou descobrir novo tipo de enfoque que se tem em mente (ANDRADE, 2007, p. 124)”.

Quanto aos meios, ou procedimentos técnicos, a pesquisa terá o caráter de campo, fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.

Especificamente, nesta investigação, optamos em realizar, *a priori*, um debate teórico, para alicerçar a análise dos dados recolhidos durante a pesquisa de campo e a aplicação dos questionários. Seguindo a premissa de que uma fundamentação teórica é essencial para a feitura das investigações empíricas, buscamos realizar um levantamento bibliográfico das principais colunas conceituais, inserindo debates relativos à Espaço, Território, Movimentos Sociais e Assentamentos. Desta maneira, teremos as bases para aplicarmos tais perspectivas ao objeto investigado.

Ainda no procedimento metodológico, os questionários (semiestruturados) serão utilizados como instrumento de pesquisa, com o auxílio de equipamentos técnicos como câmera fotográfica e gravador de áudio. Como abordamos anteriormente, tendo em vista o nosso objeto, isto é, o Assentamento Che Guevara e os assentados que se estabeleceram neste local, optamos por selecionar cerca de 20% das famílias para a aplicação do questionário. Além disso, procuramos selecionar os participantes de acordo com o período em que se estabeleceram no Assentamento para, desta forma, conseguirmos compreender diferentes experiências locais.

Optamos, na mesma medida, pela utilização de imagens, que serão utilizadas para ilustrar os debates que serão desenvolvidos ao longo desta dissertação, assim como ilustrar o objeto que também deve ser analisado. Foram registrados diferentes aspectos do assentamento, desde o plano doméstico, indo até as áreas coletivas, a exemplo das plantações e criações de animais.

Por fim, a análise de dados visa “[...] sumariar, classificar e codificar as observações feitas e os dados obtidos.” (BARROS, 2009, p. 67). Essa fase constitui um momento do registro dos dados coletados, feito em gráficos com o auxílio da planilha Excel.

A análise dos dados apresentará a percepção dos trabalhadores, dos dirigentes e lideranças e do poder público. O trabalho foi documentado principalmente com fotos, entre outros materiais, para que se visualize a sua percepção real. A realização de tais questionários e entrevistas resultou em um diagnóstico do Assentamento Che Guevara, que apontou os principais desafios e oportunidades que permeiam a experiência e a importância desse assentamento para o desenvolvimento local e rural.

Após essas etapas, chega-se ao nível explicativo da pesquisa, através da análise e explicação dos dados colhidos nas entrevistas, questionários e trabalho de campo, com o apoio nas leituras realizadas e outros dados pertinentes, aproximando-se, assim, das considerações finais acerca do tema e atividades realizadas em cada nível da pesquisa, em suas diferentes etapas, para a concretização dos objetivos propostos.

## **CAPÍTULO 2**

### **2. ENTENDENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO**

#### **2.1 Leitura do espaço geográfico através das Categorias Espaço e Território**

Para que haja maior compreensão do objeto de análise, nosso aporte teórico terá como base duas categorias de suma importância: Espaço e o Território, que, como sabemos, são basilares nos estudos geográficos.

A concepção de espaço é necessária quando tratarmos sobre o âmbito produtivo em áreas de assentamento, assim como a abordagem sobre as relações sociais desenvolvidas, observando a questão da produção e reprodução do espaço, inseridas como produto do trabalho humano.

Por outro lado, ao concebermos a questão do Espaço e Território, na perspectiva da Geografia Crítica, se observa que estes conceitos se complementam e, como demonstraremos ao decorrer destas discussões, são frutos de processos sociais e históricos. A partir da abordagem teórico-metodológica proposta, faz-se necessárias algumas escolhas, que podem propiciar variados caminhos analíticos as duas categorias citadas para o entendimento do objeto da pesquisa, na qual buscamos uma visão mais integradora.

Conceituar Espaço sempre é um grande desafio. Cada área de conhecimento aplica a este conceito a realidades diferentes, tornando-o flexível e impossível de ser lido numa única ótica. Assim, o que desejamos é pensá-lo a partir dos preceitos geográficos, buscando desde a perspectiva mais simples até suas especificidades/particularidades.

Na mesma medida, Território também está associado a uma série de áreas do saber, entretanto, independente dos meios que lhe são aplicados, pensar em território é pensar em relações de poder. Como veremos, estas relações não se reduzem aos limites políticos, vinculados ao Estado, mas derivam-se deles; e utilizá-lo sob a perspectiva camponesa é um interessante meio de entender o processo enquanto fenômeno social e histórico.

Dessa forma, a utilização dessas categorias será de fundamental importância para compreender a dinâmica espacial e analisar a trajetória social dos produtores familiares inseridos no espaço agrário, desvendando seus desdobramentos e as condições de permanência/resistência no Assentamento Che Guevara, no município de Lagarto (SE).



## 2.2 Concepções do espaço geográfico

Ao discutirmos o que é concebido como espaço geográfico e modelador, devemos primeiramente associá-lo ao homem e seu papel como modificador do meio natural em que habita. O homem caracteriza-se como aquele que, a partir dos seus valores, desenvolve técnicas que irão moldar a natureza de acordo com suas crenças, seu estilo de vida, e que habitualmente tem como um dos objetivos principais a geração de formas de viver e de se relacionar e também de se reproduzir. São essas transformações do ambiente natural promovidas pelo ser humano que compõem o espaço geográfico.

Em sua definição básica, espaço geográfico é visto como a inseparável simbiose entre sociedade e natureza. Ter este conceito como objeto implica diagnosticar os elementos de ordem natural, as interações existentes com o homem, e ainda as interinfluências, que a partir destas relações são construídas, considerando a forma como a sociedade vem alterando o sistema natural (GIOMETTI et al., s/d).

Realizando um panorama relativo a esta concepção traçada por alguns autores, percebemos que a corrente da Geografia Crítica, influenciada pelo Materialismo Histórico Dialético, evidencia a constante ênfase no caráter interativo das relações, que implicam no espaço geográfico na linha de produção e reprodução enquanto processo.

Henri Lefebvre (1976), por exemplo, foi um dos estudiosos do espaço, que, apesar de sua formação vinculada a Sociologia e a Antropologia, foi um dos grandes colaboradores para a inserção da teoria marxista no âmbito dos estudos da Geografia quando aponta que espaço é um produto social. Abordando o conceito de espaço em diversas vertentes, o autor valoriza o viés geográfico, associando-se as relações sociais de trabalho e de produção em sua totalidade, especialmente na sociedade capitalista.

Para este autor, os modos de produção existentes em cada sociedade determinam diretamente as construções e alterações aplicadas ao espaço. Desta forma, pode-se diagnosticar que cada modo de produção como substrato de uma determinada sociedade formula um espaço social diferente, isso do ponto de vista histórico. Esta conexão entre meio natural e sociedade permite o estabelecimento de ações na esfera da produção e do consumo, elaboradas e transformadas a partir do trabalho social e organizadas dentro do sistema espaço-tempo, onde muitas operam como processos históricos transformadores.

Os estudos realizados por Lefebvre serviram de base para a consolidação do conceito de espaço geográfico como o qual conhecemos na atualidade. Milton Santos, um dos principais geógrafos brasileiros do século XX, contribuiu para o enquadramento das ideias de Henri

Lefebvre para o campo da Geografia. O estudioso brasileiro preocupou-se, em diversas de suas obras, em discutir e buscar definições para o espaço geográfico. O autor aponta, em um primeiro momento, que o espaço pode ser definido como um conjunto “indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação” (SANTOS 2009). Por meio da formação destas conexões, verifica-se que o homem se apropria do meio natural e o molda de acordo com suas pretensões, desejos e oportunidades, num processo dinâmico de mútua influência.

Estando em estado de contínuo contato, os sistemas de ação e de objetos podem ser concebidos como integrantes de um mesmo ciclo histórico. Em outros termos, podemos dizer que a ação está vinculada ao que o homem aplica sob o meio, através de práticas materiais e imateriais, que poderíamos denominar de “produção do espaço”. O sistema de objetos diz respeito às próprias relações sociais, da rede que liga simbolicamente o homem e o meio que habita. Santo aponta que estes dois sistemas estão “reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presente)”. (SANTOS, 2009).

Outro aspecto amplamente trabalhado por Milton Santos é a estreita relação entre a construção de espaço e tempo. Isso se deve, dentre outros aspectos, a aquisição de técnicas que possibilitem a modificação do espaço. E essas técnicas só são articuladas e aprimoradas a partir do tempo em que estão situadas. Essas técnicas, entendidas como um produto do “tempo histórico”, veiculam-se tanto ao social quanto às ferramentas necessárias para a reformulação do espaço. Com isso, o espaço é composto de técnicas elaboradas e aplicadas em diferentes momentos históricos, provenientes de diferentes demandas sociais (SANTOS, 2009).

A concepção de espaço, estando vinculada ao tempo, é produto da Geografia Crítica e apresenta uma ruptura na linha do pensamento tradicional, que defendia uma estabilidade. Assim, segundo o estudioso brasileiro, o tempo é entendido como um espiral. Logo, o espaço geográfico é formado e instituído através de muitas possibilidades, onde o tempo é formado por um conjunto de ciclos, tendo espaço inserido nesses mecanismos, que, consequentemente, está em processo de construção, desconstrução e reconstrução.

Santos (2009) constata que tempo e espaço são categorias indissociáveis, afirmando que num mesmo espaço podem existir tempos diferentes. Segundo o geógrafo, podemos representar estes diferentes momentos através dos tempos tecnológicos, por exemplo, que podem ser diferentes, tendo em vista os diferentes espaços, assim como podem ser uma consequência dos diferentes ritmos e coexistências nos lugares.

Estas distinções levam o autor a designar o espaço geográfico como sendo a “acumulação desigual de tempos” (SANTOS 1982). Através desta afirmação, podemos pensar

numa coexistência de diferentes processos, ou tempos, num único espaço geográfico, que estão envolvidos por complexas redes de herança, e conseqüentemente de novas possibilidades.

Debruçar-nos sob estas discussões abstratas, nos leva novamente a inserir os espaços geográficos e suas formas sociais como produtos históricos, sendo um reflexo das ações humanas na natureza. Ao observarmos uma paisagem, podemos observar nela diversos sinais que representam nosso tempo, ou melhor, dizendo, a historicidade do desenvolvimento do homem.

Nos dizeres do próprio autor:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p.171).

Ainda tratando da relação entre espaço e tempo, Milton Santos (2009) salienta a importância da periodização histórica no estudo do espaço geográfico. Para o geógrafo, é importante conhecer o passado para que seja possível uma melhor compreensão do presente trabalhado. Sem esta ligação entre o conceito de espaço geográfico e o tempo histórico, torna-se inviável a percepção de como se constituem os processos de construção e as modificações do meio geográfico.

O espaço geográfico é uma combinação do meio ambiente, isto é, do natural, com as ações dos homens através do tempo, materializadas por meio de técnicas (SANTOS, 2009). Com isso, sua formulação e reformulação são histórica e social, inseridas no cotidiano, e que refletem, dentre outras coisas, as contradições da sociedade que as envolvem. Espaço, neste prisma, também vem sendo compreendido como cenário no qual o meio sofre diversas modificações a partir dos diferentes modelos de relações sociais, desempenhados no decorrer da História.

Retornando as definições de Milton Santos (1978) relativas ao espaço, outro aspecto constantemente destacado pelo geógrafo é o “espaço como instância da sociedade”. Isso caracteriza ao espaço como um fator social, sendo uma estrutura subordinada. Desse modo, esse processo possui um caráter totalizante, que engloba o meio físico (natural) e o meio histórico temporal e social. Assim podemos considerar que o espaço possui certa autonomia.

Esta autonomia pode ser vislumbrada na medida em que cada sociedade produz o seu próprio espaço, e possui um conjunto específico de leis vigentes. Neste viés, Santos (2009) traça algumas categorias, que são os principais elementos e que possibilitam uma análise do espaço por meio da Geografia. São eles: forma, função, estrutura, processo e totalidade.

Através desta concepção de análise, o espaço também pode ser entendido como uma construção processual, e que possui uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente de acordo com cada sociedade determinada. A seleção de determinadas temáticas para a produção de análises também se faz importante, especialmente no tocante as regiões. Para o autor, a configuração espacial é primordial nos estudos geográficos, uma vez que é concebida a partir das relações sociais e da configuração territorial, assim como os sistemas de objetos “onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço.” (SANTOS, 2009, p. 234).

O geógrafo ainda define o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. A partir dessa definição, o autor coloca em tela categorias analíticas do espaço: a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.

Outro geógrafo que realizou contribuições para a consolidação do conceito de espaço geográfico foi Ruy Moreira. Seguindo a mesma linha de Santos, Moreira (1982) delimita espaço geográfico como estrutura de relações sob determinação do social. Na medida em que existe o meio natural, a sociedade irá lhe oferecer um significado, lhe moldando de acordo com suas necessidades.

Para o autor, não há separação entre o homem e a natureza, assim como estes estão vinculados ao tempo. Deste modo: “o homem é ele próprio natureza e história: natureza humanizada, ou seja, transformada a partir das interversões humanas. A transformação da natureza pelo trabalho é também autotransformação do próprio homem, o homem transformando-se a si mesmo no mesmo momento em que transforma a natureza” (MOREIRA, 2009, p. 36).

Moreira aponta que é a sociedade quem define os usos do espaço, a partir de suas regras jurídicas e morais. Usando como exemplo a quadra poliesportiva, o geógrafo apresenta que o espaço físico pode ser o mesmo, mas as leis se modificam de acordo com a sociedade que ali está localizada, da mesma forma que diferentes jogos podem ser jogados numa mesma quadra.

O autor também aponta que o espaço geográfico se encontra em constante processo de modificação, tendo em vista sua inerente articulação com o tempo, e consequentemente com a História. Moreira (1992) elucida que o espaço acompanha a evolução da sociedade, e com isso o espaço é a sociedade, pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo de trabalho.

Deste modo, o espaço pode ser visto como uma ferramenta de leitura da sociedade através dos tempos, em meio à condição para a reprodução dos homens. Logo, entendemos que

a noção de tempo está totalmente associada à noção de espaço, assim como entendem os vários estudiosos deste mesmo período, que passaram a influenciar os estudos na área de Geografia.

Por fim, outra contribuição para o conceito de espaço geográfico foi tecida por Roberto Lobato Corrêa, em seu texto intitulado *Espaço: um conceito-chave da geografia* (2003). Além de realizar um resgate dos diversos significados de espaço, e das diversas correntes do pensamento geográfico, o autor elucida alguns pontos quanto o homem e a utilização do meio.

Para Corrêa (2003), no âmbito da organização do espaço, o homem age de forma seletiva. Em outras palavras, a escolha de um local está subjugada a uma série de fatores quanto aos seus atributos, e quais são os propósitos visados. O geógrafo, ao exemplificar a existência de uma seletividade espacial no viés agrário, diz que a “fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar as localizações seletivas.” (CORRÊA, 2003, p. 33).

Sob uma perspectiva econômica, Corrêa também analisa a questão da marginalização do espaço, uma vez que seu valor sofre variações ao longo do tempo. Esta instabilidade é gerada por motivos variados, que podem ser oriundos da política, da própria economia, da cultura local, e assim por diante. As consequências desta marginalização reverberam de diversas formas, implicando em um impacto direto na população local e nas regiões adjacentes.

Acompanhando os demais autores aqui apresentados, o autor reforça a contraditória relação entre sociedade e o meio natural, e a instabilidade na qual o espaço geográfico está situado. Assim, ao tentar extrair a essência do que representa o espaço geográfico, o autor, lançando mão do nosso entendimento, que se aproxima da perspectiva da Geografia Teórica-Quantitativa, conclui que:

“(...) o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional.” (CORRÊA, 2003, p.44).

Assim, o Espaço se caracteriza como um conjunto de objetos dispostos na superfície, sendo eles naturais ou construídos artificialmente pelo Homem. Estes objetos se relacionam entre si, o que caracteriza o Espaço. Por exemplo, podemos pensar tais características como a relação entre Natureza, trabalho/produção e circulação, onde o homem exerce em seu espaço natural, que anteriormente o continham, isto é, alterações que são a reflexão e a materialidade das relações de poder estabelecidas naquela sociedade.

### 2.3 Conceituando Território

Como afirmamos no início deste item, Milton Santos (2009, p.21) propõe que o espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário, e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não sendo considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Logo, ao nos determos nas discussões ligadas ao conceito de território, devemos, *a priori*, analisá-lo de maneira sobreposta, uma vez que é formado pelo espaço. Diversos são os autores e correntes que tratam deste conceito, cada qual enxergando com suas próprias lentes.

Ao pensarmos em sua forma mais simples, território seria uma porção de espaço definido por uma relação de poder, uma área delimitada sob a posse de um indivíduo, grupo, organização ou instituição. Esta delimitação ocorrerá por meio do estabelecimento de fronteiras, definidas pelo homem ou pela natureza, que nem sempre serão visíveis ou bem definidas.

Pensar em território implica em imaginarmos um campo delimitado, fracionado. Unidades que possuem características específicas, podendo ser vislumbrados como espaços onde as relações sociais se realizam (FERNANDES, 2009). Assim, podemos perceber a sua abrangência, como por exemplo, o território de um país, ou em espaços menores, como o território do traficante em uma favela.

Uma característica importante do Território é a sua diversidade em questão de escalas e tipificações. Pode abranger desde uma área muito restrita, como uma rua, até uma coalizão internacional composta por forças militares de vários países. Ao mesmo tempo, são diversas as demarcações de territórios existentes num mesmo espaço. Existem territorialidades militares, jurídicas, naturais, culturais e até criminais, como os territórios vinculados ao tráfico de drogas. Muito utilizado no âmbito da política e na maioria das abordagens geográficas, este conceito está relacionado com uma configuração de poder, sendo, portanto, uma área apropriada, uma porção do espaço onde uma relação hierárquica se estabelece.

Realizando um resgate da construção do conceito de território, Saquet (2007) aponta que, até os anos 1950, tanto esta categoria como a noção de espaço geográfico eram vistos e utilizados de forma marginal, sendo preteridos conceitos como paisagem. Foi apenas com o fortalecimento da teoria materialista dialética no campo da Geografia, entre os anos de 1960 e 1970, que houve adoção e intensificação no uso da noção de território e territorialidade.

Uma das referências no tocante ao conceito de território é pertinente observar a concepção do geógrafo Claude Raffestin. O autor parte do princípio de que todo modo de

produção, que por consequência gera relações de poder, ao ser desempenhado por um sujeito no espaço, produz território. Ao tratar especificamente de poder, Raffestin expõe que este elemento é a combinação de energia e informação, sendo esta última um produto da primeira. Na mesma medida, informação gera saber, e este ciclo possibilita o indivíduo a se relacionar e transformar a natureza. Com isso, o poder estaria associado ao trabalho (RAFFESTIN, 1993).

As relações de poder abordadas por Raffestin (1993) podem ser focadas por diferentes atores. Os sujeitos podem ser o homem em sua individualidade, ou um Estado, ou coalisão internacional, por exemplo. Raffestin também compreende o espaço como matéria prima. Logo, ele propõe uma abordagem onde as relações de poder são construídas e produzem territórios, que podem ser trabalhados pelos indivíduos, sendo os espaços moldados de acordo com os objetivos específicos.

Na análise do geógrafo:

(...) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Segundo Saquet, outra contribuição elaborada por Claude Raffestin está relacionada à estruturação do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, também conhecido como “TDR”. Estas ações, a partir dos estudos de Raffestin, ocorrem em virtude de fatores econômicos, pois para o autor “o mercado é um lugar de emissão de símbolos, sinais, códigos” (RAFFESTIN *apud* SAQUET, 2007, p.67). Estes elementos podem ser encontrados tanto no campo econômico como nas informações e comunicações. Ou seja, mesmo que de forma secundária, nos aspectos culturais dentro das relações espaciais.

Ainda sob a interpretação de Saquet (2007), o processo de TDR tem a potencialidade de elaborar um espaço temporalizado, em virtude da circularidade das informações. Logo, o processo de territorialização engloba as relações sociais, de perda e reconstrução. Pode também ser percebido como uma abordagem “relacional e transecular do território e da territorialidade” (SAQUET, 2007, p. 67).

As bases atuais para os estudos do território concentram-se em analisar as relações entre atores sociais, políticos, e econômicos, ao aplicarem suas influências no espaço (GIOMETTI et al., s/d). Estes focos possibilitam uma maior abrangência analítica, uma vez que este conceito vai muito além das inserções do Estado. O território pode revelar as diferenças de condições de vida de uma população “territorializada”.

Tendo em vista o âmbito da análise, Bernardo Mançano Fernandes (2005) aponta que existem duas dimensões que viabilizam estudos acerca do território. São elas: as dimensões material e imaterial. A primeira refere-se à área do território, e todos os seus aspectos físicos, que incluem os objetos geográficos, as relações sociais e os seus ciclos de influência, assim como os indivíduos que compõem a balança de poder entre dominados e dominantes. Por outro lado, a dimensão imaterial associa-se as estratégias que os sujeitos formulam e utilizam para a construção de um território. Nesta vertente, são verificadas ações, os significados aplicados ao espaço, como se apresentam as disputas de poder, quais são os posicionamentos políticos e ideológicos, assim como se busca verificar outras manifestações de poder.

Entretanto, não podemos enxergá-las separadamente. As duas dimensões compõem um mesmo mecanismo, e uma não existe sem a outra. A dimensão imaterial, segundo Fernandes (2005), garante tanto a conquista do espaço quanto a sua manutenção material. Em outras palavras, é por meio das disputas no âmbito abstrato, como por exemplo, na política ou no viés ideológico, que se delimitam e são estabelecidos os territórios.

Saquet (2001) se insere como importante estudioso que realiza contribuições diretas as questões ligadas ao território. Para ele, território é apropriado e construído socialmente, sendo uma consequência do processo de territorialização. Seguindo a mesma linha de Raffestin, Saquet também adota em seu pensamento a ideia de território e poder. Ele o concebe como um fruto das relações de poder, percebidas nos campos social e espacial.

Para o autor, o território é um produto espaço-temporal das relações de poder que estão situadas em um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente, e pode ser manifesto em diferentes escalas. Deste modo, o autor reforça que o território não se limita ao Estado, nem está sob a jurisdição de um governo institucionalmente definido.

Ao tratar da territorialização, o autor deixa nítida sua ligação com a Geografia Crítica, relacionando este processo a um movimento historicamente determinado. Para Saquet (2007), territorialização é uma consequência de fatores tanto sociais quanto do próprio espaço, e das suas próprias contradições. Estas contradições podem ser abordadas no campo das questões econômicas, dos atores de política e das questões culturais, sendo cada uma destas determinantes para a distinção das territorialidades. Os processos subsequentes de desterritorialidades e as reterritorialidades, segundo o geógrafo, são produzidos simultaneamente, sendo a ação do homem um dos principais componentes.

Em algumas de suas exposições, é notório que o autor realiza um resgate de algumas interpretações do que pode ser entendido como território. Estas chaves de leitura são as áreas



política, seguida pela econômica, cultural e, por fim, a jurídico-política. Como frisa o próprio autor:

(...) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p. 69)

Compreender as noções de propriedade privada ou coletiva da terra é outro aspecto interessante que o conceito de território traz à baila. Fernandes (2008) reforça a importância da propriedade para entender o território, uma vez que, em sua perspectiva, este conceito não está associado ao Estado. Para o autor, a propriedade é uma fração do espaço de governança. Com isso, é formulada uma relação de interdependência, uma vez que as ações deflagradas em um causam impactos no outro.

Por fim, é importante destacar que é o uso diferenciado do território que lhe concede maior complexidade. A análise aplicada a um território pode revelar uma gama de aspectos que estão interligados, assim como delimita ao homem o sujeito que molda o espaço. É o uso diferenciado do território que acaba conferindo-lhe enormes complexidades. Estes acabam retratando as diversidades culturais que, embora convivam mutuamente, buscam na produção do território, o reconhecimento de suas especificidades. Esta perspectiva pode ser ampliada ao permitir explicações ligadas a muitos fenômenos geográficos relacionados à organização da sociedade e suas interações com as paisagens, por exemplo.

## 2.4 A construção do espaço agrário brasileiro

O presente estudo visa investigar a construção do espaço agrário, destacando algumas implicações para o acesso e permanência no Assentamento Rural Che Guevara, em Lagarto (SE), com ênfase nos períodos de constituição, a partir da luta pela terra e as condições de trabalho de todos os “habitantes” dos assentamentos rurais oriundos dos acampamentos, levando em consideração que esses assentamentos são constituídos para a formação de novas unidades de produção familiar, com trabalhadores rurais sem-terra na busca pela terra e apoiados nas políticas governamentais de reordenamento do território.

A organização do espaço agrário brasileiro tem sua origem na colonização europeia, nos primórdios do século XVI, com a chegada dos portugueses, com o declínio do feudalismo europeu e a ascensão do sistema capitalista na Europa, o que foi chamado por uma determinada

literatura de divisão internacional do trabalho, onde as colônias teriam um papel relevante no processo histórico.

É relevante entender os processos ligados a propriedade fundiária, a partir da divisão por capitânias hereditárias, e que consolidariam posteriormente o fenômeno da grande propriedade fundiária. Essa forma de gestão territorial praticada pela Coroa delegou a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas, usando o trabalho escravo e a produção destinada à exportação de monocultura, formando essa trilogia tão conhecida.

É interessante observar o processo de construção do espaço agrário brasileiro diante das condições estabelecidas em sua organização social e econômica, na qual foi fundamentada na rígida estratificação social, onde a desigualdade era latente e impeditiva ao desenvolvimento da pequena propriedade rural. Eram inúmeros os problemas que perpassavam essa camada intermediária, na medida em que serviam como uma espécie de “estoque de força de trabalho” da grande propriedade, ou na produção de alimentos para a reprodução do trabalho encontrada nas atividades monocultoras.

Santos e Silveira (2001) trazem reflexões sobre a dinâmica da sociedade e da economia, interpretada por meio dos ciclos de expansão e de reprodução capitalista em sua acumulação centrada no lucro, onde mostra contradições insuperáveis para a realidade brasileira, que efetivamente construiu naquilo que Mello (1997) denominou de “capitalismo tardio”.

É claro que esse longo período de expansão do modo de produção capitalista remodelou as relações de trabalho no espaço. Logo, o espaço agrário é definido pela presença do capital na produção e orientado para sua expansão, operacionalizado inicialmente pela acumulação primitiva de capital.

Outro momento histórico determinante foi a tentativa de regularizar a posse e domínio da terra com a Lei de Terras, de 1850, que se referia ao título como instrumento legal de compra e venda (portanto, a questão da terra enquanto mercadoria), e objetivava acabar com a prática “hereditária”, que era reiterada pelas capitânias, a partir das Ordenações Filipinas.

Desse lado, a consolidação do espaço agrário teve a contribuição de ações institucionais responsáveis pelo modelo de propriedade rural, centrada nas relações “externas” de produção capitalista, sendo que a expansão do sistema capitalista (via exportação) foi responsável tanto pela organização e estruturação da agricultura quanto pelo conjunto da sociedade brasileira em sua amplitude, levando a reprodução das relações internas. Assim,

Na concepção mais antiga e mais rica, o desenvolvimento desigual dizia respeito aos descompassos e tempos desiguais que separavam e contrapunham o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (a exploração e a alienação do trabalhador

explorado, o trabalho social e a apropriação privada dos resultados do trabalho assalariado). Nessa perspectiva, os tempos desiguais envolvidos no processo social não estavam separados em espaços diferentes, o que, feito pela mentalidade economicista, destruiu a problemática da desigualdade do desenvolvimento do mundo capitalista, substituindo-a pela concepção de desenvolvimento igual. (MARTINS, 1993, p. 108-9, grifo do autor).

A análise centra-se na “escravidão por dívida ou peonagem”, expressões do cativo no capitalismo da fronteira brasileira, demonstrando que essa forma de exploração constituiu um dos elementos da acumulação primitiva e, em seguida, da reprodução ampliada do capital. Esse momento da relação de trabalho e ocupação espacial é desenvolvido por Martins (1986) no clássico *O Cativo da Terra*, ao abordar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, onde o objetivo é desvendar as formas de disseminação do capitalismo, refutando a afirmação de que a crise do trabalho escravo resultou na utilização do trabalho assalariado.

O colonato teve importância central na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, pois o trabalhador entrou no processo produtivo como renda capitalizada, ou seja, o fazendeiro arcava com o transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. Mas houve momentos em que os colonos se revoltaram por tomar conhecimento da exploração e promoveram mudanças no ingresso de novos colonos nas fazendas de café, por exemplo. Ainda assim, mesmo de maneira discreta, manteve-se a exploração do colono.

Por outro lado, a produção de café proporcionou mudanças na mentalidade da nascente burguesia brasileira e contribuiu para a industrialização de São Paulo. Martins (1896) diz que esse processo evidenciou a influência na constituição do centro econômico e também na formação da classe trabalhadora urbana, ainda discorre sobre os três mecanismos ideológicos de sustentação da dominação de classe: a proletarianização das aspirações burguesas; o aburguesamento das aspirações operárias e a vida do burguês; e a morte do mito. As discussões apresentadas pelo autor mantêm-se analiticamente atuais no sentido da resistência do colono, renomeado como pequeno proprietário de terra, que segue produzindo alimentos de baixo custo, voltado para o mercado interno, mas também para autoconsumo.

Para discorrer sobre o rural e a ruralidade, Kageyama (2008, p. 13) conceitua o rural e a ruralidade e consequentemente o desenvolvimento rural, a partir da análise do rural interligado ao desenvolvimento espacial. O destino da maioria das áreas rurais do Brasil depende muito da evolução do setor agrícola, ou seja, o agrícola é o setor predominante no espaço rural, seja pela população ocupada, ou pelo valor adicionado através do trabalho, bem como na preservação da paisagem e das potencialidades naturais.

Voltemos a Lei de Terras (1850). Apresentou-se nela ainda um projeto de elaboração dos núcleos coloniais destinados às pequenas unidades de produção. Tais núcleos foram insignificantes se comparados aos trabalhadores encaminhados para as fazendas de café política aplicada no sul do país e nos estados de Espírito Santo e São Paulo. (MARTINS, 1986).

O desenvolvimento da pequena propriedade estava na necessidade de elaborar meios de mudanças na vida social e econômica do país, situação expressa nas novas necessidades do capitalismo industrial por meio da divisão internacional do trabalho. Com essa ação, os partidários da colonização pretendiam incrementar a ocupação do espaço (PETRONE, 1984).

Mendes (2005) aponta que, após 1850, a situação do trabalhador rural foi colocada em novos termos. Isto é,

Após a instituição e aplicação do novo regime fundiário, a terra foi convertida em mercadoria. É sob esse contexto que nasce a pequena produção rural, independente das grandes fazendas, formada por pequenos proprietários cada vez mais dependentes do mercado. Esses trabalhadores agora eram homens livres, compradores de terra, cuja existência deve-se à conversão da terra em mercadoria (MENDES, 2005, p. 96).

A formação de grandes aglomerações urbanas e industriais estimulou o desenvolvimento da pequena propriedade fundiária. A produção de alimentos, que estava condicionada ao seu abastecimento à base de verduras, frutas, aves, por exemplo, não era compatível com aquela praticada na grande propriedade de extensiva monocultura, aqui a produção estava direcionada a exportação.

As modificações implantadas no meio rural asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural. O modelo produtivo adotado a partir da tecnificação das atividades agrícolas, principalmente de exportação, criou um novo modelo de concentração da propriedade fundiária e da renda fundiária. O sistema produtivo do restante da agricultura não apresentou mudanças técnicas significativas. Os pequenos agricultores familiares não foram contemplados com o “[...] aumento de produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificulta o seu engajamento nessa dinâmica, salvo raras exceções (MENDES, 2005, p. 114)”.

Martins (2008), na obra *A sociabilidade do homem simples*, esclarece que o homem comum, em sua vivência no processo histórico e mediante as possibilidades de conscientização/alienação, realiza-se no fazer histórico dialético. A modernidade atual, as incoerências, as anomalias, os paradoxos e os limites são tão evidenciados que devem ser pensados como mediações da compreensão histórica e sociológica. E o cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas responsáveis por levar adiante a humanização do

homem, ou seja, a história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano e por meio dele é que o homem simples busca a sua emancipação.

A vida na cidade colocou para o homem simples a vida moderna e trouxe a ideia de que não sobrava espaço nem tempo para a vida rural e seus costumes, pois a cidade se sobrepôs ao campo. A construção da concepção de civilização descartou as manifestações da cultura popular. A própria pobreza ficou “sem lugar” na sociedade moderna, foi então renegada e depositada no residual urbano: nas periferias e nas favelas. Sob o entendimento de Martins (2008), no Brasil, as construções positivistas republicanas tentaram sempre “civilizar” a nova nação capitalista, tentando renegar o passado escravocrata.

Logo, o processo de consolidação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra foi, ainda é, e continuará sendo bastante árduo, motivado em grande parte por uma consistência de valores inversos, com motivações sórdidas e descaracterizadas de senso social. Os formuladores de políticas, sejam eles de esquerda, ou direita, fazem o melhor esforço que conseguem para ignorar a questão.

Assim, sabendo que o espaço agrário brasileiro é construído por meio de processos históricos contraditórios e espacialmente assimétricos, produzindo diferentes formas de apropriação da terra, entendemos que os assentamentos rurais são resultados do processo de desapropriação de terras destinada aos sujeitos que foram expulsos do campo, ou que nunca tiveram acesso à terra. Os assentamentos da reforma agrária constituem na criação de novas unidades de produção familiar, com trabalhadores rurais sem-terra na busca pela terra e apoiados nas políticas institucionais de reordenamento do território.

## 2.5 Movimentos sociais

Antes de nos aprofundarmos em nosso estudo, acreditamos ser importante elucidarmos o que compreendemos por movimentos sociais, uma vez que são variadas as definições oferecidas a este fenômeno. Diferentes são os posicionamentos atribuídos a esse fenômeno, desde os fundamentos ideológicos, indo até sua estruturação. *A priori*, Movimento Social pode ser conceituado como um mecanismo de mobilização coletiva duradoura, que possui uma estrutura organizacional. Suas estratégias focalizam a crítica aos fundamentos da sociedade atual capitalista, materializada na concentração de poder e riquezas a uma minoria (PEDON, 2013). Deste modo, o engajamento desses grupos objetiva o combate as estruturas contemporâneas de exclusão e a subordinação das classes populares.

Suas ações possuem caráter sociopolítico, alicerçadas em atores sociais, que integram distintas camadas da sociedade. Os movimentos moldam suas demandas a partir de seu direcionamento político, e suas ações são estruturadas por meio de um repertório que visa a resolução de uma série de questões. Por meio desse conjunto de atividades, os movimentos sociais passam a ter uma identidade, baseada em um referencial de valores culturais e políticos, compartilhados pelos indivíduos que compõem o grupo.

Logo, como nos elucida Maria da Glória Gohn (2004), os movimentos sociais são um mecanismo que favorece ao trabalhador a manifestar-se e resistir as opressões do sistema capitalista. Por esse motivo, possui caráter conflitivo e multidimensional, que sofre alterações ao longo das décadas, conforme as novas demandas da sociedade. Com isso, verifica-se que os movimentos sociais se baseiam num conjunto de interesses comuns aos indivíduos. Sob uma ótica marxista, esses grupos fundamentam-se em expressões coletivas de descontentamento e de transformação social. Resultam das contradições existentes entre capital e trabalho.

O surgimento das primeiras organizações que podemos enquadrar como movimentos sociais datam do século XIX. Esses grupos alicerçavam-se sobre o ideário marxista, direcionadas para as lutas de classes e o combate as contradições construídas no sistema capitalista.

Os movimentos que possuem maior notoriedade nesse período “clássico” são os movimentos de cunho sindicais e trabalhistas, que visavam o fim da exploração. Nas décadas seguintes, estes movimentos incluem pautas como o anti-imperialismo e a libertação nacional. Sob esse ideário, a luta de classes era vista como principal mecanismo de mudanças das estruturas sociais.

Com o acelerado ritmo de transformações políticas, econômicas e sociais que o Ocidente esteve imerso com a chegada do século XX, novas situações e demandas fazem surgir “novos” movimentos sociais. Apesar de ainda manterem traços da luta de classes, esta nova estrutura se apresenta como alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda. Este novo modelo traz um distanciamento dos movimentos clássicos, mas não significa que estejam dissociados quanto à luta pelas diferentes causas sociais, pois,

Os “novos” movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não-capitalista. (SIQUEIRA, 2002, p.2).

Ainda sobre essa nova perspectiva dos Movimentos Sociais, pode-se evidenciar que as ações realizadas pelo grupo são orientadas e postas em prática dentro de um âmbito de oportunidades e restrições. As ações dos sujeitos e seu nível de mobilização ante a sociedade vão variar de acordo com a capacidade de mediação e consolidação das causas. Como destaca Touraine (2006), os indivíduos componentes desses movimentos são “atores de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um com o outro, uma importância central”.

Nesse passo, podemos evidenciar mudanças no campo de atuação. Uma das principais diferenças está relacionada ao desprendimento das esferas do trabalho e da produção. Também há um distanciamento quanto à postura político-ideológica de outros grupos, como os sindicais. Com isso, esses novos movimentos sociais buscam manter uma postura apartidária.

Ao tratarmos do Brasil, podemos verificar que, até a década de 1970, os estudos ligados aos Movimentos Sociais tinham por principal chave de análise o populismo. Os novos estudos desmistificaram a visão do trabalhador como objeto de manobra política, e a vê-lo como força de mobilização coletiva. Como aponta Cassab (2006), surgiu, a partir desse momento, uma nova concepção de organização e de fazer política.

Em meio a essa reformulação, entram em cena os Movimentos sociais rurais, com destaque ao MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Fruto de um contexto tortuoso, datado dos anos 1980, a redemocratização brasileira proporcionou o estabelecimento de novas práticas políticas e sociais, unindo-se ao processo de aparelhamento do Estado pelos partidos. Podemos evidenciar que alguns movimentos sociais, a exemplo dos sindicatos, tornaram-se partidos políticos. Nessa institucionalização, pôde-se verificar um processo de racionalização dos grupos que, para além da luta pelos direitos, passaram a adotar políticas de proteção de seus interesses.

Junto a esse cenário, os movimentos sociais rurais passaram a intensificar sua participação nas disputas que envolvem a luta pela terra e o controle social das políticas públicas camponesas. Entretanto, com o surgimento de novas demandas decorrentes da consolidação das políticas de assentamentos nas últimas décadas, os movimentos sociais rurais adotaram novas práticas, mais próximas do cotidiano dos assentados.

A partir desse breve panorama, concordamos com Cassab ao apontar que: “Movimento Social é ainda hoje uma categoria em disputa, cuja definição não constitui um consenso entre os diversos autores que discutem sobre a existência ou não das formas de organização que poderiam ser denominados de movimentos sociais” (CASSAB, 2006, p. 131).

## 2.6 Assentamento rural: um espaço em consolidação

Em linhas gerais, assentamentos rurais são unidades agrícolas independentes, estruturadas e instaladas pelo Estado. Sendo uma estratégia que pretende contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, e sua criação integra o conjunto de práticas que visam estabelecer “concretamente” a reforma agrária.

Segundo Sen (2010), o desenvolvimento pode ser visto como o processo de expansão das liberdades das pessoas, liberdades estas que dependem não apenas do crescimento econômico do país ou de rendas individuais, como tradicionalmente se abordou a noção de desenvolvimento, mas dependem, sobretudo, de disposições sociais, econômicas e dos direitos civis. Desta forma, o desenvolvimento necessita que a privação das liberdades individuais seja eliminada, pois tal processo depende da condição de agente das pessoas. Ainda de acordo com Amartya Sen (2010), o desenvolvimento deve estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

Realizando uma investigação da origem do termo, a expressão assentamento rural é de uso recente, observada pela primeira vez na década de 1960, através de relatórios produzidos em diversos países da América Latina. Nestes documentos oficiais, relativos a programas agrários dos Estados, o termo referia-se ao processo de transferência e instalação de grupos familiares camponeses sem terra, ou com posses territorialmente ínfimas, através de um lote traçado institucionalmente, com o objetivo de implantar novas unidades produtivas (LEITE, 2012).

Autores como Bergamasco e Norder (1996) defendem que, de maneira genérica, as ações que implicam os assentamentos rurais podem ser definidas como mecanismos que favorecem o estabelecimento de divisões não arbitrárias da terra, utilizando ferramentas do próprio Estado, uma vez que este também tem interesse no reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra, ou com pouca terra. Realizando esta síntese do conceito, os autores definem que esta prática consiste na:

(...) criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra; ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola: (a) projetos de colonização; (b) reassentamento de populações atingidas por barragens; (c) planos estaduais de valorização das terras públicas e de regularização possessória; (d) programas de reforma agrária; e (e) criação de reservas extrativistas (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7-8).

Apesar dessas definições gerais, sabemos que os assentamentos rurais possuem uma complexidade maior. Como nos aponta Leite (2014), esse tipo de organização pode ser fruto de



variadas situações, sejam elas ligadas diretamente, ou não, a uma instituição governamental. Existem diversos grupos que vem reivindicando seu direito a terra, e por vezes não esperam a iniciativa estatal para ocupar um determinado espaço. Na realidade brasileira, por exemplo, é contabilizado um número volumoso de grupos que lutam por um acesso igualitário à terra, assim como os caminhos traçados após a consolidação do assentamento podem ser bastante diversos.

Detendo-nos ao caso específico do Brasil, a organização e manutenção da reforma agrária, assim como a implantação oficial dos assentamentos, ficam sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que inconstitucionalmente se compromete a adquirir ou desocupar uma propriedade que originalmente pertencia a apenas um proprietário<sup>2</sup>. De modo geral, para a desocupação destas propriedades, esta deve ser apontada como improdutivo.

Segundo Albuquerque (2004, p. 88), “(...) postula-se que estas terras são improdutivas devido a dois fatores: (1) o solo não apresenta fertilidade suficiente para que se possa investir na produção agropecuária e (2) localizam-se à grande distância em relação aos centros comerciais”. Após a efetivação desta primeira etapa, a instituição governamental irá realizar a divisão dos lotes, que serão distribuídos às famílias consideradas carentes.

A partir da desapropriação e posse do território pelo Estado, o INCRA inicia a estruturação e instalação dos assentamentos rurais. Uma vez que esta prática se vincula ao preceito de reforma agrária, a distribuição de terra igualitária, conforme afirmamos anteriormente, visa a elevação do desenvolvimento social e econômico. No caso do Brasil, a proposta de reforma agrária foi inserida na legislação por meio do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504) e da Lei da Reforma Agrária, de n. 6.629, de 1993.

É importante salientar a relevância da Lei nº4504/64, o Estatuto da Terra. Apesar das deficiências quanto a sua aplicabilidade, ainda sim foi um dos primeiros instrumentos elaborados para a desapropriação de terras improdutivas, considerando a função social da propriedade. Nestes documentos, a reforma é conceituada como “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

Sabemos que apesar da sua clara necessidade, e da existência de leis que expressem a sua aplicação, a reforma agrária ainda precisa traçar um longo caminho entre a teoria e a prática.

---

<sup>2</sup>INCRA. Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>.

Os assentamentos rurais integram um conjunto de políticas públicas que deveriam ter como desfecho a reforma, mas não vem desempenhando um papel tão eficaz, tendo em vista a sua urgência.

As bases das políticas estatais são sempre as negociações, o “exercer política”, e como bem assinala Saquet, são os mais variados possíveis os conflitos no âmbito da América Latina, e em especial ao Brasil (SAQUET, SANTOS. 2010).

A questão da grande propriedade no Brasil é muito abrangente, e já é de conhecimento que as grandes extensões de terra que são encontradas hoje estão concentradas em corporações empresariais para fins diversos, entre eles, a reserva patrimonial e a reserva financeira (mercado de terras).

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos, porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor para fins produtivos, ora como reserva patrimonial. Outra situação recorrente, que vem causando polêmicas no âmbito jurídico, é a compra de terras brasileiras por grupos estrangeiros. Segundo Hage, Peixoto e Vieira Filho (2012), o debate sobre essa prática é controverso, uma vez que inclui indisposições relativas a soberania do território nacional, ao mesmo passo em que possíveis impedimentos podem inviabilizar investimentos estrangeiros em setores agrícolas e agropecuários.

Assim é fácil a compreensão de que, para ter acesso aos sistemas de financiamentos de grande porte, se faz necessário o emprego de diversas garantias, bem como a inserção de políticas incentivadoras do governo. Nesse momento, tais proprietários acabam por utilizar as reservas de patrimônio como garantias financeiras (OLIVEIRA, 2001).

Numa constante de motivações sociais e históricas, as políticas estatais são cada vez mais viciadas por erros históricos, tendo em vista que o Brasil é um país marcado por injustiças sociais, especialmente, no âmbito regional e social.

Para Lopes (2008), quase sempre, os conflitos de terra têm como principal característica a violência, praticada pelos latifundiários e seus jagunços contra os ocupantes, com o beneplácito, conivência ou omissão da Justiça.

Os problemas da questão agrária, relativos à vida e produção no campo, compõem o conjunto de questões estruturais que barram noutro modelo de desenvolvimento para o país, mantendo suas características contraditórias em favor de um pequeno número de privilegiados (GIRARDI, 2008).

Conforme Lopes (2008, p. 6-7)

...através do tripé grande propriedade – monocultura – braço escravo, ainda no período colonial, criou as bases para o desenvolvimento de um capitalismo agrário cujas principais marcas são a alta concentração fundiária, péssima distribuição da renda e da riqueza e exclusão social, e cujos resultados mais visíveis são o desemprego, a fome e a miséria e a contínua expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais do campo.

Essa minoria sistematicamente privilegiada detém, por consequência, os meios de produção e assim passa a controlar a política e as finanças. Entretanto, mesmo frente a tantas dificuldades, as minorias agrárias desse país sempre marcaram sua posição contrária. De acordo com Morissawa (2001), os camponeses sempre enfrentaram o latifúndio e se opuseram ao Estado, representante da classe dominante. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária, por exemplo, as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Ressaltamos que os enfrentamentos permanentes, nos últimos anos, tiveram uma ligeira queda, mesmo assim, é possível encontrar algum tipo de movimento, uma vez que a situação de desigualdade ainda é imensa, principalmente para um país de grandes dimensões econômicas, territoriais e políticas, como é o caso do Brasil.

A linha histórica do Brasil apresenta os camponeses e demais trabalhadores à margem do poder, sob o talão da violência. Os mesmos sempre foram excluídos, e ainda impedidos em face de progressão de qualquer medida, tudo isso em uma arquitetura perversa de exclusão incentivada pela classe dominante. Observando o contexto narrado, temos o estado de Sergipe, que está inserido neste processo se pensarmos nas políticas de desenvolvimento.

Para Santos (2010), o Alto Sertão Sergipano tornou-se alvo de ação do Estado ao longo da história, sobretudo, no cenário político dos anos oitenta, onde as políticas públicas se especializavam alicerçadas na pretensa integração do Brasil, a partir do discurso de desenvolvimento nacional, na qual a legitimação das ações governamentais em todo sertão nordestino pautava-se na premissa de que era imprescindível fomentar o desenvolvimento das regiões mais vulneráveis economicamente.

Em nossos dias, as intervenções governamentais delineiam-se não mais baseadas em programas de desenvolvimento regional, mas sobre um novo enfoque nas expectativas do desenvolvimento local, territorial, que se constitui como a mais nova orientação das políticas de desenvolvimento rural. Trata-se de um enfoque que avança no caminho da valoração espacial que o desenvolvimento ganha, sobretudo, a partir da década de noventa (SANTOS et al., 2010).

Então, o Estado passa a investir em políticas direcionadas ao mercado dos agricultores familiares, criando novos arranjos territoriais, com o objetivo de romper com enfoques setoriais (SANTOS et al., 2010). Promovendo assim maior diversificação da atuação anteriormente vista, com mecanismos de integração, sem que haja necessariamente a reforma agrária como política de Governo.

Todavia, tais métodos não foram originalmente criados no Brasil, estes provêm de uma tendência que se consolidou em outros países. Como destacamos, essa orientação operou com o retorno ao território nas políticas de desenvolvimento, tendo suas raízes na inspiração das políticas europeias desenvolvimentistas, com destaque para o modelo de reestruturação industrial conhecido como a Terceira Itália, onde após a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a um processo de indução ao desenvolvimento numa das regiões mais pobre deste país norteadas pelas expectativas promissoras a partir dos territórios locais (como era o caso das APLs).

Assim, quando se aplica esse modelo de integração, o termo “território”, em suas multiplicidades conotativas, se revela como elemento essencial do desenvolvimento, sendo ele dinâmico, com vocação empreendedora, baseado em pequenos e médios empreendimentos, dotado de uma institucionalidade sensível e preparado para as demandas de iniciativa privada, com uma comunidade coesa e com forte identidade territorial, profunda identidade produtiva e também elevada mobilidade social (SANTOS et al., 2010).

Ainda tratando das/sobre as atuações do Estado em políticas voltadas para os territórios rurais, a influência desses modelos é destacada, e largamente aplicada, a partir de 2003. Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) deflagrou um processo de criação dos territórios nos estados brasileiros, levando em consideração as características culturais, as condições edafoclimáticas e as potencialidades econômicas do lugar (SANTOS et al., 2010).

A participação do Estado como meio interventor de medidas sociais nesses âmbitos foi muito importante, pois, ao passo que o Estado regula por meio de políticas incentivadoras uma adequação social dinâmica, os resultados eram sentidos, tendo como parâmetros os mecanismos econômicos, que por si só não são suficientes para controlar a desigualdade. A intervenção cuidadosa e especializada minimiza drasticamente as consequências sociais nocivas tão presentes no nosso processo histórico.

Não obstante, a ação do Estado na organização do território, sob a égide da acumulação flexível e do paradigma do desenvolvimento local, foi influenciada pelo neoliberalismo, produzindo profundas alterações nas relações entre os atores envolvidos. Logo, assiste-se a emergência de políticas regionais, que são o resultado da combinação entre o Estado e as

coletividades dos territórios, em uma articulação do setor público com o setor privado (ALENCAR; MENEZES, 2009, p. 6).

Os movimentos contemporâneos de aplicação de novas medidas sociais de democratização da terra passaram por diversas modificações e podemos perceber que a perspectiva exclusiva da reforma agrária não conduziu a um único fio de solução, pois há outras ferramentas de atuação do Estado, que se mostram mais aprazíveis a este.

Portanto, percebeu-se que o Estado Brasileiro preferiu optar por práticas de políticas sociais como um todo, com o enfoque na “reforma territorial”, pautando-se, nesse sentido, em uma pluralidade de pessoas que poderiam não ser alcançadas por medidas específicas. Em um segundo momento, assegurou-se pelos princípios trazidos pelos mesmos grupos reivindicadores da reforma agrária, ou da justiça social como um todo. A partir destas afirmações, podemos definir que as políticas públicas voltadas para a prática da reforma agrária foram estruturadas por leis e normativas que sistematizaram e efetuarão, de forma regular, a distribuição de terras. Foram os aparatos legais que deram suporte ao alcance das demandas sociais. Mas isso não quer dizer que o âmbito jurídico é o único mecanismo de luta dos atores sociais. Por vezes, o cumprimento da justiça social vai de encontro com os aparelhos do Estado. Ao mesmo tempo em que as políticas públicas são um campo de trocas entre o governo e a sociedade, podemos enxergá-la como um local de choques e de metamorfose de ambos os interesses (LIMA, 2014).

Nos debates que envolvem melhor efetividade da lei, no tocante a instituição dos assentamentos de reforma agrária, outro ator social importante veio a surgir nos anos de 1980, tornando-se emblemático quanto a luta pelas questões agrárias. O Movimento dos Sem Terra – MST - foi fruto da politização do campesinato, sendo atualmente o maior movimento social vinculado a luta pela reforma agrária. Sua maior bandeira de luta refere-se a uma aplicação eficaz da política de assentamentos rurais, apontando sempre como “insuficiente” as demarcações efetuadas pelo INCRA. Atualmente o MST pode ser considerado como uma organização ao invés de um movimento social.

O MST tem como principal tática de luta a questão da ocupação. Ao se organizarem, os integrantes ocupam propriedades que consideram improdutivas, sem aguardar chancela de órgãos federais. É um processo social “antecipado”. Essa ocupação, especialmente nos anos 1990, não se processou de forma pacífica na maioria das ocasiões. Como afirma Wanderley (2003, p. 207), mesmo sendo viável, a luta pela terra representou uma experiência extremamente dolorosa para os que dela participaram, exigindo uma extraordinária capacidade de resistência. Choques violentos entre o Estado e os proprietários com os integrantes do

Movimento eram comuns, sendo o Massacre em Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, um dos casos que repercutiram fortemente na mídia nacional e internacional.

Podemos considerar que, nos últimos anos, com a estruturação dos movimentos sociais, houve progressos quanto à implantação dos assentamentos rurais, mas isso não quer dizer que o número de assentados esteja próximo ao ideal. Ao mesmo tempo, a quantidade não é sinônimo da “qualidade do terreno”. Um dos grandes problemas a serem discutidos era justamente as condições geográficas dos assentamentos. O recorte dos terrenos improdutivos, por vezes, torna dificultoso o sucesso da ação.

Estudos apontam que a qualidade físico-química dos solos, a disponibilidade de água, a frequência das chuvas e o relevo têm sido aspectos importantes para determinar o nível de desenvolvimento dos assentamentos (ALBUQUERQUE, 2004, p. 3). Uma das críticas estaria justamente no isolamento dos lotes, que impede uma interação destes com as comunidades vizinhas. O quadro natural é sem dúvida um elemento central que não define apenas o quão bem-sucedido será o assentamento, mas também impossibilita qualquer possibilidade do próprio desenvolvimento produtivo.

Nota-se que, por mais que os projetos de assentamento tenham por objetivo criar um vínculo entre os integrantes dos assentamentos e às comunidades vizinhas, além de criar um canal onde a agricultura familiar não seja desenvolvida apenas para subsistência, mas para fins comerciais, é perceptível que essa meta não vem sendo alcançada. Neste interim, os latifundiários mais uma vez lucram diretamente com esta situação.

Ao considerarmos este cenário, alguns críticos apontam que, na realidade brasileira, não se tem efetuado integralmente a reforma agrária. Com políticas públicas ineficazes, o que se tem assistido é uma política de distribuição de terras, onde não percebemos os cuidados com o desenvolvimento local, mas uma mera benfeitoria, onde não há preocupações com a manutenção e crescimento da agricultura familiar ali implantada.

Sem dúvida, repensar a estrutura dos assentamentos rurais, assim como a própria reforma agrária, se torna necessário. Estas medidas são, sem dúvida, meios de diminuir a desigualdades sociais, reinserindo milhares de famílias ao uso, usufruto e domínio da terra, que lhes é de direito. Cabe aos movimentos sociais não se esquecerem da base popular e tomarem o cuidado de inserir a população rural mais pobre neste debate, para que, desta forma, tenham força para pressionar os estratos institucionais.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. REFORMA AGRÁRIA, LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE**

#### **3.1 Estado, reforma agrária e Sergipe**

A reforma agrária no Brasil sempre foi algo tratado com divergências do Estado, diante da exploração dos camponeses e apreensão de movimentos que lutavam em busca das garantias dos direitos sociais.

A reforma agrária é considerada como impulso seja por pressões vindas debaixo (movimentos sociais), ou de iniciativa oficial, que direta, ou indiretamente, são estimulados por pressões (PRADO JÚNIOR, 1979), que estabeleciam uma divergência entre os trabalhadores rurais e elites governantes, colaborando para a constituição de leis que, de certa forma, são favoráveis ao desenvolvimento do campo.

Segundo Navarro (2009), em 50 anos de desenvolvimento do mundo, no geral, ocorreram duas mudanças importantes que afetaram a Reforma Agrária. A primeira delas é que a Reforma Agrária foi típica das décadas de 1950 e 1960, especialmente porque uma grande parte dos países tinha produção essencialmente agrícola e a maior parte da população vivia e dependia das atividades rurais. O que se modificou, com o passar do tempo, é que hoje temos um mundo especialmente urbano e grande parte das economias se tornou mais diversificada, com a presença de setores de serviços comerciais e industriais. Isso fez com que a temática agrária e agrícola fosse para segundo plano, ou seja, temos, essencialmente, processos de urbanização que tiram a Reforma Agrária da agenda. Esse é o primeiro grande processo que também ocorre no Brasil, embora o debate continue sendo muito marcado pelo passado. Desse modo, iniciou a implementação de políticas públicas ao favorecimento da agricultura, uma vez que, após o desenvolvimento do setor agrícola no país, o espaço rural foi visto com outros olhares (SILVA, 2001).

Voltemos os nossos olhos novamente para o Estatuto da Terra. Em seu artigo primeiro, argumentava:

O Estatuto da Terra, que foi o primeiro diploma legal como efetivação da reforma agrária no país, em seu Art. 1º, argumentava:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (LEI DA TERRA, 1964, p. 1)

A lei aparentemente permitia auferir os direitos para as pessoas que lutavam pela terra, mas nunca foram materializados. O Estado contribuiria no papel, mas a prática foi totalmente diversa. Não adiantava as normas insculpidas no Estatuto quando ainda estavam as terras sendo cada vez mais concentradas nas mãos dos grandes fazendeiros (SILVA, 2001). Esse argumento mostrava o principal cenário agrário no Brasil, e a lei perdeu a eficácia durante todo esse tempo, ficando apenas como mero diploma decorativo.

Face as manifestações a favor da regulamentação da lei, o governo publicaria o Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, criando o Órgão que trataria da questão da reforma agrária, o INCRA, institucionalizando a distribuição de terra no país. O INCRA estabelecia a conexão entre os camponeses e os grandes latifundiários, fiscalizando e implantando a distribuição de terras de forma mais adequada no país.

O decreto, que criaria esse novo órgão, iniciaria os debates das questões agrárias no país, entretanto, o envolvimento do INCRA nessa discussão não estabeleceria a reforma agrária, por isso, organizações sociais não satisfeitas com o desenvolvimento do campo no Brasil manifestariam contra o Estado, reivindicando o que está exposto no Estatuto da Terra, porém o governo necessitaria implantar outra política, que segundo Silva (1985), procuraria:

Em 1985 quando foi discutido o I PNRA que procurava fazer cumprir os postulados presentes do Estatuto da Terra de 1964, houve uma grande repulsa dos representantes das elites rurais da época que eram encabeçados pelo então ex-ministro da Justiça Armando Falcão e pelo ex-deputado Sergio Cardoso de Almeida onde o segundo não só representante ativo dos interesses do latifúndio como também grande proprietário de terras na região de Ribeirão Preto - SP e na Amazônia. Na época essa frente parlamentar chegou a afirmar que a criação do I PNRA seria um plano arquitetado pela CIA (Agência Central de Inteligência) e da KGB (Comitê de Segurança de Estado) para impedir que o Brasil viesse a se tornar uma potência mundial a partir de sua produção agrícola (SILVA, 1985, p. 12).

O I PNRA estabelecia apenas o acesso de terras às pessoas que não tinham, sua visão era assentar, durante 10 anos, 1 milhão de famílias. Porém, o resultado foi de apenas 90 mil



famílias, e isto ocorreu porque a resistência da elite latifundiária não aceitava, os projetos políticos de uma autêntica reforma agrária no país, fazendo o Estado recuar as políticas, de modo que era apenas implantado no papel. Essa alternativa manteve o governo paralisado nessa discussão, prejudicando o país (SILVA, 1985). A terra que era concentrada em poucas mãos, em sua maioria, era improdutiva, se transformando em elemento obstativo ao desenvolvimento econômico do país.

Novamente com as novas discussões, o Estado estabeleceria o II PNRA apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, com meta de assentar 1,4 milhões de famílias. Para que ocorresse essa meta, foi alterado o primeiro PNRA, implantando agora órgãos governamentais imbuídos de gerir e fiscalizar as políticas públicas de reforma agrária no Brasil. Daí a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado para implementar a reforma agrária e reordenar o território agrário no país.

Danelon (2012) retrata essa nova criação:

O MDA, no entanto, não é o único responsável por se enveredar nos assuntos ligados a reforma agrária, existem também secretarias e unidades dentro do próprio MDA que tem objetivos específicos de tratar de assuntos relativos à reforma agrária. Um exemplo disso é a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) que tem o intuito de atuar na aplicação de políticas públicas nacionais destinadas ao meio rural através de ações complementares que auxiliem na reforma agrária. O SRA procura atuar com meios que possibilitem o real acesso à terra, através do Crédito Fundiário, por exemplo, pois, conforme já foi mencionado anteriormente não basta apenas se fornecida a terra é preciso também existir condições para que essa terra venha se tornar produtiva tendo uma verdadeira valia no processo de reforma agrária, e o crédito fundiário aparece com esse papel. (DANELON, 2002, p. 8)

A responsabilidade em criar, planejar e executar as políticas públicas no país colaborou para novas criações de assentamentos e o favorecimento de crédito, pois não adiantava colocar as famílias na terra e não conceder o capital para o crescimento delas.

O novo plano era estabelecer, mais uma vez, vantagens contra os latifundiários, porque muitos assentamentos teriam uma grande explosão em crescimento. O MST cresce e amplia sua luta pela terra, colocando o Estado como instrumento para aplicação das políticas públicas para a expansão da reforma agrária no Brasil.

Em Sergipe, o II PNRA colaborou na implantação da reforma agrária mais justa. Em 1996, ocorreria a política pública de crédito para todos assentados de Sergipe, todos os assentados teriam direitos aos benefícios, como construções das casas, o fomento (bolsa para apropriação da agricultura no lote), direito ao PRONAF, assistência técnicas, água e luz (INCRA, 2000). Essa transformação colaborou para o avanço na reforma agrária no Brasil, principalmente no estado de Sergipe.

Segundo Oliveira (2007, p. 139),

As transformações profundas que a agricultura brasileira passou nas últimas décadas do Século XX, revela suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania.

O Estado detectava a importância da reforma agrária, mas ainda não se observava essa transformação como componente no processo de desenvolvimento agrícola do país. Os Assentamentos em Sergipe sempre foram opostos da realidade do Estado. Os governantes afirmavam que as políticas públicas relacionadas à reforma agrária eram inaptas para construção de um setor agrícola mais dinâmico (SANTOS 2010).

Diante da implantação das políticas de melhoramento dos assentados, no decorrer dos anos, o déficit era maior, mesmo tendo muito capital originado do fundo perdido do governo federal. Os assentados não conseguiriam se manter na terra, as dívidas aumentavam, provocando o abandono dos lotes, conquistados pela reforma agrária (SANTOS, 2010).

“Em tempos, os espaços do lote e dos assentamentos são resultado da objetivação das relações sociais que as famílias desenvolvem ao longo de sua história de vida no assentamento”. (CASTRO, 2006, p. 94), e eram vistos pelo Estado como importuno para o desenvolvimento familiar.

O MST e os demais movimentos de luta pela terra mostraram ao Estado que a falta desses fatores e a desistência de famílias se relacionavam com a falta de políticas públicas mais rápidas, ou seja, as burocracias para a liberação de projeto relacionadas aos assentados faziam a diminuição do processo de desenvolvimento da agricultura família nos assentamentos.

A reforma agrária foi beneficiada, mais famílias foram assentadas, além de promover uma estrutura social para os assentados, créditos de melhoramentos, e anistia de dívidas. Em Sergipe, essa política favoreceria aos assentamentos, melhorando o espaço agrário nos Assentamentos, além de desapropriação de 90 fazendas no território sergipano.

### 3.2 Aspectos gerais da reforma agrária em Sergipe

Em relação as primeiras ações que impulsionaram a reforma agrária em Sergipe, podemos observar que esse processo tem início nos anos 1940 (SANTOS, 2008). Nesta primeira fase de reivindicações pelo direito a terra, que vai até os anos 1960, o governo

estadual atua de forma tímida, e a distribuição de lotes parte de iniciativas individuais ou de entidades como a PRHOCASE - Promoção do Homem no Campo de Sergipe, ligada a Igreja Católica.

Segundo Santos (2008), data de 1945 a primeira experiência de assentamento camponês em Sergipe. Foi a Colônia Riachão do Dantas, situada no município do mesmo nome. O terreno possuía extensão de 260 hectares, e foi oferecido por um líder político da região. Os registros apontam que este assentamento tinha a capacidade de acomodar 80 famílias.

Entretanto, segundo Júnia Sousa (2009), esses primeiros projetos de distribuição de terra não seriam ainda manifestações concretas de projeto de reforma agrária. Eram programas que visavam a reestruturação fundiária, tendo em vista um suporte para a grande produção. Nesse período, o desenvolvimento de atividades no setor pecuário e canavieiro se expandia, mas passou a enfrentar, em contrapartida, a elevação do êxodo rural. No mesmo sentido, o estabelecimento dos latifúndios vinculados ao crescimento econômico da região levou ao acirramento dos conflitos de terra.

A partir do século passado, como reflexo da situação nacional, na região sergipana, houve a ampliação nas manifestações de luta pela terra (SANTOS, 2008). Podemos destacar, nesse segundo momento, a presença de cooperativas e entidades religiosas, que tiveram papel importante essencial nas iniciativas de distribuição de terra. Vale observar os trabalhos desenvolvidos pelas Dioceses de Aracaju e Propriá, que contavam com apoio do governo para o auxílio para a instalação de colônias pelo Estado.

As pequenas cooperativas também tiveram importante papel nesse processo (SILVA, 1995). Dentre essas organizações, podemos destacar a atuação da COOPERTREZE - Cooperativa Mista dos Trabalhadores dos Treze; COOPERGRESTE - Cooperativa Agropecuária Mista e de Colonização do Agreste Ltda; e a COOPAME - Cooperativa Mista e de Colonização Jardim e Cooperativa Agrícola Mista de Estância; todas as três fundadas ainda nos anos 1960.

Até 1985, as políticas vinculadas a distribuição de terras na região sergipana eram implementadas pela CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; pelo POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste; e pelo PROCANOR - Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.

A partir dos anos 1980, com o surgimento do Programa Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), pode ser verificada uma série de mudanças, especialmente no que diz respeito a postura governamental. A formalização do processo de reforma agrária tem por principal

característica a política de assentamentos. Segundo Silva e Lopes (1996), com o acirramento nas ações de luta pela terra, a partir desse momento, ocorreu a disseminação do Programa como uma das principais influências.

Além disso, foi na década de 1980 que, no âmbito nacional, assistiu ao fortalecimento dos movimentos sociais, em especial ao surgimento do MST, em 1984. Logo, essa articulação intensificou as pressões para a política de desapropriação de fazendas improdutivas, tendo em vista a criação dos assentamentos. O Governo Estadual, seguindo a política de reestruturação fundiária, adquiriu novas áreas para o estabelecimento de novos assentamentos.

Silva e Lopes (1996) afirmam que o PNRA exerceu forte influência sobre os camponeses sem terra de Sergipe. Outros pontos apontados como ferramentas que incitaram as manifestações populares foram a expansão do capitalismo na região, representada pela concentração fundiária, a escassez de terras produtivas e ainda aos efeitos da seca. Para os autores, esses fatores motivaram as ações de ocupações de terra.

Ainda segundo Silva e Lopes, os mecanismos de ocupação foram de suma importância para o estabelecimento de novos assentamentos. Para os autores:

“É inquestionável que as desapropriações aconteceram, em Sergipe, muito mais pela pressão e luta do que pela ação do INCRA. Aliás, ao se anteciparem ao INCRA ou criarem situações que obrigaram o órgão a acelerar os seus trabalhos de vistoria das áreas e formalização dos processos de desapropriação, os trabalhadores rurais exerceram na prática a função de sujeitos do processo de reforma agrária. Em outras palavras, fizeram com que o INCRA seguisse a reboque do processo de luta pela efetivação da reforma agrária”. (SILVA; LOPES, 1996, p. 101)

Traçando um quadro geral da reforma agrária em Sergipe, Júnia Sousa (2009) evidencia 169 assentamentos rurais implantados desde 1985. Essa política beneficiou por volta de 8.109 famílias, numa área total de 142.174 hectares, sob a gestão da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA<sup>3</sup>.

Santos (2008) aponta que, na década de 1990, o INCRA implementou cerca de 50 assentamentos rurais, que englobavam uma região equivalente a 59.035. Observa-se que foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que houve um ápice na estruturação de assentamentos em Sergipe (SOUSA, 2009). Entretanto, nas últimas décadas, ainda assistimos a certa timidez dos poderes públicos para a organização de novas famílias assentadas.

Entretanto, Lopes (2007) assinala a descontinuidade quanto ao ritmo de execução da reforma agrária no Estado. O autor aponta que dos 78 assentamentos implantados pelo INCRA,

---

<sup>3</sup>SOUSA, Júnia Marise Matos de. Do acampamento ao assentamento: um estudo da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. 2009. 384f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão. 2009

entre 1986 e 2001, com base em desapropriações de terras, 12 (15,4%) tiveram os imóveis, que lhe deram origem, desapropriados no período 1986/1989, ocorrendo, em 1990, apenas uma desapropriação de terra (Assentamento São Francisco, em Cristinápolis); entre 1991 e 1994, também um só imóvel foi objeto de desapropriação por parte do INCRA (o que deu origem ao projeto Oito de Março, em São Cristóvão). Entre 1995 e 1998, o número de desapropriações chegou a 43 (55,1%), decrescendo a partir daí. Durante o segundo mandato de FHC, somente foram desapropriadas 21 propriedades (26,9%). O mesmo acontecendo em termos do número de famílias assentadas: entre 1994 e 1998, foram assentadas 2.821 famílias (55,8% do total ou 564,2 famílias/anos) e, de 1999 a 2001, somente 892 famílias (17,6% ou 297,3 famílias/ano). Em todo o ano de 2001, só foram assentadas 250 famílias.

Verificamos brevemente, acima, o processo de reforma agrária em Sergipe, a seguir, nos aprofundaremos nas manifestações de Luta pela Terra no Estado.

### 3.3 Considerações da luta pela terra em Sergipe

A luta pela terra está irremediavelmente ligada a desigualdade quanto a sua distribuição. A concentração de terras na mão de poucos e o estabelecimento de latifúndios são algumas das características do sistema capitalista, que levam os camponeses a restringirem cada vez mais as suas posses, que por vezes não são suficientes nem mesmo para sua própria subsistência.

Nesse contexto, podemos diagnosticar considerável parcela de camponeses que, por meio da luta, buscam mudar essa realidade, reivindicando seu direito a terra. Ao longo das últimas décadas, especialmente por meio dos movimentos sociais, assistiu-se a organização e estruturação de mecanismos de combate, que visam não só a conquista do lote, mas a permanência do agricultor em seu terreno.

Observou-se brevemente, no tópico anterior, a situação em Sergipe, e esta não se mostra diferente. Os Movimentos Sociais são peça chave no cenário de lutas na região sergipana, assim como todo o Nordeste, e possuem um histórico de concentração de terras, e uma extensa lista de conflitos marcados pela violência e pelo desamparo ante o poder público na solução das causas camponesas.

Como um exemplo dessa situação, Lopes (2006) destaca os atos de violência que vão desde a presença dos jagunços, que eram contratados pelos grandes fazendeiros, até as ações policiais truculentas, com o objetivo de cumprir mandatos de reintegração de posse da terra. Desde os Índios Xocós, até as ocupações realizadas pelo MST, são diversos os exemplos locais de conflitos.

Em seu estudo, Júnia Souza destaca o caso dos índios Xocós, em 1988, como um interessante exemplo de luta pela terra e pela permanência. A autora relata que:

A luta dos Índios Xocós pelo reconhecimento de suas terras data de 1988, quando reclamavam a posse junto ao governo federal. Vários foram os episódios desta luta desigual, entre eles o de 1987, em que João Fernandes de Brito se assenhora de cinco dos oito lotes em que fora dividida a terra dos índios. Expulsos das terras cujo direito de uso há séculos lhes pertenciam, os índios resistiram às pressões e ameaças físicas. Mas o governo do Estado decreta a área como sendo de utilidade pública, comprando de quem não tinha propriedade. Apesar dos Britos serem vencedores, por receberem o preço de uma terra que não lhes pertencia, os índios Xocós, através de suas lutas com os jagunços e policiais, conseguiram permanecer em suas terras. (SOUZA, 2009, p. 106).

É importante salientar que as práticas de violência contra os camponeses não ficaram restritas apenas as últimas décadas do século XX. Lopes (2007) assinala que, nos anos 2000, apesar da gestão federal estar sob o comando de um partido de esquerda, a expulsão de sem-terra das áreas ocupadas, a queima de barracos e a destruição dos acampamentos continuou a ser uma prática recorrente.

O autor destaca a ação ocorrida em 2003, quando 300 policiais militares fortemente armados destruíram o acampamento Milton Santos. Localizado na cidade de Estância, cerca de 500 famílias de sem-terras ficaram desabrigadas. Lopes ainda destaca que toda a ação, que incluiu uso de gás lacrimogêneo, ocorreu com a presença dos Ouvidores Agrários Nacionais e Regional do INCRA e de Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE.

Os atos de reintegração da terra normalmente são realizados sob extrema violência e desrespeito aos direitos civis dos acampados. Em algumas situações, não é concedido aos camponeses nem mesmo o direito de retirar seus pertences e documentos. As máquinas da DER costumam demolir todo o acampamento, inclusive escolas utilizadas para a alfabetização de crianças e adultos.

Noutro importante estudo, Silva e Lopes (1996) caracterizaram e mapearam as lutas pela terra na região sergipana, entre os anos de 1985 a 1989. Por meio dessa análise, concluiu-se que o uso da violência e a mediação de instituições, como a Igreja, são as principais características desses acontecimentos.

O estudo revelou ainda que os motivos que levam os trabalhadores a ocupar os imóveis e realizar os acampamentos são a falta de terra e a inexistência de qualquer oportunidade de trabalho. No mesmo passo, são evidenciadas as dificuldades de ocupação, que exige planejamento e adesão de determinado grupo.

Por fim, ressaltamos o importante papel do MST nas lutas a partir de 1985, tendo em vista seu solido nível de mobilização social e política. O movimento tornou-se protagonista nas

ocupações, se tornando o principal interlocutor do campesinato no estado de Sergipe. O MST consolidou a luta pela terra no território sergipano, pressionando o INCRA e o governo, também o movimento se articulou para participar efetivamente do cenário político, lançando candidatos para o legislativo, além de conseguir estabelecer um diálogo no âmbito acadêmico.

Nesse segundo painel, vimos que para além da luta pela terra, os trabalhadores rurais também precisam se articular para permanecer em seus lotes. São diversas as dificuldades, entretanto, verificamos que os camponeses continuam a se mobilizar e lutar por suas demandas.

### 3.4 A atuação do MST em Sergipe

Como vimos, o MST - Movimento Sem-Terra se tornou a principal organização de representação dos trabalhadores rurais, não só no estado de Sergipe, mas em todo Brasil. Segundo Lopes (2007), além do MST, a Diocese de Propriá, a FETASE e os STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MLC (Movimento de Luta Camponesa) – estes dois últimos dissidência do MST – seguem como organismos de menor expressão, que também buscariam combater em prol dos direitos do trabalhador.

Retornando para histórico do MST em Sergipe, desde o seu surgimento em 1985, o Movimento buscou unir-se as atividades desenvolvidas pela Diocese de Propriá. Entretanto, divergências políticas e desentendimentos quanto as estratégias de luta pela terra culminaram no rompimento dos dois grupos. A partir desse momento, o MST assumiu a dianteira na organização de ocupações de terras na região sergipana. Com o objetivo de evitar atritos com Propriá, o Movimento optou por mobilizar-se junto as regiões sul e norte do estado. Os processos realizados incluíam atividades que visavam o convencimento e o apoio dos camponeses para realizarem novas ocupações. Esse trabalho mostrou ótimos resultados, ampliando consideravelmente as ações de luta pela terra em Sergipe.

Nos últimos anos, especialmente após a desarticulação da Diocese de Própria e o enfraquecimento dos Sindicatos, o MST passou a atuar em todas as regiões de Sergipe. Por outro lado, o crescimento e a autonomia do Movimento quanto as atividades de mobilização camponesa no estado vêm transformando-o numa organização com fortes traços de autoritarismo (LOPES, 2007).

Como nos elucida Lopes (2003), a limitada participação de trabalhadores rurais nascidos no próprio estado nas instâncias diretivas do Movimento – o controle do MST, em nível estadual, está nas mãos de militantes profissionais, oriundos do sul do país – e a saída de

lideranças locais (ex-dirigentes do Movimento no estado) por não encontrarem maior espaço de atuação e reconhecimento pela direção nacional do Movimento apontam nesse sentido.

Entre 1991 e 1999, o MST havia sido responsável por pelo menos 70% das ocupações ocorridas no Estado de Sergipe (LOPES 2003). Noutra pesquisa, verificou-se que 47 das 56 ocupações registradas pelo INCRA, no ano de 2001, tinham o MST como articulador. Entretanto, é importante ressaltar que nem sempre o MST permanece como influenciador político após o estabelecimento dos assentamentos. Na realidade, a minoria dos assentados permanece sob o controle do Movimento.

Gismário Nobre (2008) salienta que, na década de 1990, além dos movimentos nacionais de ocupação do MST, motivados principalmente pelo Massacre de Eldorado dos Carajás (1997), no âmbito regional, a administração do governador Albano Franco também colaborou com a expansão dos assentamentos. Apesar de ser um “defensor” da propriedade privada, o político adotou uma postura de negociação junto ao movimento.

Outro marco nas atividades do MST no estado de Sergipe foi a construção de parcerias com o Governo do Estado para a gestão e execução de serviços no âmbito rural. Dentre os principais projetos estão o PRONERA – Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária –, o Projeto Lumiar, ligado a serviços de assistência técnica, e outras ações voltadas para infraestrutura básica.

Em largos traços, o PRONERA propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Já o Projeto Lumiar objetiva a implantação de serviço descentralizado e terceirizado de apoio técnico às famílias assentadas, de uma maneira que os serviços de assistência técnica dos assentamentos fossem contratados pelas próprias associações dos assentados.

É perceptível, nos últimos anos, que o MST vem adotando novas estratégias, tendo em vista a sua condição atual, vinculada mais a permanência do assentado, do que a luta pela conquista da terra. No mesmo passo, o Movimento aproximou-se paulatinamente do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essas parcerias possibilitaram um fortalecimento político, mas alguns autores apontam é a falta de traquejo da organização para lidar com os assentamentos.

Tendo em vista essa situação, Lopes conclui que, apesar da forte articulação política e seu poder de interlocução junto ao poder público, o MST tem dificuldades quanto ao âmbito interno dos assentamentos. É notório que a juventude possui uma postura mais engajada, em apoio ao movimento, ao contrário dos mais velhos, que apesar de reconhecerem a importância do MST, não se reconhecem como integrantes do Movimento.



Na atualidade, não podemos negar a importância do MST como principal articulador e mediador das demandas do trabalhador rural, não só em Sergipe, como no Brasil. Por outro lado, como salienta Nobre (2008), verificam-se contradições, uma vez que ao mesmo tempo em que o movimento busca combater as estruturas do sistema vigente, por outro lado, desempenha ações em parceria com o governo, que por vezes podem influenciar na sua postura crítica e de combate.

### 3.5 A conquista de assentamentos rurais em Sergipe

Lopes (2003) divide a História dos Movimentos Sociais Rurais e o estabelecimento dos assentamentos em Sergipe em três fases distintas. A primeira delas enquadra-se entre os anos de 1945 e 1960 quando surgem os primeiros movimentos de reivindicação a terra. Entretanto, nesse primeiro momento, o autor salienta que as manifestações ainda são esparsas, e só começam a ganhar força no fim da década de 1950, com o surgimento das Ligas Camponesas.

A Igreja é a primeira instituição em Sergipe a se mobilizar junto a causa camponesa. Desse modo, a partir de 1962 em diante, passou a se envolver com o assentamento de sem terras, organizando colônias agrícolas e fazendas comunitárias. O trabalho da Igreja também incluiu a criação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Sergipe. Essas organizações se localizaram nos municípios de Aquidabã, Campo do Brito, Itaporanga D'Ajuda, Japarutuba, Lagarto, Nossa Senhora das Dores, Laranjeiras, Nossa Senhora da Glória e Simão Dias.

A segunda fase desse histórico agrega o fim dos anos 1960 e a década de 1970. Como vimos anteriormente, esse período foi marcado pelos choques e pelo uso da violência contra os movimentos sociais emergentes. Em Sergipe, a distribuição de terra aos camponeses ainda tinha a participação da Igreja Católica, que foi marcada principalmente pelas “cooperativas de colonização”; e também pelo engajamento do governo do estado na manutenção dessas políticas. Como aponta Lopes, os assentamentos realizados pelas cooperativas Camurupim e Jardim eram os únicos que não estavam sob o controle das oligarquias rurais, que tinham por objetivo manter a sua tradicional política clientelística.

O governo estadual também passou a estimular a colonização via cooperativas em diversos municípios, mediando muitas vezes as negociações entre elas e o Banco do Brasil, a fim de que pudessem ter acesso ao crédito fundiário. Por meio dessas negociações, foram criadas nesse período 12 colônias agrícolas. Tanto as colônias instituídas pelas cooperativas como as organizadas pela Igreja tinham como objetivo o assentamento de trabalhadores rurais.

Logo, nessa fase, o governo estadual tornou-se o principal responsável pela constituição dos assentamentos rurais, apoiado nos recursos do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), além de outros programas (LOPES, 2003). Por outro lado, é nesse período que os trabalhadores passam a se engajar de forma mais ativa, unidos a Igreja e por um pequeno número de sindicatos de trabalhadores rurais, como os localizados em Salgado e Pacatuba, conhecidos por suas ações mais ativas. Esse conjunto de atividades trouxe visibilidade as demandas da luta pela terra.

Porém, segundo Lopes (2003), os assentamentos estabelecidos nesse período não podem ser entendidos como resultado da luta dos trabalhadores. Para o autor, apesar de os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais de Sergipe terem surgido em 1962 e do importante trabalho feito pela igreja através das CEB'S e, principalmente, do Movimento de Educação de Base - MEB, os assentamentos criados durante essa etapa não podem ser vistos como resultantes de lutas e pressões exercidas pelos trabalhadores rurais organizados. No fundo, são muito mais decorrentes de uma ação deliberada do governo estadual em consonância com a política agrária formulada pelos governos militares, para fomentar a colonização dirigida como válvula de escape às tensões sociais e às lutas dos trabalhadores rurais pela reforma agrária.

Por fim, a terceira fase dos movimentos sociais rurais em Sergipe agrega os anos de 1986 a 2001, possuindo como uma das principais características a sua localização num regime democrático e, com ele, o ressurgimento dos movimentos sociais. É nesse momento que assistimos, por exemplo, a criação do MST. É a partir desse contexto que os grupos passam a pressionar junto ao governo, com o objetivo de maior empenho do poder público no atendimento das demandas dos camponeses.

A Diocese de Propriá tem um importante papel na organização dos trabalhadores, unida a outros sindicatos de trabalhadores rurais do Baixo São Francisco, assumindo a liderança do processo de mobilização e organização dos camponeses, tomando a frente, dente modo, nos processos de ocupações, se tornando a mediadora no estabelecimento de assentamentos junto ao estado.

Como já foi analisado anteriormente, nesse momento é implementado o I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA. Esse projeto tinha por objetivo realizar um estratégico planejamento que visava o assentamento de 7 milhões famílias no prazo de 15 anos. Entre os anos de 1985/1989, que constituíam a primeira fase do Plano, 1,4 milhão de famílias foram assentadas em 43 milhões de hectares, que seriam arrecadados por meio da desapropriação e do remanejamento de territórios pertencentes ao governo (LOPES, 2003).

No caso de Sergipe, estava previsto o assentamento de 11.700 famílias. Entretanto, com o fim do prazo de 15 anos, as famílias assentadas não passavam dos 5.056 (43,2% do previsto). No mesmo passo, em apenas 34 dos 75 municípios sergipanos foram desenvolvidos projetos de reforma agrária. Importante destacar que as cidades de Lagarto e Poço Redondo tiveram maior número de áreas desapropriadas para fins de assentamento.

Nos últimos anos, assistimos a uma política de morosidade por parte do INCRA na implantação de assentamentos, e a um processo de desaceleração no número de ocupações por parte de movimentos como o MST. Por esse motivo, faz-se importante discutirmos com maior força as atuais demandas dos trabalhadores rurais sem – terra como aqueles que já se encontram assentados, mas que encontram-se em dificuldade quanto à permanência.

## CAPÍTULO 4

### 4. CONSOLIDAÇÃO, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA

#### 4.1 Ocupação espacial do município de Lagarto (SE)

O município de Lagarto é, depois de São Cristóvão e Itabaiana, a Vila mais antiga de Sergipe, localizada a 78 quilômetros de Aracaju. Estudos apontam que a colonização europeia chegou nesta região por volta de 1595, entretanto, acredita-se que o contato com os índios já era estabelecido desde 1540. (SEPLAG, 2014)<sup>4</sup>

De acordo com estudos divulgados pela SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – (2014), relatos do período do descobrimento confirmam que grupos religiosos encontraram uma aldeia de índios Kiriris na confluência dos rios Piaui e Jacaré, comandada pelo cacique Surubi, na região do atual Povoado Santo Antônio. Estima-se que, por volta de 1575, os jesuitas levantaram uma capela com o nome de São Tomé, que nos anos seguintes tornou-se uma escola para os curumins. Em poucos anos, foi registrado que o povoamento de São Tomé já possuía cerca de dois mil índios.

Entretanto, o governador Luiz de Brito e Almeida, que foi governador das capitânicas do norte do Brasil de 1572 a 1576 e de todo o Brasil em 1577, chega de surpresa na aldeia e extermina boa parte dos índios.

Conforme a SEPLAG, a sede do município de Lagarto é uma das mais antigas povoações de Sergipe, datada de 1596. Os colonos chegaram as terras que dariam origem ao município de Lagarto através do rio Jacaré, que banha a parte ocidental do hoje florescente município. Ali se estabeleceram, como contam as cartas de sesmarias, datadas de 5 a 27 de maio daquele ano, Domingos Fernandes Nobre, Antônio Gonçalves de Santana e Gaspar de Menezes.

Por volta de 1604, no riacho Urubutinga, perto da atual sede do município, instalou-se Muniz Alvarez com sua família. Foram estes os pioneiros na criação de gado, que se tornou uma das bases econômicas da região desde então. Outro indivíduo que contribuiu, neste mesmo período, para o povoamento desta região foi Simão Dias Francez, que se instalou nas matas do Caiçá. (SEPLAG, 2018).

---

<sup>4</sup>Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Sergipe. Informações municipais: Enciclopédia dos municípios sergipanos. Território Centro Sul Sergipano. Município de Lagarto.

Em 1658, o novo território passou a ter a presença de distrito militar, a fim de salvaguardar de possíveis invasores, especialmente holandeses. Anos mais tarde, em 11 de novembro de 1679, a região torna - se Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade. Com uma economia inicialmente sustentada pela criação do gado, a nova freguesia também se destacava como uma das maiores produtoras de fumo da região (SEPLAG, 2018).

Atendendo a exigência de Vossa Majestade, o Rei de Portugal, diante da necessidade de povoar o interior sergipano, o Governo Geral do Brasil, Dom João de Lencastro, determinou, por Portaria ao Ouvidor Geral da Capitania de Sergipe D'El Rei, Diogo Pacheco Pereira, no dia 20 de outubro de 1697, a criação das Vilas de Itabaiana e Nossa Senhora da Piedade de Lagarto (SEPLAG, 2018).

Depois de longos anos de desenvolvimento, especialmente no setor agropecuário, a Vila de Lagarto foi elevada à condição de Cidade, por determinação da Lei Provincial, nº 1.140, de 20 de abril de 1880. Com José Cirilo de Cerqueira, um dos primeiros governantes de Lagarto em 1893, essa cidade entra para a era republicana brasileira, tendo como Governador do Estado de Sergipe Felisberto Freire (SEPLAG, 2018).

Desse modo, a história do município de Lagarto também está relacionada com alguns importantes acontecimentos da história brasileira. Um exemplo foi o envio de soldados lagartenses para comporem o quadro de pracinhas da FEB, Força Expedicionária Brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial. Na mesma medida, a Ditadura militar de 1964 deixou suas marcas na região. Também teve importantes líderes políticos que marcaram época na história política sergipana, a exemplo de Dionísio Machado, Dr. João Rocha e, atualmente, Artur de Oliveira Reis e seus descendentes.

No campo religioso, Lagarto vem se destacando pelas inúmeras vocações sacerdotais. Além disso, firmou-se na história da Igreja Católica em Sergipe pela ação dos Monsenhores: Daltro, Marinho, Juarez Santos Prata, Mário Rino Sivieri e outros.

Hoje, há quase cem povoados que compõem o município. Os principais povoados são: Colônia Treze, Açuzinho, Açú, Caraíbas, Brasília, Jenipapo, Gameleiro, Urubutinga, Araçás, Estancinha, Alto da Boa Vista, Boa Vista do Urubu, Coqueiro, Boieiro, Mariquita, Tapera dos Modestos, Rio Fundo, Quilombo, Telha, Pururuca, Santo Antônio, Taperinha, Tanque, Currallinho, Campo do Crioulo, Gavião, Oiteiros, Brejo, Moita Redonda, Fazenda Grande, Tapera do Saco, Sobrado, Pé de Serra do Qui, Luís Freire, Mangabeira, Rio das Vacas, Olhos d'Água etc. (SEPLAG, 2018).

#### 4.2 O processo de consolidação do Assentamento Che Guevara: do acampamento ao assentamento

**Figura 4** - Entrada do assentamento Che Guevara/Lagarto-Se



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

No transcorrer da movimentação da luta pela terra, em um país com a caracterização do Brasil, consegui-la não é tarefa fácil. Por isso, o processo de consolidação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra foi, é, e continuará sendo bastante árduo.

Motivado em grande parte por uma consistência de valores inversos, com motivações sórdidas e descaracterizadas de senso social, os governos, sejam eles de esquerda, ou direita, fazem o melhor esforço que conseguem para ignorar a questão. Como esforço latente, por exemplo, tem-se a aproximação de alguns representantes do movimento junto ao governo, a corrupção infelizmente brotou, e trouxe à tona a face de vários corruptores também.

Um dos representantes do MST no Estado de Sergipe, no município de Lagarto, líder do assentamento pesquisado, em uma entrevista colaborativa, explica um pouco da sua realidade e da história agregada ao movimento de luta pela terra neste município, bem como

integraliza com suas experiências todo o processo de conquista do hoje conhecido como assentamento Che Guevara.

Conforme o entrevistado, a história do Assentamento Che Guevara remonta ao fim de 1997 a início de 1998 quando houve uma reunião primária composta por apenas 9 (nove) pessoas. Característica que parece recorrente no movimento dos trabalhadores rurais sem terra, que, desde a sua fundação, inicia os trabalhos em reuniões discretas e somente posteriormente ganha corpo.

A reunião presidida pelo entrevistado ocorre numa rua no centro da cidade de Lagarto – Se, a Rua de Laranjeiras. Na oportunidade, foram discutidos futuros planos de atuação na região frente as dificuldades encontradas por várias pessoas em subsistir-se sem ao menos ter acesso a um “pedaço” de terra.

**Figura 5** - Ocupação na antiga Fazenda de Dr. João/Lagarto-Se



**Fonte:** Oliveira, Tamires Aparecida Batista, acervo pessoal, 1997.

A imagem acima mostra algumas pessoas que estavam em processo de ocupação na antiga fazenda de Dr. João, considerável fazenda localizada no município de Lagarto, próximo à sede municipal e que estava improdutivo. Fazenda esta que chamou atenção dos primeiros assentados naquela reunião, de modo que foram traçadas linhas iniciais de como poderia ser feita uma ocupação, não deixando de considerar outras fazendas próximas em situação semelhante. A inspiração em outros grupos já existentes consolidou de uma vez a vontade de integralizar o movimento naquelas circunstâncias.

Em sequência, os que ali estavam espalharam a ideia inicial, e foi organizado um segundo encontro, que contou com mais de 500 (quinhentas) pessoas, um crescimento que



refletiu a intensidade social e política pelo ideal na época. Deste modo, ali foi firmado o compromisso em ocupar a fazenda localizada na região conhecida como “Tapera do Nico”, povoado próximo a cidade de Lagarto, onde se localizava uma fazenda conhecida como “Fazenda de Dr. João”.

Consequentemente, marcaram um terceiro encontro com todos os interessados para uma marcha em direção a ocupação, no lugar conhecido como “Trevo de Riachão” localizado na Av. Contorno, no próprio município de Lagarto-Se. De lá, seguiram a pé até a fazenda, onde outros companheiros de luta os esperavam. Após a ocupação, montaram os acampamentos com barracas de lona, escola e locais para reunião.

No anseio da conquista da terra, muitos se desesperavam, a luta é muito difícil, segundo as próprias palavras do entrevistado: *“Tudo que a gente conseguiu foi com luta. Até hoje, tudo é na luta!”*.

Nota-se que o procedimento após a ocupação é a comunicação ao dono da propriedade, e também ao INCRA, que irá desempenhar o seu papel que se pauta em uma avaliação técnica para saber se a terra é efetivamente improdutiva. Logo após essa avaliação, dar-se-á um processo de desapropriação para fins de reforma agrária. No caso específico do assentamento Che Guevara, não houve muita resistência por parte dos antigos donos, no que tange aos muitos recursos na justiça. Logo, desde o período de ocupação até a consolidação do assentamento, passou-se pouco mais de um ano.

Muito bem ressalta o entrevistado que a terra não é dos assentados, eles apenas são possuidores (Titulares) da terra, ou seja, podem ali residir com suas famílias e produzirem na proporção de terra que lhes foram atribuídas, sendo assim, a propriedade da terra é destinada ao INCRA.

O respeito a função social de propriedade é designado pela legislação, que acolhe a desapropriação para fins de reforma agrária, base legal pela qual o MST se consolidou.

A emissão da posse, marco histórico na conquista do movimento, ocorreu em 14/03/1998. Todavia, nem todos os movimentos lograram êxito tão rapidamente, muitos assentamentos permanecem sem a emissão de posse há mais de 12 anos.

Atualmente o assentamento Che Guevara, que enfrentou preconceito até mesmo no nome escolhido, conta com 120 famílias assentadas, um crescimento elevado desde os 80 beneficiados iniciais. As famílias mantidas no assentamento foram constituídas de pessoas que vieram por meio de processo de migração, ocupando o espaço da antiga fazenda de Dr. João, e iniciaram processo de reestruturação do território, onde suas populações começaram a ocupar o espaço, modificando a paisagem mediante a sua necessidade e sua relação. A demarcação de



terra seguiu uma proporção igualitária, com uma política de proximidade entre as famílias. Ou seja, as casas detêm uma área de 0.5 tarefas, 40 tarefas coletivas, 10 tarefas na parte improdutiva e 30 tarefas do melhor lugar para plantio para cada.

O entrevistado ainda ressaltou que a luta continua em diversos outros assentamentos, não deixando de assinalar que as terras destinadas ao Che Guevara são suficientes para produção e subsistência das famílias, e que muitas ainda comercializam os excedentes, fala essa que entra em contradição com as pessoas questionadas durante a aplicação dos questionários.

Como resultado de tantas lutas, o Governo Federal possibilitou muitos incentivos, como fundos de empréstimos para construção de casas, manutenção de plantio e gastos com instrumentos agrários, como exemplo, o programa desenvolvido para atender de forma prioritária aos assentados rurais, como o já extinto PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), no entanto, o mesmo fora bloqueado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, dando início a um período de confronto entre governo e o MST.

Como solução dada, os assentados foram incorporados ao universo dos agricultores familiares, tendo acesso a dois grupos do programa PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), os grupos “A” e “A/C”, proporcionando-lhes os meios necessários para investirem em suas unidades produtivas e desenvolverem suas lavouras<sup>5</sup>.

Dessa forma, em nosso estudo, percebeu-se que tais incentivos ao crédito para beneficiamento de diversos aspectos na vida dos assentados são de fundamental importância para a consolidação e manutenção da qualidade de vida dos mesmos. Porém, diante da atual conjuntura política em que se encontra o Brasil, as famílias assentadas não estão tendo acesso a esses benefícios, um dos motivos seria o endividamento dessas famílias que tomaram crédito.

#### 4.3 Organização e dinâmica interna do assentamento Che Guevara

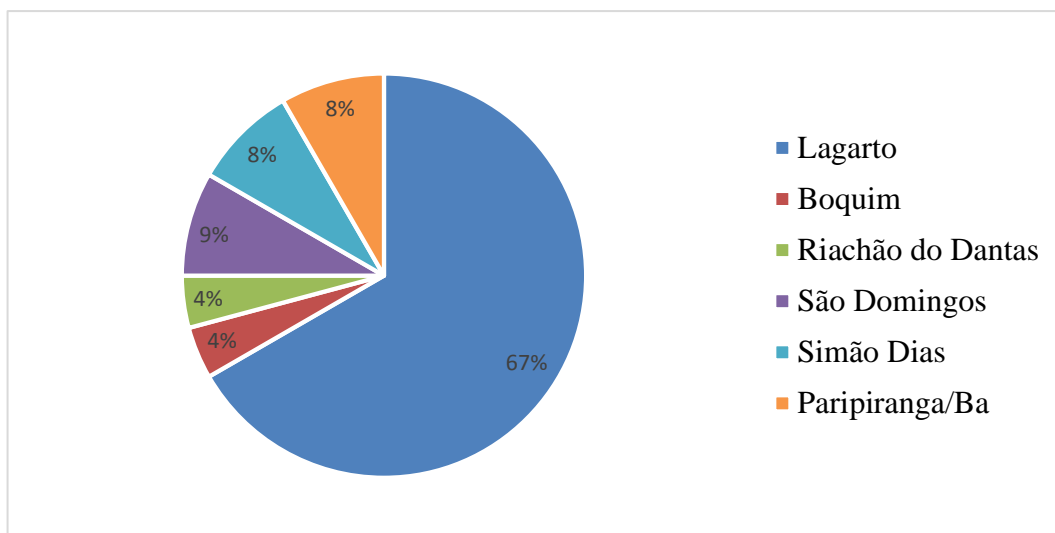
Para o estudo em tela, realizado no assentamento Che Guevara, foram aplicados 24 questionários para as famílias assentadas. Também foi possível realizar entrevistas informais com essas famílias, a fim de conhecer um pouco mais da realidade de vida dessas famílias ali assentadas.

---

<sup>5</sup>FRANCIS, Paula Chagas. **Os programas de créditos para os assentamentos rurais o estudo de caso do dorcelinafolador (arapongas – pr.)**. Revista Geografar, Curitiba, v.4, n.1, p.78-97, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/14429/9697>. Acesso em 03/08/2018.

Desse modo, observaram-se os atores sociais assentados, naturais dos municípios de Lagarto, Boquim, Riachão do Dantas, São Domingos, Simão Dias e Paripiranga/Ba, sendo eles residentes ali no assentamento por um período de 10 a 20 anos.

**Gráfico 1 - Cidade de origem das famílias assentadas**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

As famílias ali assentadas, iniciaram o processo de reestruturação do território, ocupando o espaço, modificando a paisagem, mediante as suas necessidades e suas relações (SANTOS, 2000).

Dos resultados encontrados, parte dos assentados é relativamente idosa, o que confirma que, dos sujeitos pesquisados, a sua maioria participou do processo de luta pela terra, ou seja, estão no assentamento desde 1996 quando ainda era a fazenda de Dr. João.

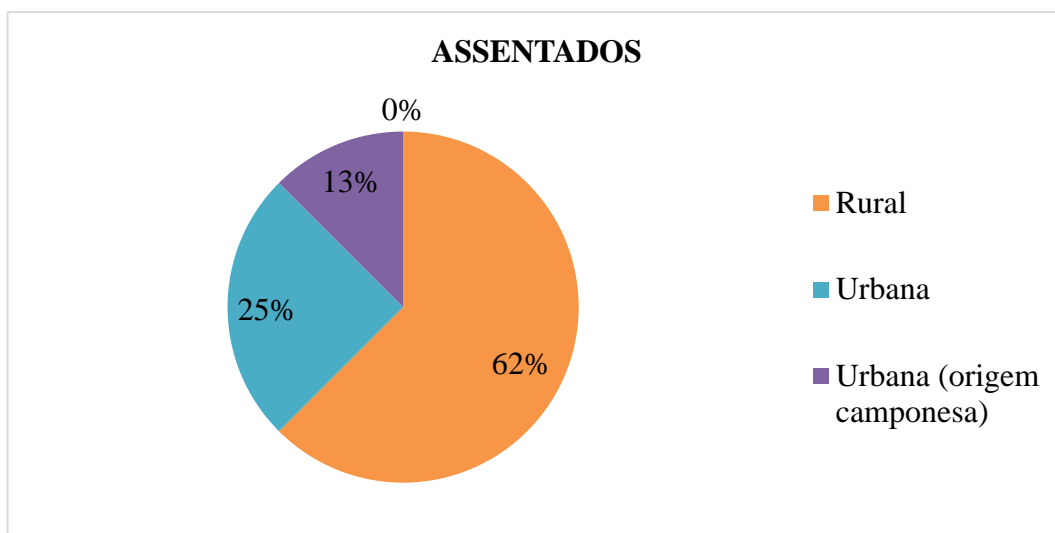
**Tabela 1 - Tempo de residência no assentamento**

Ano	Tempo (anos)	Situação Atual	Quantidade de famílias	Total
1998-2018	20 anos	Titulado/Assentado	17	24 Famílias
2008-2018	10 anos	Assentado	7	

**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

A esmagadora maioria tem perfil de trabalhador rural, representando assim a real necessidade que havia em encontrar um ambiente onde pudessem produzir o seu sustento, evidenciando a intimidade com a vida no campo, enquanto a minoria é originária do urbano, mas tem origem camponesa.

Conforme o gráfico 2:

**Gráfico 2 - Origem de convivência**

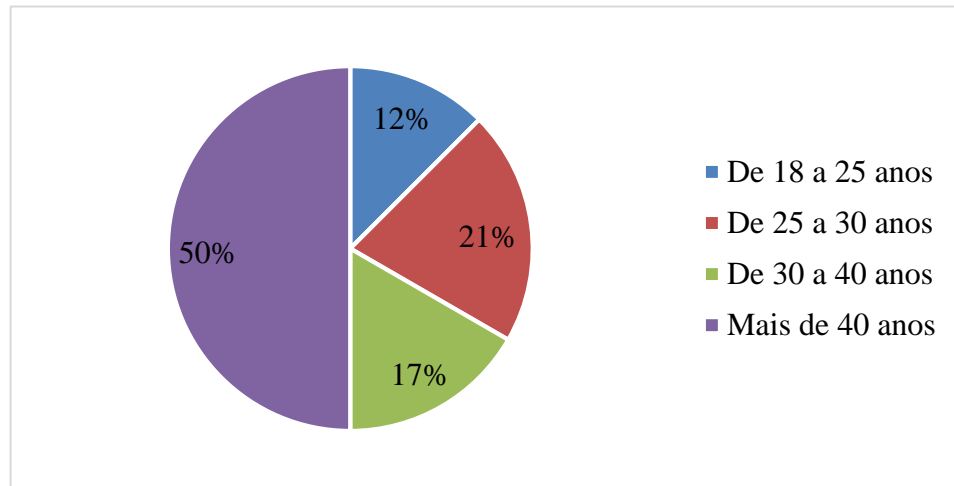
**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

O gráfico expõe que mais da metade das famílias que compõem o assentamento Che Guevara, isto é, 62%, são oriundas do âmbito rural. Tendo em vista que o público alvo das ações fomentadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra são justamente as famílias camponesas, outros estudos, a exemplo do realizado por Pereira (2013), nos apresentam uma breve perspectiva das ocupações anteriores destes camponeses. Desta forma, nos baseando no levantamento realizado pela autora, podemos julgar que os assentados de origem rural eram trabalhadores de fazendas vizinhas, seguidos de grupos familiares que já possuem certa experiência com a luta pela terra.

Por sua vez, apesar de ser uma minoria, não podemos negar que o número de famílias de origem urbana, ou seja, oriunda de outros municípios do estado, como mostrado no gráfico anterior, é relativamente expressivo, totalizando 25%, considerando a proposta basilar do MST. Estes números podem ser um indício do movimento de retorno dos trabalhadores urbanos para a esfera rural, uma vez que as capitais vêm apresentando um vertiginoso declínio nas ofertas de emprego e estabilidade financeira (CARVALHO, 1994)<sup>6</sup>

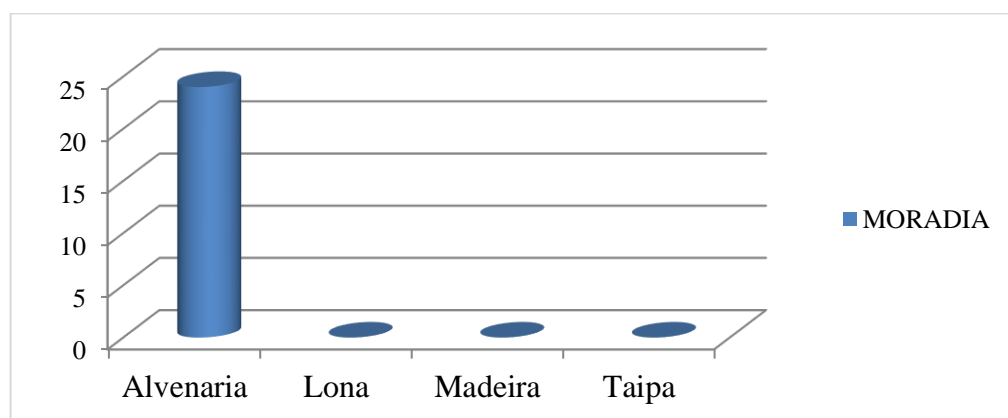
A faixa etária da maior parte dos titulares dos lotes encontra-se entre 40 a 80 anos de idade, como se observa a figura a seguir.

<sup>6</sup>CARVALHO, Yara Maria Chagas. OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO E A CRISE ECONÔMICA NACIONAL. Revista Agricultura em São Paulo, SP, 41(3):17-37, 1994.

**Gráfico 3 - Faixa etária dos participantes da pesquisa**

**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Por meio do gráfico, podemos diagnosticar que há uma predominância significativa de entrevistados acima de 40 anos (50% dos participantes). Por outro lado, os sujeitos que se enquadram na categoria de “juventude”, isto é, a faixa etária de 18 a 25 anos representa a menor parcela, contabilizada em 12%. A baixa presença da juventude no assentamento em questão é decorrente da evasão para os centros urbanos, em busca de oportunidades e melhor qualidade de vida. Nos últimos anos, alguns estudos que tratam da presença da juventude nos assentamentos apontam que, apesar da recorrente evasão dos jovens do âmbito rural, nota-se uma tendência a permanência desses assentados, especialmente após completarem seus estudos (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014).

**Gráfico 4 - Dados sobre a moradia predominante no Assentamento**

**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Sobre a moradia predominante no assentamento, todas as famílias residentes moram em edifícios de alvenaria, um efeito diretamente ligado ao programa de incentivo governamental a essas famílias, que preconiza, dentre outras coisas, a construção de uma residência digna.

Com isso, ao observar o gráfico abaixo, verificamos a inexistência, entre as famílias investigadas no Assentamento Che Guevara, de residências de taipa, madeira, lona, ou outros materiais improvisados, que havia em décadas, uma vez que estes eram os elementos marcantes da precariedade existente nos acampamentos. Na mesma medida, as casas de alvenaria podem ser vistas como um símbolo da consolidação das lutas enfrentadas pelos assentados na conquista de um espaço para uma vivência digna, conforme figura 6.

**Figura 6** - Residência do assentamento Che Guevara



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Relata o líder do assentamento que as casas foram planejadas para serem próximas uma da outra, desta maneira, a facilitação da segurança e da cordialidade entre os assentados ganhariam força, porém, também lamenta não poder ser ainda mais próximo.

Tendo em vista que é sabido, até de maneira lamentável, que os assentamentos do MST pelo Brasil podem ser identificados pelos barracos de lona preta, essa realidade não se identifica no campo desta pesquisa.

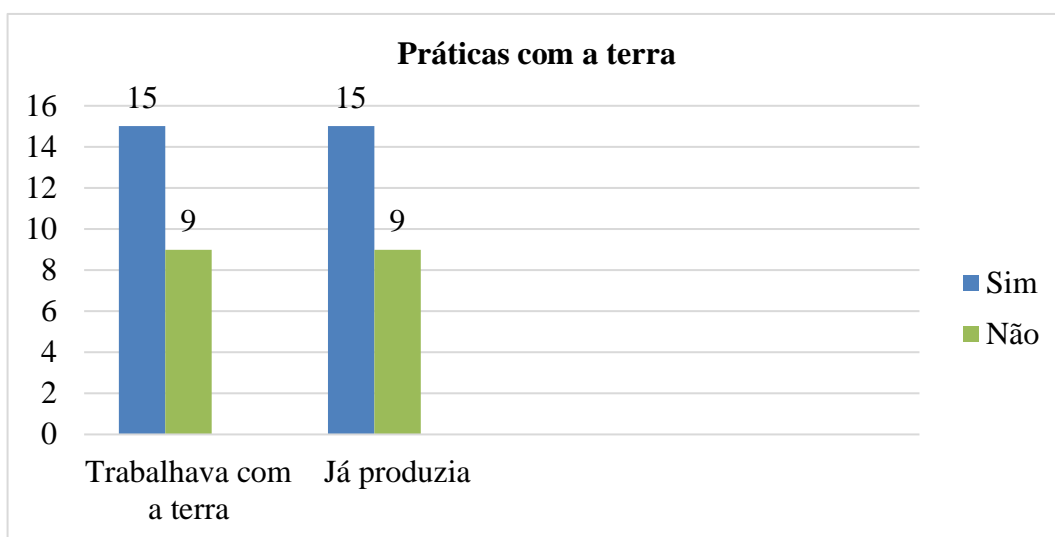
É importante ressaltar que a dignidade advinda com a possibilidade de construir uma casa com tijolos e cimento traz consigo também melhores condições higiênicas e um ambiente mais seguro e aconchegante para os seus moradores.

#### 4.4 Articulação e relações internas e externas no Assentamento Che Guevara

Algo que colaborou para o desenvolvimento da formação do assentamento foi as técnicas e práticas de trabalho. Diante da pesquisa de campo, e conforme os assentados, muitos já tinham um domínio de terra antes mesmo de serem assentados, uma vez que já trabalhavam com a terra e tinham grande estrutura no desenvolvimento da agricultura.

Vejamos:

**Gráfico 5 - Os Assentados e suas práticas e técnicas**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

A figura demonstra a estrutura que iniciaram o assentamento Che Guevara, as famílias que foram assentadas, em sua maioria, já trabalhavam com a terra, apenas a minoria nunca tinha trabalhado. Pode-se observar que, durante a entrevista realizada com as lideranças, a questão sobre a produção no assentamento foi levantada. Questão polêmica que encontra bases em frentes que fazem constantes críticas ao movimento.

O ponto correlacionado é de fundamental importância, pois seria, no mínimo paradoxal, um movimento organizado, de cunho nacional, encontrar, como razão para a desapropriação de latifúndios, a falta de produtividade depois de conquistar o território, ao ganhar sua posse e não produzir no espaço. É preciso deixar claro que os parâmetros para desapropriação da terra, nesses casos específicos da luta pela terra, são vários.

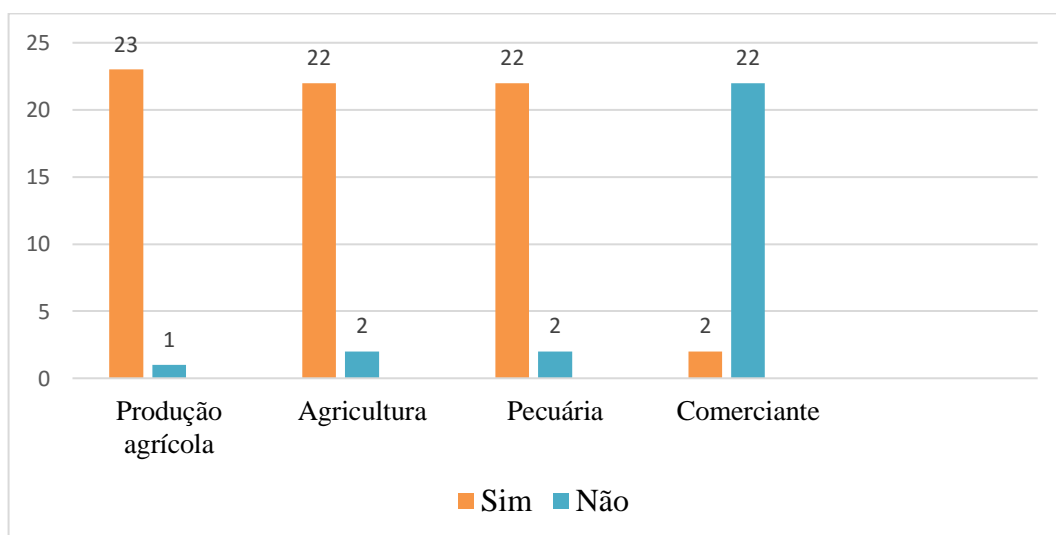
O fator predominante para este processo é a função social da terra, que, legalmente, representa um destino útil, um fim palpável a propriedade ali conservada, com funcionários, rotatividade de mercadorias ali produzidas e etc. A circulação da produção advinda do

assentamento é originária, segundo o líder do movimento na região, dos excedentes produzidos pelos próprios beneficiários. A terra sendo um meio de produção (Silva, 2001) sempre será considerada fundamental para apropriação do homem no espaço, por isso, todas as reformas agrárias têm objetivo de desenvolverem as famílias assentadas, ante a produção em terras apropriadas para o seu desenvolvimento (MARTINEZ, 1987).

Através desses dois contextos, percebe-se o espaço agrário sendo um meio de poder para o crescimento econômico das famílias que compõem o assentamento Che Guevara. A produção relativa do trabalho individual e coletivo na terra faz com que a maioria das famílias desenvolva uma produção acessível ao desenvolvimento familiar e local.

A produção, que é destinada principalmente a subsistência, revela uma realidade diferente da relatada na entrevista com o entrevistado. Ficou constatado que a maioria dos entrevistados produz, por meio da pastagem de animais, a agricultura e a pecuária. Com renda média de um salário mínimo. Todavia, a renda, ao contrário do afirmado pelo Líder do movimento, não se faz suficiente a subsistência. Logo, a cultura produzida no assentamento contém uma estrutura de produção relativa às suas necessidades ao desenvolvimento das famílias, como mostra o gráfico 6.

**Gráfico 6 - Atividades existente no lote**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

A maior parte dos entrevistados tem como principal meio de produção a pecuária e a agricultura, seguida pelo comércio, no qual uma minoria não produz e não tem criação animal. Através do gráfico, é notório o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias para fins de subsistência. Entretanto, segundo pesquisas divulgadas pela Secretaria Especial de

Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), a produção familiar voltada para o comércio vem aumentando gradativamente nos últimos anos, tendo em vista que o agronegócio vem se posicionando cada vez mais para o plano da exportação do que para o abastecimento nacional (DEISTER, 2017).

Segue a tabela abaixo:

**Tabela 2 - Produção animal e vegetal**

<b>Produção agrícola</b>	<b>Pecuária</b>	<b>Derivados</b>
Feijão	Bovinos	Leite
Fumo	Aves	Ovos
Mandioca	Caprinos	
Maracujá	Suínos	
Melancia	Peixes	
Milho		
Outros		

**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

A tabela acima exemplifica a diversidade dos produtos produzidos pelas famílias do Assentamento Che Guevara. Estes itens apresentam importância basilar não só para a subsistência dos assentados, como também para o consumo entre as comunidades vizinhas. Ao tratarmos de produção agrícola, vale ressaltar que uma das características importantes das produções é o cuidado para a não utilização de agrotóxicos e outros aditivos nocivos para os consumidores e para a terra que realizam o cultivo.

Seguindo a tendência regional, os entrevistados destacaram a presença de produtos como feijão, fumo, mandioca, milho, além de frutas, como maracujá e melancia. Ao tratar do plano geral do MST em Sergipe, que também pode ser evidenciado na realidade do assentamento aqui investigado, nos últimos anos, verifica-se uma priorização pelo aperfeiçoamento das tecnologias aplicadas aos processos que vão desde a seleção e distribuição de sementes, seguindo pelo cultivo sem a utilização de agrotóxicos, indo até a fomentação de políticas que possibilitam a comercialização destes itens de uma maneira que possa ser atrativa ao público consumidor.

A variedade no campo da pecuária também é um item de destaque no Assentamento Che Guevara. Por meio das entrevistas, foram apontadas criações de diferentes níveis, desde a de gado bovino, indo até a de peixes. A criação de suínos, aves e caprinos também é apontada,



o que nos revela a solidez com que este local vem desenvolvendo suas atividades de subsistência e comerciais.

O gado de corte, por exemplo, vem sendo um dos destaques do MST regional, assim como a pecuária para a produção de leite e derivados. Segundo dados divulgados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem sendo responsável por cerca de 50% de todo o leite produzido no sertão sergipano, além de garantir a renda de milhares de famílias locais.

Em pesquisa de campo, também foi relatado que, no início da consolidação do assentamento, havia uma fábrica de queijos e uma casa de farinha, que com o passar dos tempos foi desativa. Atualmente, a antiga fábrica de queijo serve para a criação suína. Ainda no assentamento, algumas propriedades possuem criatório de peixes, como da espécie de tilápia.

**Figura 7 -** Fábricas desativadas e criatório animal



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

A individualidade no setor agrário do assentamento grande, muitos citaram que tem receio de trabalhar em coletivo, pois não têm confiança no trabalho em cooperativismo, porque



sempre encontram dificuldades nas horas do trabalho coletivo. Outro fator que causa esse impasse é a ineficiência dos programas de crédito rural e a falta de incentivo financeiro do Estado.

Vejamos algumas das produções vegetais e animal existentes no assentamento, conforme figuras 8 e 9:

**Figura 8 - Produção vegetal**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Para o consumo doméstico, foram identificadas uma extensa variação de árvores frutíferas, como acerola, banana e laranja; raízes, a exemplo da mandioca, e outras espécies de vegetais, como a cana de açúcar. Por meio das fotos apresentadas acima, podemos observar que



estes itens são cultivados junto as residências dos assentados, e talvez já existiam no local antes mesmo do assentamento ter sido implantado ali.

Ainda foram identificadas pequenas proporções, para consumo doméstico dos moradores assentados, de hortaliças como a couve, pimenteiras e a presença de alguns coqueiros. Desta maneira, mais uma vez verificamos a preocupação dos assentados em estabelecer, sempre que possível, uma relação de retirar das suas terras o que for necessário para subsistência e bem-estar.

**Figura 9 - Produção animal**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

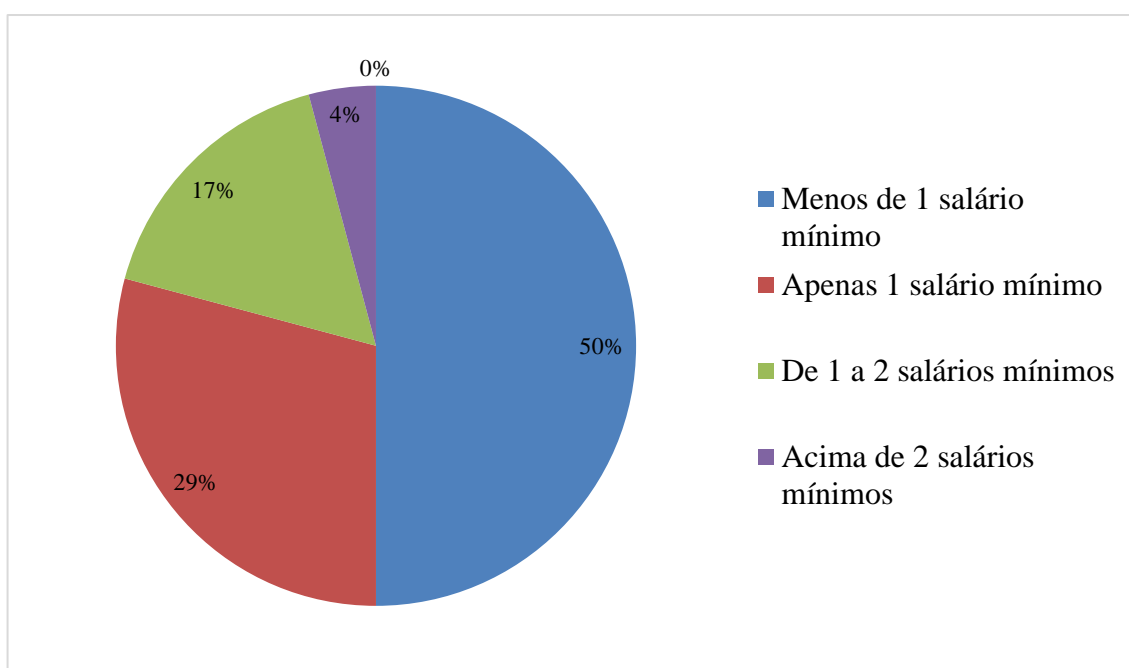
Como já abordado, a maioria das famílias que foi questionada não comercializa sua produção, seja ela vegetal, ou animal. O pouco que se comercializa é produto derivado dessas

produções, como alguns vegetais, leite e ovos. Mas nem sempre é possível comercializar, pois não há excedentes. Dessa forma, constata-se que todas as produções são para subsistência da própria família, que pouco dá para suprir as necessidades.

Logo, a renda mensal média dos assentados está aquém da satisfatória. A maioria dos questionados afirma auferir rendimento mensal menor que um salário mínimo, e a outra metade alega receber mensalmente um salário mínimo vigente.

Vejamos:

**Gráfico 7 - Renda total da família**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

É de suma importância ressaltar que os valores recebidos não são correspondentes a comercialização de sua produção, e sim dos benefícios recebidos, como aposentadoria, pensão e transferência de renda, como bolsa família.

Percebeu-se, durante a pesquisa de campo, a insatisfação generalizada dos moradores com os rendimentos, que não são suficientes para a reprodução da família e para o custeio no processo de produção. Desse modo, os mesmos não recebem nenhum crédito do governo para manutenção do campo, ou seja, para as atividades agrícolas. Pois, muitos moradores estão em débito com os bancos.

Ainda na mesma entrevista base desses dados, e do histórico do assentamento, o entrevistado menciona que diversos assentados já produziram o suficiente para promover o próprio sustento, bem como para também efetuar a comercialização nas feiras locais, tanto na

cidade de Lagarto como nas imediações, nos povoados próximos. Porém, alguns fatores, como a ausência de crédito, falta de assistência técnica, e fatores climáticos como a seca, ocasionam na redução da produção.

Foi possível constatar no assentamento que as áreas produtivas não possuem irrigação. Algumas unidades produtivas possuem captação de água através dos rios, que ficam em suas propriedades para abastecimento do gado leiteiro. O assentamento também possui caixa d'água, mas, como foi relatado pelos moradores, sempre está seca, fazendo com que os moradores passem até 3 meses sem água em suas residências. O assentamento também possui um rio, mas, intermitente, vem se mantendo quase seco. Dessa forma, a produção que vem trazendo alguma renda para algumas das famílias é a pastagem e produção de silagem.

Vejamos:

**Figura 10 - Irrigação e Reservatórios de água**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Uma vez que o Assentamento é localizado no agreste sergipano, a existência de reservatórios e diferentes opções para o abastecimento de água são de suma importância. Apesar de não ter sido incluído, nos últimos anos, no status de regiões afetadas pela seca, algumas cidades vizinhas, a exemplo de Tobias Barreto e Simão Dias, o município de Lagarto encontra-



se em estado de alerta no plano da produção agropecuária quanto à falta de abastecimento. (ROCHA, 2017)

Também verificamos, como iniciativa dos assentados, a produção de silagem, a partir do caule da mandioca e do milho. Os resíduos da mandioca e do milho, cultivados dentro do próprio assentamento, como verificamos anteriormente, vem sendo aproveitado para formulação de rações para o gado, constituindo-se como uma alternativa para alimentação de vacas leiteiras nos períodos de seca. Conforme figura 11:

**Figura 11 - Armazenamento de silo e pastagem**



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Percebe-se, em uma análise mais geral, que a consolidação dos assentamentos do MST, no tocante ao assentamento Che Guevara, é uma questão política delicada, que passa por um processo de organização inicial muito importante para saber os rumos que o assentamento irá

percorrer diante da atual conjuntura política e do desmonte das políticas públicas voltadas ao meio rural.

#### 4.5 O território da Organização Política do Assentamento Che Guevara

Os assentamentos do MST possuem regras, normas organizacionais. Segundo entrevista prolatada pelo líder do movimento, são regras que são respeitadas, e na infringência de alguma, há uma chamada para assembleia geral. Todas as reuniões que ocorrem no assentamento são realizadas na associação comunitárias, como mostra a figura 12.

**Figura 12** - Centro Social Che Guevara



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

O Centro Social Che Guevara foi construído com recursos próprios das famílias beneficiadas do assentamento Che Guevara. O centro é presidido por um morador do assentamento, que foi eleito perante votação de todos os assentados. Sobre a participação efetiva, nem todos os entrevistados participam efetivamente das assembleias realizadas no centro.

Contrariamente ao histórico de lutas, a maioria já conseguiu o seu espaço, e não se mobiliza mais, pelo que foi apurado no público questionado. Mesmo sabendo que o assentamento já está consolidado e já foi beneficiado, as manifestações auxiliam-no, como um todo em outros acampamentos, em situações não tão confortáveis.



Frente ao evidente confronto de informações, é cabível uma descrição pormenorizada, tendo em vista que 100% dos que foram questionados relatam com veemência que somente estão ali assentados, porque desenvolveram atividades reivindicatórias, com lutas pela terra.

Entretanto, a gritante disparidade entre os que se dizem lutadores pela terra e os que hoje participam dos novos atos reivindicatórios, bem como das assembleias, é no mínimo perturbadora ao movimento como um todo.

No que diz respeito a estrutura do assentamento, o mesmo possui a predominância de duas religiões, sendo elas: o catolicismo e a evangélica. No total, o assentamento possui duas igrejas, conforme apresenta a figura 13:

**Figura 13:** Templos religiosos



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Historicamente, sabemos que o MST possui uma forte ligação com a Igreja Católica. Como verificamos anteriormente, ao tratarmos do histórico do MST em Sergipe, foi a Igreja Católica a pioneira em auxiliar os camponeses na mobilização e nos primeiros processos



regionais de luta pela terra. Logo, tendo em vista essa ligação, a presença de uma capela no Assentamento é esperada.

Por sua vez, a existência de uma Igreja protestante Pentecostal no Assentamento Che Guevara, como a Assembleia de Deus, representa a expansão dessa linha religiosa, de maneira geral, entre os camponeses que compõem o MST. Segundo diferentes estudos, a exemplo do realizado por Valter Carvalho sobre os assentamentos localizados no Rio Grande do Sul, a estabilidade dos assentamentos e a própria popularização das manifestações evangélicas nos últimos anos vêm possibilitando uma crescente adesão tanto das igrejas de linha pentecostal como de outros seguimentos. Assim sendo, as missas e cultos são realizados uma vez na semana, em dias diferentes, no assentamento pesquisado.

Ainda em entrevista colaborativa, lembra o entrevistado que logo quando foi conquistada a terra, em meados de 1998, muitas pessoas passaram de ocupadores a possuidores da terra, tendo em vista que o dono da terra após a desapropriação passou a ser o INCRA. Muitas famílias foram excluídas ou desistiram de permanecerem ali. Tais informações refletem uma realidade difícil da luta pela terra no Brasil, tendo em vista a excepcional realidade do acampamento Che Guevara, que se consolidou permanentemente em período curto de tempo, uma vez que nem sempre isso acontece, ou seja, muitos outros projetos de assentamentos passaram por períodos de regularização legal de 10 a 15 anos.

O entrevistado ainda traz outro ponto interessante no tocante a organização social dos assentados. Afirma que os fatores culturais da região nordeste do Brasil influenciam muito na distância entre as residências no assentamento, assim determinou-se um perímetro de 0.5 tarefas, compreendendo cerca de 500 m<sup>2</sup> entre as casas. Distância ainda considerada curta pelos assentados.

Ainda segundo o entrevistado, verifica-se que a divisão é organizada da seguinte forma: 40 tarefas destinadas ao uso coletivo dos beneficiados pelo assentamento; 10 tarefas de uma parte específica da fazenda desapropriada, hoje assentamento Che Guevara, para todos os beneficiários. Nesta segunda parte do assentamento, diagnostica-se um terreno de baixíssima produtividade. Esta iniciativa foi efetivada para que não incorressem risco caso algum beneficiário fosse alocado a estas áreas de baixa produção, sendo, desta forma, prejudicado e impossibilitado de produzir minimamente.

Vejamos:

**Figura 14 -** Tarefas existentes no assentamento



**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

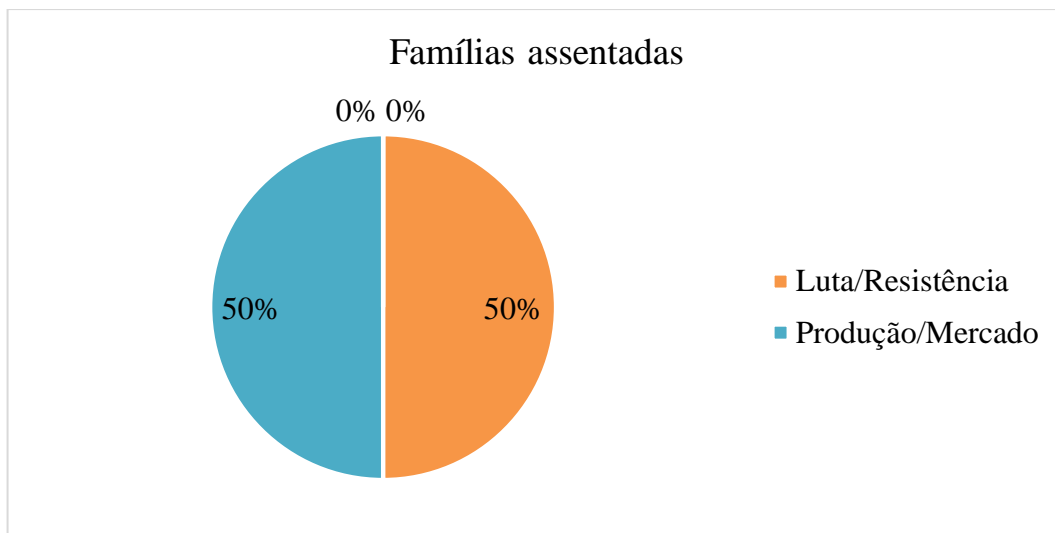
É comum, entre as formas de organização espacial dos assentamentos, a divisão entre áreas de utilização individual e outras destinadas ao uso coletivo. Segundo Bazzoti (2009), este movimento duplo é de grande importância especialmente para o estabelecimento de vínculos entre as famílias assentadas, proporcionando constantemente um espírito de colaboração mútua. As iniciativas coletivas, em especial, são de grande auxílio para as famílias recém-chegadas, que por vezes encontram-se em estado de dificuldades financeiras.

No caso do Assentamento Che Guevara, verificamos que as áreas de uso coletivo são destinadas principalmente para a pecuária, neste caso, para a criação de cabras, aves e suínos. Como foi salientado anteriormente, por serem áreas pouco férteis, há um maior aproveitamento do terreno quando voltado a criação de animais.

Frente ao evidente confronto de informações, é cabível uma descrição pormenorizada, tendo em vista que 50% dos que foram entrevistados relatam com veemência que somente estão ali assentados porque desenvolveram atividades de lutas pela terra. Enquanto os outros 50% afirmam que estão no assentamento por uma questão de produção e mercado.

Vide o gráfico:

**Gráfico 8 - Motivação pelo qual estar hoje na terra**



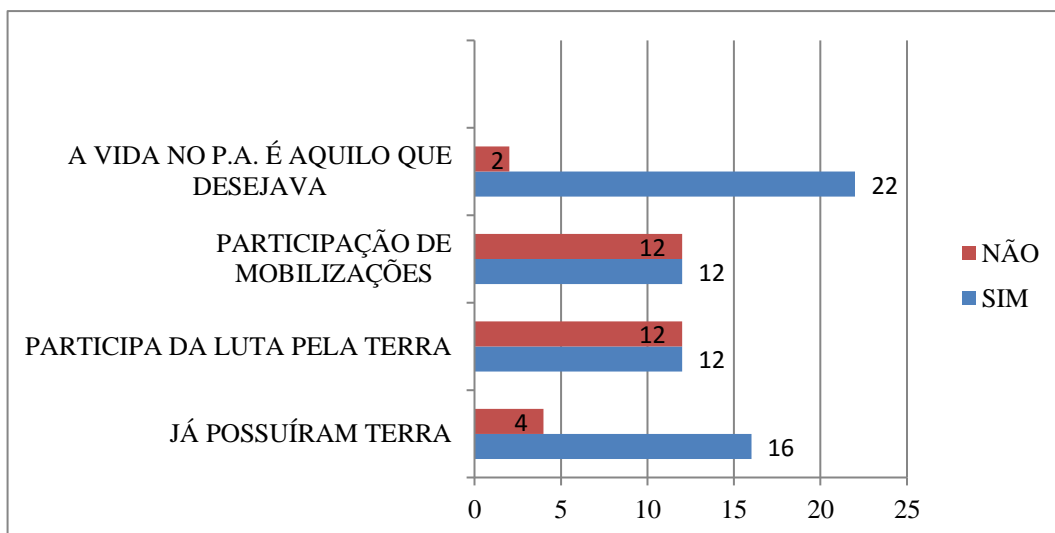
**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Por meio deste gráfico, podemos dissertar sobre uma série de modificações estruturais que os movimentos camponeses estão passando ao longo dos últimos anos. Sabemos que a luta pela terra é um dos alicerces do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e é intrínseco ao histórico da consolidação dos assentamentos. Entretanto, uma vez que nossas pesquisas diagnosticaram que metade dos seus participantes está mais preocupado com o mercado e a manutenção da produção de produtos se comparado as mobilizações de luta pela terra e resistência, podemos concluir que há uma clara inserção da lógica capitalista junto aos assentados.

Nos últimos anos, os diferentes incentivos estatais para o crescimento das produções realizadas pelos assentados, focalizando não só o consumo interno, mas especialmente ao comércio externo, além da própria modernização dos meios de produção se mostram como alguns dos elementos que levaram os moradores a priorizarem a sua subsistência e aumento do capital, e consequentemente, um aumento da qualidade de vida, à luta pela terra.

Há ainda outros aspectos interessantes na organização política e territorial do assentamento, no tocante a experiência no trato com a terra, que se mostra abaixo devido à falta de oportunidade histórica, vide gráfico 9:

**Gráfico 9 - Formação do Território Camponês**

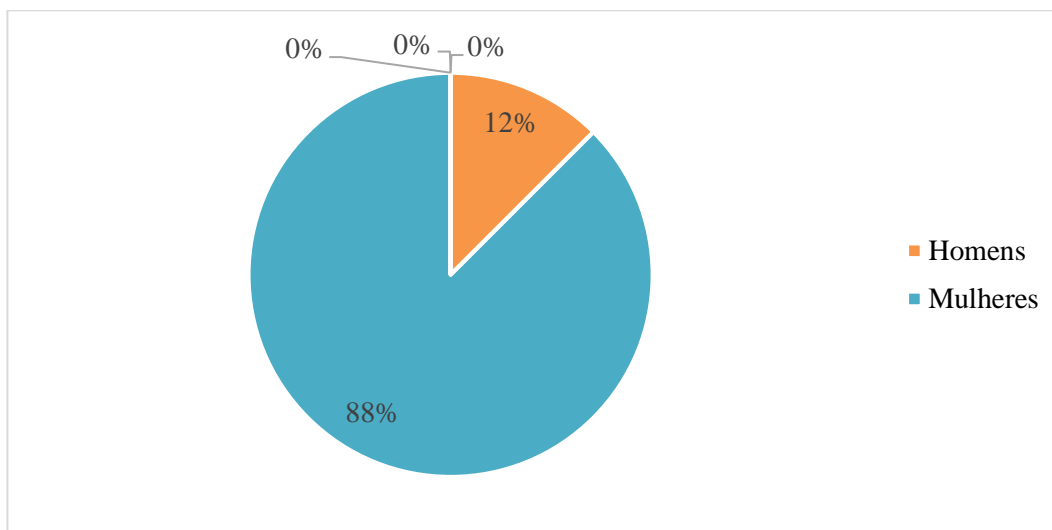


**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Conforme o gráfico 9, é interessante evidenciar que há, entre os assentados, um processo de estabilização que acompanha, de certo modo, o ritmo dos Movimentos camponeses nos últimos anos. Verifica-se que os participantes já não possuem mais uma participatividade nos movimentos de luta pela terra ou nas mobilizações para a conquista e consolidação de novos espaços. Por terem participado da formação do Assentamento Che Guevara, datada de 1996, apesar de todas as adversidades enfrentadas até hoje, a vida no assentamento é o que eles esperavam, e que se tivesse que passar por tudo novamente, passariam.

Desta maneira, a partir destes dados podemos concluir que os assentados se encontram satisfeitos, e com isso, a motivação para participarem de novas mobilizações vem decrescendo. Como apresentam os números do gráfico, metade dos entrevistados na atualidade, participa das mobilizações, assim como a mesma metade também ainda está disposto a fomentar a luta pela terra.

A totalidade dos entrevistados responderam que exercem atividades no campo desde a infância e que participaram da luta pela terra, com idades médias de 25 a 39 anos. É de suma importância ressaltar que entre os questionados a maioria é do sexo feminino. Vejamos o gráfico a seguir:

**Gráfico 10 - Pessoas questionadas**

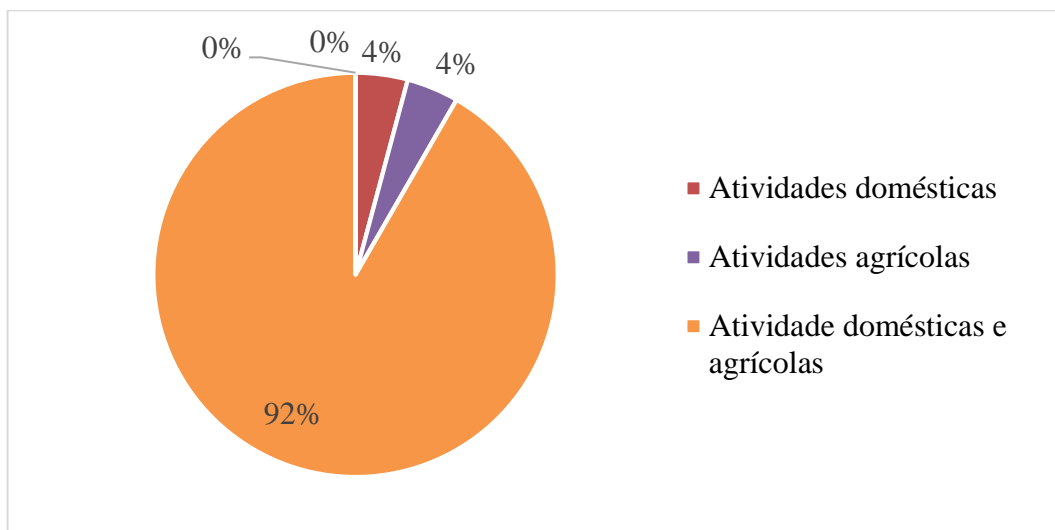
**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

Cabe realizar alguns apontamentos quanto à grande maioria feminina que foi responsável em responder os questionários aplicados durante esta pesquisa. Devemos ressaltar que uma vez que a pesquisa de campo foi realizada, em sua grande parte, no período diurno, homens e mulheres em idade laboral não se encontravam nas residências. Verificamos que alguns desses assentados estavam realizando atividades internas dentro do assentamento, como plantação, manutenção da terra, serviços ligados a pecuária, ou se encontravam em outras localidades para o comércio dos produtos.

Com isso, a grande maioria dos questionários foi respondida pelas matriarcas das famílias, que estavam em suas residências, e geralmente são as responsáveis na feitura dos serviços domésticos. Em sua maioria, são mulheres casadas, mas há ocorrência de mulheres divorciadas, viúvas e solteiras, porém, todas possuem filhos.

No que tange a instrução educacional dos entrevistados, todos detém o ensino fundamental incompleto, e de um universo de 24 pessoas questionadas, apenas 10 são beneficiados pelo programa *Bolsa Família*. A maioria das mulheres exerce a dupla jornada de trabalho, ou seja, agrícola e doméstica.

Vejamos o gráfico exemplificativo 11:

**Gráfico 11 - Participação da mulher no lote**

**Fonte:** OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de. Trabalho de campo, 2018.

O gráfico expõe uma realidade rotineira no Brasil, com mulheres que acumulam funções em diversas áreas da sociedade. Diferentemente, isto não ocorre no assentamento, onde a imensa maioria relata que acumula funções, o que apresenta ao pesquisador uma evidente realidade entre os membros da família agrícola, onde os componentes familiares, em especial, a matriarca, precisa prover a estabilidade familiar em duas frentes: os cuidados dos demais membros familiares e a agricultura.

O acúmulo laboral da mulher no assentamento demonstra a importância da mesma no conjunto familiar, nessa esfera de convivência, modo pelo qual se constrói mais uma linha característica dessas famílias num contexto de subsistência pelos proventos da terra. As demais pesquisadas somente concentram seus esforços em atividades agrícolas ou domésticas, mas representam uma minoria.

Voltando os nossos olhos para a utilização dos meios de transporte no assentamento, verificamos que a utilização de motocicletas, carros, ou até mesmo ir aos lugares à pé, se tornam relevantes para a vida dos assentados. Entretanto, há também a utilização do ônibus estudantil como meio de locomoção para a sede do município.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo realizar uma análise quanto à luta pela terra, assim como os processos ligados a organização, produção e reprodução do espaço no Assentamento Che Guevara, localizado, no município de Lagarto (SE).

Sob esse plano, procurou-se investigar as diversas formas nas quais diferentes atores sociais contribuíram para a formação dos assentamentos. Na mesma medida, foram evidenciados como os movimentos de luta pela terra fomentada por esses indivíduos tornaram-se base para uma mudança sensível na vivência desses trabalhadores do campo.

Ao final deste trabalho, foi possível analisar o assentamento Che Guevara sob a ótica crítica, estrutural, funcional e relacional. Por meio da aplicação de questionários, foi possível rastrear uma série de características do objeto investigado e o desenvolvimento das famílias assentadas. Residentes naquele espaço há, no mínimo, 10 anos, as famílias que contribuíram para esta pesquisa mostraram diferentes faces da luta pela terra e da mobilização camponesa.

Com isso, foi possível realizar ligações quanto o que diz respeito a organização do assentamento e o mercado, e de que forma o Che Guevara se relaciona com as comunidades vizinhas. Com o contato direto com os assentados, também foi possível examinar de que maneira o bem-estar do assentamento está relacionado com o desenvolvimento das famílias ali assentadas, que por sua vez nos levou a uma compreensão da trajetória e do desenvolvimento do assentamento como desdobramento de intervenções de políticas públicas naquele espaço rural.

Destacamos a importância do conhecimento do espaço nas identificações dos fatores que contribuíram para a sua própria formulação, e dos pontos estratégicos usados para criação desse projeto agrário. Diante de um levantamento teórico de autores, mostramos o espaço no contexto regional e a pesquisa de campo, colaborando para as discussões referentes a análise do assentamento Che Guevara.

Cabe ressaltar que procuramos realizar, neste texto, um quadro conceitual, tendo em vista a importância de relacionarmos o trabalho em campo, isto é, a empiria, com a utilização de conceitos que moldam nosso ponto de vista sobre determinados fatos sociais e seus atores.

Desta maneira, foram abordados os conceitos de Espaço e Território, considerando a importância fundamental de tais noções para os estudos geográficos. Como buscamos destacar, entender o conceito de espaço é preciso quando decidimos nos debruçar nos estudos sobre assentamentos, ao mesmo tempo em que é a base para as discussões das áreas produtivas, assim

como, ao tratarmos das relações sociais desenvolvidas, este conceito nos auxilia na observação no plano do trabalho e sua relação com tudo aquilo que é construído, apropriado e re-apropriado.

Seguindo essa linha, o conceito de Território, indissociável da noção de espaço, também foi essencial, seja no seu sentido mais elementar, ou em suas dimensões vinculadas aos atuais estudos, que envolvem dimensões materiais, imateriais, além dos atores que compõem esse quadro, como participantes ativos da sua formação. Por meio destas duas noções, pudemos discutir o espaço agrário, e nos voltarmos para outros conceitos relacionados ao nosso objeto, que são os Movimentos Sociais e os Assentamentos.

Outro ponto que tivemos cuidado de abordar nesta pesquisa foi os movimentos de luta pela terra no estado de Sergipe. A partir da revisão bibliográfica sobre o tema, é notório que, assim como em outras regiões nordestinas, no mesmo plano que se evidenciam extensas concentrações de terra, sendo muitas delas em estado de improdutividade, das últimas décadas do século XX, até os últimos anos, verifica-se um cenário de lutas dos movimentos camponeses pela posse da terra. Entre as diversas entidades existentes no Estado vinculadas a causa camponesa, temos como o maior destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Por meio de estudos realizados por diversos pesquisadores sobre o tema, é diagnosticada uma grande lista de conflitos entre camponeses e grandes proprietários de terras no território sergipano, muitas vezes com o apoio opressivo do poder público marcado principalmente pela presença da força policial, como exemplo temos a história do MST em Sergipe e de outros movimentos de apropriações que se tornaram conhecidos, como o caso dos Índios Xocós. Assim podemos verificar que não há uma relação totalmente pacificada entre os anseios do campesinato e os interesses dos grandes proprietários.

Entretanto, como foi verificado na prática, ao examinarmos empiricamente o assentamento Che Guevara, observamos, por parte do MST regional e estadual, algumas estratégias é que buscam muito mais a manutenção dos assentamentos do que a expansão das iniciativas que objetivam a apropriação de mais territórios.

Com a aproximação das lideranças do MST com as instâncias políticas, seja pela proximidade com o Partido dos Trabalhadores, ou outros movimentos envolvidos, até pouco tempo, diretamente com os mais altos cargos do poder público, verificou-se algumas mudanças estratégicas, que buscavam um maior alinhamento com o cenário político. Tais alianças possibilitaram um fortalecimento político, mas existem fortes críticas quanto a uma evidente desarticulação, que vem prejudicando a organização para lidar com os assentamentos.



Ao voltarmos para o assentamento Che Guevara, é possível afirmar que, nesta atual conjuntura, a conquista da terra realizada pelos assentados se mostrou diferenciada das demais lutas pela terra, já que foi realizada através da organização do grupo de assentados e com o apoio do MST, que iniciou/ iniciando a luta pela terra, evitando os conflitos, através das negociações com os antigos proprietários da antiga fazenda, acarretando a conquista da terra, iniciando o processo de ocupação do espaço, diante de uma seleção, deixando apenas as pessoas preparadas para o trabalho com a terra.

Logo, foram consolidados os pilares de uma experiência bem-sucedida de um desenvolvimento local. Contudo, alguns indícios apontam para possibilidade de que ali se possa ainda consolidar, no mínimo, o processo de emancipação dos assentados em virtude das atividades produtivas estarem em constante transformação e da tendência de consolidação de uma nova institucionalidade apoiada ainda por uma rede de instituições parceiras de fomento ao desenvolvimento rural, que tem enviado alguns esforços para trazer, para as localidades, novas formas de convivência com o campo, através de financiamentos, tecnologias, processos e conhecimentos de efetiva aplicabilidade.

Com relação ao desenvolvimento humano e social, esta pesquisa evidenciou que o assentamento Che Guevara apresenta um índice aceitável, em virtude de melhorias na Educação; Saúde; Moradia; Renda e Lazer, pois antes de residirem no assentamento, havia grandes dificuldades para acesso aos referidos bens de serviço.

De uma maneira geral, nos padrões de organização do assentamento Che Guevara, pode-se destacar que a dinâmica interna do assentamento congrega esforços na busca de um projeto que possibilite uma melhora na qualidade de vida dos assentados, mediado pela efetividade de suas associações, que alavancam iniciativas tanto formais quanto informais na busca de apoio dessas instituições parceiras para que ali realizem as intervenções necessárias às suas transformações produtivas, desde que estas representem os interesses e anseios das famílias assentadas.

Tais resultados apontam que a comunidade do assentamento Che Guevara revela um comportamento que se alinha aos condicionantes que o quadro teórico lista como constituinte para formação de capital social.

É possível também dizer que no Nordeste, por exemplo, a produção de dados sobre a pobreza, sobre o inexpressivo desenvolvimento, e outras questões tem construído os palcos de intervenções para combater as adversidades da região e reduzir a pobreza. Com discursos que se renovam e práticas que se reiteram, a grande maioria destas soluções milagrosas tem resultado no enriquecimento das elites locais e aumento da pobreza da população rural.

Apresentamos, ao decorrer desta pesquisa, que as prioridades dos assentados vêm se modificando ao longo dos anos, o que pode nos revelar um processo de estabilização dos beneficiados. Verificamos que, seguindo uma tendência dos movimentos camponeses nos últimos anos, existe uma priorização na manutenção do assentamento quanto à permanência pela mobilização, luta e conquista de novas terras.

Verificamos, por exemplo, uma produção extensa e variada de produtos que vão desde feijão, milho, mandioca e frutas, a uma diversidade no plano da pecuária, como a criação bovina, suína e de aves, além dos seus derivados. Com isso, ao questionarmos os camponeses, o comércio destes produtos tornou-se tão importante quanto os objetivos basilares do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Diversos assentados já produziram o suficiente para promover o próprio sustento, bem como para também efetuavam a comercialização nas feiras locais, tanto na cidade de Lagarto como nas imediações, nos povoados próximos. Mas, atualmente, essa prática não é realizada pela falta de incentivo financeiro para manutenção da vida no campo, o que vem ocasionando uma desestruturação financeira na vida dessas famílias assentadas.

Em suma, esse estudo apresenta fatores primordiais para transformação de um novo olhar para as questões agrárias por meio do assentamento analisado, além de caracterizar a área de estudo, mostrando seus pontos primordiais para o seu desenvolvimento. Diante dessas informações, resta a consideração pelo que já foi avançado, em especial ao assentamento em questão que, apesar das adversidades encontradas na vida rural, se mostra como um dos mais vitoriosos da região, inclusive com um assentado sendo Secretário Municipal do Meio Ambiente, da Agricultura e Desenvolvimento Rural do município de Lagarto.

Fator relevante do assentamento Che Guevara, como já foi citado, é a proximidade com a sede do município de Lagarto, que conta com uma população estimada de 101.305 habitantes, segundo o último censo do IBGE. Vale ressaltar que a consolidação do assentamento Che Guevara passou por uma política delicada, a partir do processo de organização, para saber os rumos que poderia percorrer.

Sendo assim, diante da pesquisa feita, é de suma importância ressaltar que o assentamento Che Guevara necessita ampliar sua visão para os projetos públicos, para colaborar para o seu contínuo crescimento, algo que no momento não é possível pela falta dos investimentos nos setores econômicos e sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Francisco Batista de, et al. As políticas públicas e os projetos de assentamento. IN: **Estudos de Psicologia**. 2004, 9(1), 81-88
- ALENCAR, Tereza Maria, MENEZES, Ana Virgínia Costa de. Ação do Estado na Produção do Espaço Rural: transformações territoriais. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, V4., n.8, p.121-147, ago.2009.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- BAZOTTI, Angelita. **Diferentes formas organizacionais em assentamentos do MST**: o caso dos assentamentos Rosário e Conquista da Fronteira. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia e Política UFPR 2009.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira, NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CARVALHO, Simone Pereira et al. Reforma agrária: a realidade de um assentamento rural. IN: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 67-97, ago. 2009.
- CARVALHO, Yara Maria Chagas. **Os assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo e a crise econômica nacional**. Revista Agricultura em São Paulo, SP, 41(3):17-37, 1994.
- CASTRO, Eduardo. **O Campo e a cidade na reforma agrária: Uma análise do trabalho e Território**. In: revista Agrária, São Paulo, 2006, nº 5, p.94.
- COSME, Claudemir Martins. Reforma agrária no Brasil do século XXI: qual reforma agrária? Boletim DATALUTA n. 106 – Artigo do mês: outubro de 2016. ISSN 2177-4463.
- DANELON, Jean Roger. **Reflexões sobre as Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. XXI Encontro Nacional de reforma agrária. Uberlândia – MG. 2012. Universidade Federal de Uberlândia. Jean Roger Bombonato Danelon / Aline Freitas Roldão / Pedro Henrique Flausiano Damaceno. 2012, p.8.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: ICONE, 1985.
- DEISTER, Jaqueline. **Agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil**. Portal MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/11/03/agricultura-familiar-e-responsavel-por-70-dos-alimentos-consumidos-no-brasil.html>

FRANCIS, Paula Chagas. **Os programas de créditos para os assentamentos rurais o estudo de caso do dorcelinafolador (arapongas – pr.)**. Revista Geografar, Curitiba, v.4, n.1, p.78-97, jan./jun. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis, PITTON, Sandra Elisa Contri, ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território**. IN: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1\\_d22\\_v9\\_t02.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf)

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera/atlas](http://www.fct.unesp.br/nera/atlas)>. Acesso em 11/11/2017.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMÉZ, Jorge Ramón Montenegro. **Desenvolvimento em (Dê)Construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Org.) **Geografia Agrária: teoria e poder**, 1º Edição. São Paulo: Expressão popular, 2007, p. 39-53.

GUANZIROLI, Carlos Enrique.; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar e o Novo Mundo Rural**. In: Congresso: Sociedade Brasileira de Economia Rural - SOBER, 2001, Passo Fundo. Economia Rural, 2001.

INCRA. **Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>.

KAGEYAMA, Ângela Antônia. **Rural e ruralidade**. In: **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. p. 15-49.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Peninsula, 1976.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Processos sociais e políticas públicas. 2a. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. v. 1. 282p.

LIMA, Waldir Coutinho. **Políticas públicas para reforma agrária, desafios e possibilidades: estudo de caso do Assentamento Euclides Neto em Mata de São João Bahia**. 2014. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um balanço das ocupações de terra e dos conflitos sociais agrários no estado de Sergipe**. Geonordeste (UFS), Aracaju, v. 1, p. 101-116, 2000.

\_\_\_\_\_. **História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe: uma abordagem preliminar**. In: XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2003, Aracaju -SE. Anais do XI CISO - Encontro de Ciências Sociais no Norte e Nordeste.

\_\_\_\_\_. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. Scientia Plena, v. 3, n. 1, p. 6-17, 2007.

\_\_\_\_\_. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. Reforma Agrária, São Paulo, p. 119 - 138, 01 dez. 2008.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Lisboa: Antidoto, 1978.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: Questão de terra ou de gente?**. Paulo Martinez. São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 157 p.

\_\_\_\_\_. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: HUCITEC, 1989. 147 p.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Poder do Atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. Editora Hucitec - São Paulo, 1994. p. 19 – 92.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 pp.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 172 p.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão (GO) / Estevane de Paula Pontes Mendes. – Presidente Prudente: [s.n.], 2005.294 p.

MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **O que é Geografia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Zander. **Reforma Agrária**. IHU – On Line. São Paulo 2009. Entrevista Concedida ao Instituto Humanista Unisino.

NOBRE, Gismário Ferreira. Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na relação com o estado e a Sociedade: entre a autonomia e a Institucionalização: o caso de Sergipe. Tese – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ UFBA. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática: 1986. 88 p.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, p. 139.

OLIVEIRA, Valter. **O assentamento como terra de missão:** Religião e processos de territorialização dos Sem-terra no Rio Grande do Sul, BR. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.4, no 1, p.226-259, jan./jun. 2014 ISSN: 2236-672

OLIVEIRA, L.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. **Permanecer ou sair do campo?** Um dilema da juventude camponesa. Revista Pegada – vol. 15 n.1 136 julho/2014.

\_\_\_\_\_. **A Longa Marcha do Campesinato brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária.** Artigo. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext). Acesso em 11/11/2017.

PEREIRA, Isabela Aparecida. **Assentamentos rurais e qualidade de vida:** um estudo de caso no PA Santa Verônica - Damião/ PB. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Regional. UFPB. 2013.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 89 p. (Tudo é História).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Questão Agrária.** São Paulo. AGP. 1979.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil.** 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 364 p.

QUAINI, Massimo. **A. Construção da Geografia Humana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, Francisco da Rocha. **Panorama da seca no Estado de Sergipe:** Impactos e ações de enfrentamento. Revista Parc. Estrat. Brasília-DF, v. 22. n. 44. p. 181-200, jan-jun. 2017

SANTOS, Carmem Lúcia. ALMEIDA, Maria Geralda. COSTA, José Eloizio da. LORETO, Maria das Dores Saraiva. **Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais:** Uma Análise do Território do Alto Sertão de Sergipe, Brasil. Artigo. “Ponencia presentada al VIII Congresso latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Carmem-L%C3%BAciaSantos.pdf>. acesso em 11/11/2017.

SANTOS, Fábio. **A Luta pela terra em Sergipe: Os impactos territoriais do/no Assentamento João Amazona – SE.** XVI Encontro Nacionais dos Geógrafos. ENG 2010. Porto Alegre.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SANTOS, Núbia Dias. A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do estado. IN: Curado, Fernando Fleury et al.(org.) Do plural ao singular : dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe / Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. SANTOS, Roseli Alves dos Santos. **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento.** – 1.ed. – São Paulo: Expressão popular, 2010.

\_\_\_\_\_. SILVA, S.S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. IN: **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

\_\_\_\_\_. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. IN: **Geosul.** Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007

\_\_\_\_\_. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAG. **Observatório de Sergipe.** Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/pesquisas-e-estudos/enciclopedia-dos-municipios-sergipanos>, Acesso em 18 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1985, p. 12-15.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** 1ed 1993. São Paulo: Brasiliense, 2001. P. 47.

SILVA, Rosemiro; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe. Aracaju-SE: EDUFS, 1996.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. Do acampamento ao assentamento: um estudo da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. 2009. 384f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão. 2009.

SOUZA, Adiberto. **MST ajuda a melhorar a economia rural de Sergipe.** Portal Destaque Comunicação. Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/leia-mst-ajuda-a-melhorar-a-economia-rural-de-sergipe/>.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. IN: IN: Caldart; Pereira; Alentejano; Gaudêncio Frigotto (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TRAJANO, J. **A Reforma Agrária nos governos FHC e Lula**. Vol. 6, 2010, Curitiba. II Seminário Nacional de Sociologia e Política. Anais. Curitiba, 2010. P 3-14.

UBIRAJARA, Eduardo. **Guia de orientação para trabalhos de conclusão de curso: relatórios, artigos e monografias**. Aracaju/SE, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. “**Morar e trabalhar**”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza, et. al. **Travessias: A vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.



## **APÊNDICES**

## Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado (a) Senhor (a), esta pesquisa **“Da constituição a consolidação: a organização e a (re)produção do espaço no assentamento Che Guevara em Lagarto (se)”**, desenvolvida por **Tamires Aparecida Batista de Oliveira** do curso de **Mestrado Acadêmico em Geografia** da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. José Eloízio da Costa, que será realizada aqui no Assentamento Che Guevara, localizado no município de Lagarto-Se. O objetivo do estudo é analisar a constituição e consolidação do assentamento de reforma agrária Che Guevara sob o lastro da produção e reprodução do espaço, bem como do cotidiano e vivência das famílias assentadas. Assim, solicitamos a sua colaboração em participar desta pesquisa, através de um questionário que contém perguntas sobre o processo de luta pela terra, sob uma perspectiva histórica, assim como a organização, produção e reprodução do espaço e de suas estratégias socioeconômicas estabelecidas pelas famílias assentadas. Esclarecemos que sua participação é voluntária e livre e, portanto, não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Se alguma questão lhe causar constrangimento o(a) senhor(a) tem o direito de não respondê-la. É importante destacar que o pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de anonimato, e que as suas informações são sigilosas e só serão utilizadas para fins desta pesquisa. Caso desista de participar deste estudo, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento durante a aplicação do questionário, sem que haja nenhum tipo de penalidade. Caso aceite participar, pedimos sua autorização através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com o(a) senhor(a) e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre a pesquisa, o pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer fase da pesquisa.

---

**Tamires Aparecida Batista de Oliveira**  
Pesquisador Responsável - Tel: (79) 9.9825-8923  
E-mail: [tamires\\_ufs@yahoo.com.br](mailto:tamires_ufs@yahoo.com.br)

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da importância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar desta pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via deste documento.

---

**Assinatura do participante ou responsável legal**

Apêndice B – Roteiro do Questionário realizado no assentamento Che Guevara



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**Roteiro do questionário da pesquisa de campo para análise do espaço agrário do  
assentamento Che Guevara em Lagarto-Se**

Data de aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**I – IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTAMENTO**

<b>Qualificação do Projeto de assentamento (Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA)</b>	
<b>Tipo do Projeto de Reforma Agrária:</b> Assentamento Federal	<b>Sigla:</b> P.A
<b>Nome do P.A:</b> Assentamento Tapera (Che Guevara)	<b>Município:</b> Lagarto-SE
<b>Quantidade de beneficiados:</b> 245	<b>Quantidade de famílias:</b> 120
<b>Data de Expropriação:</b> 29 de abril de 1998	<b>Tempo de existência (a contar da forma):</b> 20 anos
<b>Obtenção da área:</b> forma – Desapropriação	<b>Domínio:</b> INCRA
<b>Distância da sede do município:</b> 3KM	
<b>Tamanho da área desapropriada:</b> 1.100,00 ha (um mil e cem hectares)	<b>Superintendência regional:</b> SR23
<b>Fase em que se encontra:</b> Assentamento em Obtenção ( )      Pré-projeto de assentamento ( )      Assentamento em criação ( ) Assentamento criado ( )      Assentamento em Instalação ( )      Assentamento em Estruturação ( ) Assentamento em Consolidação ( ) <b>Assentamento Consolidado ( X )</b>	

**II – QUALIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO(A):**

Nome completo:		Sexo: ( ) F ( ) M	
Função que exerce no assentamento:			
Função em que exerce no Movimento Social que faz parte:			
Como adquiriu o lote?			
<b>1. Idade?</b>  a) Até 18 anos ( ) b) De 18 a 25 anos ( ) c) De 25 a 30 anos ( ) d) De 30 a 40 anos ( ) e) Mais de 40 anos ( )		<b>a) Há quanto tempo reside no assentamento?</b>  <b>Titular ( )      Assentado ( )</b>  b) Há 20 anos – 1998 a 2018 ( ) c) Há 10 anos – 2008 a 2018 ( ) d) Menos de 10 anos – 2009 a 2018 ( )  <b>O senhor(a) acredita que está na terra por meio da:</b>  Luta/resistência ( )      Produção/mercado ( )	
<b>2. Nível de instrução:</b>  a) Fundamental Incompleto ( ) b) Fundamental Completo ( ) c) Médio Completo ( ) d) Médio Incompleto ( ) e) Curso Técnico ( )		<b>3. Qual a sua origem de convivência?</b>  a) Urbana ( ) b) Rural ( ) c) Urbana, mas tem origem camponesa ( )  <b>Cidade de origem:</b>	

f) Superior Incompleto (   ) g) Superior Completo (   )	a) Lagarto/Se (   ) b) Outra cidade (   )  <b>Qual cidade e/ou Estado?</b> _____
<b>4. Estado Civil:</b>  a) Solteiro(a) (   ) b) Casado(a) (   ) c) Divorciado/Desquitado/Separado(a) (   ) d) Viúvo(a) (   ) e) Outros (   )	<b>5. Tem filhos?</b>  a) Sim (   ) b) Não (   )  <b>Quantos?</b> _____ filhos.

### III - PROCESSO PRODUTIVO E CIRCULAÇÃO DE PRODUÇÃO

<b>6. Ao conseguir a terra, já tinha prática em cultivo com a terra?</b>  <div style="text-align: center;">Sim (   )      Não (   )</div> <b>Qual a sua atividade principal?</b>  a) Não produz (   ) b) Agrícola (   ) c) Pecuária (   ) d) Pastagem (   ) e) Comerciante (   ) f) Intermediário (   ) g) Outros (   )  <b>Quais?</b> _____	<b>7. Como acontece a participação da mulher no lote?</b>  a) Nas atividades doméstica (   ) b) Nas atividades agrícolas (   ) c) Intermediário (   ) d) Outros (   )  <b>Quais?</b> _____
<b>8. Qual a predominância da produção agrícola?</b>  a) Milho (   ) b) Feijão (   ) c) Mandioca (   ) d) Melancia (   ) e) Fumo (   ) f) Maracujá (   ) g) Outros (   )  <b>Quais?</b> _____	<b>9. Qual predominância da pecuária?</b>  a) Bovinos (   ) b) Aves (   ) c) Caprinos (   ) d) Suínos (   ) e) Outros (   )  <b>Quais?</b> _____
<b>10. Você comercializa sua produção?</b>  <div style="text-align: center;">Sim (   )      Não (   )</div> <b>Porque?</b> _____  <b>Onde comercializa sua produção?</b>  a) Nas feiras livres da sede do município (   ) b) Nas cidades vizinhas (   ) c) Outros (   )  <b>Quais?</b> _____	<b>11. Quais fatores dificultam a produção?</b>  a) Seca (   ) b) Excesso de chuva (   ) c) Solo (   ) d) Falta de crédito (   ) e) Pragas (   ) f) Outros (   )  <b>Quais?</b> _____

<p><b>12. Principal força de trabalho para o plantio e colheita?</b></p> <p>a) Manual ( )</p> <p>b) Mecânica ( )</p> <p>c) Animal ( )</p>	<p><b>13. Sua área permite irrigação? Você utiliza irrigação?</b></p> <p>Sim ( )      Não ( )      /      Sim ( )      Não ( )</p> <p><b>Porque?</b> _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p><b>14. Possui máquinas e/ou equipamentos?</b></p> <p>a) Sim ( ) – Qual? _____</p> <p>b) Não ( )</p> <p><b>Porque?</b> _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>15. Recebeu/recebe algum tipo de assistência técnica?</b></p> <p>Sim ( )      Não ( )</p> <p>a) <b>Porque?</b> _____</p> <p><b>Com qual frequência tem assistência técnica?</b></p> <p>a) Semanal ( )</p> <p>b) Quinzenal ( )</p> <p>c) Mensal ( )</p> <p>d) Semestral ( )</p> <p>e) De vez em quando ( )</p>

#### IV - Processo Produtivo e a Circulação de Produção

<p><b>16. Possui renda financeira regular?</b></p> <p>Sim ( )      Não ( )</p> <p><b>Atualmente a sua produção serve:</b></p> <p>a) Para subsistência ( )</p> <p>b) Para conseguir renda ( )</p> <p><b>A renda obtida é considerada suficiente para o sustento da família?</b></p> <p>a) Sim ( )</p> <p>b) Não ( )</p> <p><b>Caso “não”, por quê?</b> _____</p> <p>_____</p>	<p><b>17. Qual é o valor da renda mensal total da família?</b></p> <p>a) Menos de 1 salário mínimo ( )</p> <p>b) Apenas 1 salário mínimo ( )</p> <p>c) Mais de 1 até 2 salários mínimos ( )</p> <p>d) Mais de 3 até 4 salários mínimos ( )</p> <p>e) Mais de 4 até 5 salários mínimos ( )</p> <p>f) Mais de 5 salários mínimos ( )</p> <p>g) Não possui nenhuma renda ( )</p>
<p><b>18. Recebe algum tipo de auxílio governamental?</b></p> <p>Sim ( )      Não ( )</p> <p>a) Bolsa família ( )</p> <p>b) Auxílio gás ( )</p> <p>c) Cesta básica ( )</p> <p>d) Outros ( )</p> <p><b>Quais?</b> _____</p>	<p><b>19. Recebeu/recebe algum tipo de crédito?</b></p> <p>a) Sim ( )</p> <p>b) Não ( )</p> <p><b>Caso “não”, por quê?</b> _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

#### V - ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA INTERNA DO ASSENTAMENTO

<p><b>20. Qual o tipo de organização existente na comunidade?</b></p> <p style="text-align: center;">Sim (   )      Não (   )</p> <p>a) Associação (   )  b) Cooperativa (   )  c) Não existe (   )  d) Outros (   )</p> <p><b>Quais?</b> _____</p> <p><b>Você participa das reuniões desse grupo?</b></p> <p>a) Sempre (   )  b) De vez em quando (   )  c) Não (   )</p>	<p><b>21. Você já participou de algum curso promovido por algum destes grupos:</b></p> <p style="text-align: center;">Sim (   )      Não (   )</p> <p>a) Técnico/produtivo (   )  b) Curso profissionalizante (   )  c) Outros (   )</p> <p><b>Quais?</b> _____</p>
--	---

## VI – INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇOS PÚBLICOS

<p><b>22. Principal material utilizado na construção das casas?</b></p> <p>a) Alvenaria (   )  b) Lona (   )  c) Madeira (   )  d) Taipa (   )</p>	<p><b>23. Qual o principal material utilizado na cobertura?</b></p> <p>a) Telha de cerâmica (   )  b) Lona plástica (   )  c) Zinco amianto (   )  d) Outros (   )</p> <p><b>Quais?</b> _____</p>
<p><b>24. Qual a principal forma de iluminação?</b></p> <p>a) Elétrica (   )  b) Óleo/querosene (   )  c) Gerador (   )  d) Não tem (   )</p>	<p><b>25. Existe coleta de lixo na comunidade? Com qual frequência?</b></p> <p style="text-align: center;">Sim (   )      Não (   )</p> <p>a) Diariamente (   )  b) Semanalmente (   )</p>
<p><b>26. Qual o destino do lixo?</b></p> <p>a) Quintal (   )  b) Buraco (   )  c) Aterro (   )  d) Céu aberto (   )  e) Outros (   )</p>	<p><b>27. Qual o principal destino do esgoto do seu domicílio?</b></p> <p>a) Rede coletora (   )  b) Fossa séptica (   )  c) Céu aberto (   )  d) Riacho/Rio (   )  e) Outros (   )</p>
<p><b>28. Possui água encanada? Qual a forma de captação?</b></p> <p style="text-align: center;">Sim (   )      Não (   )</p> <p>a) Cisterna (   )  b) Poço artesiano (   )  c) Fonte (   )  d) Riacho/rio (   )  e) Outro (   )</p> <p><b>Qual?</b> _____</p>	<p><b>29. Qual o meio de transporte utilizado para o acesso a sede da cidade?</b></p> <p>a) A pé (   )  b) De bicicleta (   )  c) De motocicleta (   )  d) De carro (   )  e) A cavalo (   )  f) De ônibus (   )  g) Outros (   )</p> <p><b>Quais?</b> _____</p>

## Apêndice C – Roteiro de entrevista realizado no assentamento Che Guevara



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



### **Roteiro de entrevista da pesquisa de campo para análise do espaço agrário do assentamento Che Guevara em Lagarto-Se**

#### **ENTREVISTA – ASSENTADOS/LIDERANÇAS**

1. Uma vez que a comercialização é a fase mais preocupante para você agricultor, quais as estratégias que você usa para garantir a organização da produção, a forma de comercialização e a rentabilidade dos produtos produzidos?
2. Ainda sobre a comercialização da sua produção, no mercado, onde consegue inserir sua mercadoria?
3. Apenas com a produção produzida em seu lote (para subsistência e/ou comercialização), o mesmo atende as necessidades salariais para a manutenção da sua respectiva família? Caso não, o que você faz para conseguir manter sua família?
4. Sobre o processo organizativo do assentamento, possui algum órgão como Associação ou Cooperativa?
5. Através dos Programas de Créditos, como por exemplo, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) você obteve melhorias de condições de vida, ampliação da sua produção, diversificação das culturas produzidas e o aumento da sua renda?
6. Ainda sobre os Programas de Créditos, como se dá os financiamentos junto com os Bancos, a disponibilidade desses créditos para investimento, seus prazos e carências?
7. Quais problemas estão presentes no assentamento e a quem atribui esses problemas no qual ocasiona a falta de produtividade e consequentemente sua comercialização?
8. Como está sendo a prestação de *Assistência Técnica* e *Extensão Rural* (ATER) e a *Assessoria Técnica, Social e Ambiental* (ATES) no assentamento?
9. Sabendo que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tem como objetivo promover o acesso ao crédito, assessoria técnica e consultorias gratuitas aos assentados para que possam aproveitar da melhor maneira possível os recursos das terras em que passarem a habitar e produzir, acesso aos serviços públicos básicos assegurados em constituição, como saúde, educação, esporte, cultura e lazer, de forma

a promover o cumprimento de direitos civis, trabalhistas, além da promoção da paz no campo, que se faz necessária, como vem sendo a atuação do INCRA para alcançar esses objetivos dentro do assentamento?

10. Apesar das incertezas, e a partir do que fora almejado durante o processo de luta pela terra desse assentamento, até sua consolidação, os objetivos iniciais foram alcançados?
11. E para finalizarmos, quais são às satisfações e expectativas de futuro com relação ao assentamento?
12. Como você avalia o processo de implementação da Reforma Agrária no município de Lagarto (SE)?
13. Quais contribuições a Reforma Agrária tem dado para o fortalecimento da reconstrução do campesinato (um campo que passa historicamente pelo processo do êxodo rural)?
14. Você avalia que há um desinchar das cidades após a efetivação da Reforma Agrária (proporciona o acesso à terra por parte de sem terras oriundas, do centro urbano ou também da cidade, porém de origem camponesa – descendente)? E em relação ao município de Lagarto (SE)?
15. Você identifica no processo de efetivação da Reforma Agrária, ações e estratégias que possibilitam uma articulação com o conjunto das demais Políticas Públicas implementadas no âmbito estatal? Quais?
16. Você considera que a inserção dos militantes nos poderes Legislativo e Executivo tem contribuído com o atendimento das demandas e reivindicações do movimento e dos assentamentos no conjunto das Políticas Públicas (emprego e renda, habitação, saúde, educação, assistência social, assistência técnica e agrícola aos assentados, entre outras), no que se refere à questão orçamentária e da gestão dos serviços?



## **ANEXOS**

Anexo A – Processo de Desapropriação



**PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Estado de Sergipe**

Processo nº 98.0005665-3

Classe: 05012 – Ação de Desapropriação

Expte.: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Expdo: João Almeida Rocha e outros

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. ACEITAÇÃO PELOS EXPROPRIADOS DO PREÇO OFERTADO PELO EXPROPRIANTE. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA OFICIAL. ÍNFINA DIFERENÇA ENTRE O VALOR OFERTADO E A AVALIAÇÃO FEITA PELO PERITO JUDICIAL. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 269, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

**SENTENÇA:**

**Vistos etc.**

**O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**, já qualificado na exordial, ajuizou **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL**, para fins de reforma agrária, em desfavor de **JOÃO ALMEIDA ROCHA e WALDOMIRA MONTEIRO DE CARVALHO ROCHA**, ambos qualificados nos autos, com o escopo de se imitir na posse do imóvel rural denominado “Fazenda Tapera do Nico”, localizada no Município de Lagarto/SE, e, posteriormente, de se proceder à transferência compulsória da gleba para o seu domínio, assegurando o cumprimento da política agrária do governo, com o assentamento no local de trabalhadores rurais sem terra, com suporte no art. 184 e seguintes da Constituição Federal, na Lei nº 8.629, de 25.02.93, e na Lei Complementar nº 76, de 06.07.93, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 88, de 23.12.96.

Afirmou que realizou levantamentos técnicos acerca do referido imóvel e constatou a necessidade de desapropriá-lo por interesse social, para fins de reforma agrária, em vista do não cumprimento da função social da propriedade, providência tomada mediante Decreto Expropriatório datado de 29 de abril de 1998, publicado no D.O.U. no dia 30 de abril de 1998, esclarecendo que o imóvel rural objeto desta desapropriação mede 1.100,00 ha (um mil e cem hectares), sendo classificado como grande propriedade não produtiva, muito embora levantamentos efetuados através do GPS constatassem que a área planimetrada é de 1.154,3022 (um mil, cento e cinquenta e quatro hectares, trinta ares e vinte e dois centiares), sendo esta o objeto da presente ação, devendo ser indenizada, entretanto, apenas a área constante do Decreto Presidencial Expropriatório, cabendo aos expropriados provar a propriedade da área remanescente para fins de indenização.

Ofereceu pela gleba desapropriada a importância de R\$ 658.148,37 (seiscentos e cinquenta e oito mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), sendo R\$ 470.591,00 (quatrocentos e setenta mil e quinhentos e noventa e um reais) correspondentes ao valor da terra nua, quantia representada por 6.884 (seis mil e oitocentos e oitenta e quatro) TDA'S, sobrando da emissão destas R\$ 0,76 (setenta e seis centavos), e R\$ 187.557,37 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos) referente às benfeitorias e culturas.

Requeriu: “a) a Imissão do INCRA na Posse do imóvel rural objeto desta ação, livre de qualquer ocupação do proprietário, agregados, comodatários, arrendatários, sucessores do expropriando, garantindo assim o assentamento de futuras famílias de trabalhadores rurais, de conformidade com o art. 6º, item I, da LC nº 76/93, alterada pela LC nº 88/96; b) a citação do sr. João Almeida Rocha e sua esposa, no endereço já indicado, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e seus efeitos legais; c) expedição de Mandado ordenando a averbação do ajuizamento desta Ação ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagarto/SE; d) a expedição do Mandado Translativo de Domínio do imóvel para o nome do INCRA, de acordo com o preceituado no art. 17, da LC nº 76/93, com suas alterações decorrentes da LC nº 88/96, para o Cartório de Imóveis da Comarca de Lagarto/SE; e) seja oficiado ao Juiz de Direito da Comarca de Lagarto/SE, no sentido de adotar as medidas pertinentes ao § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 76/93; f) notificação do Ministério Público Federal para intervir no feito, a teor do art. 18, § 2º, da LC nº 76/93; g) intimação, por carta registrada com aviso de recebimento, do Banco do Nordeste do Brasil S/A, agência de Lagarto, na forma do art. 7º, § 3º da LC nº 76/93 c/c art. 676 do CCB.”

Juntou os documentos de f. 09/68, inclusive a Guia de Depósito de f. 55, alusiva à indenização em dinheiro.

Despacho deferitório da inicial, f. 69.

Dando-se por citados, os expropriados, f. 76/77, aderem ao ato expropriatório e concordam com a oferta do expropriante para a indenização do imóvel que lhes pertence, requerendo a expedição de ordem judicial para levantar o depósito efetuado em dinheiro e TDA's, juntando os documentos de f. 78/86.

Os expropriandos promoveram o levantamento de 80% dos valores depositados após o cumprimento das exigências legais, f. 166/170.

Na f. 109/140, encontra-se a carta precatória oriunda deste Juízo e cumprida pelo Juízo da Comarca de Lagarto/SE, que imitiu o expropriante na posse do imóvel.

Foi proferida a decisão, nas f. 186/189, determinando a realização de perícia por *Expert* Oficial, para dirimir qualquer dúvida em relação ao *quantum* da indenização a ser paga, visando a consecução do justo preço, tendo sido adotadas todas as providências legais para realização do exame pericial, inclusive o depósito dos honorários periciais.

Nas f. 133, o Banco do Nordeste do Brasil informa o seu desinteresse na causa, pois a dívida relativa ao imóvel já foi quitada.

Foram publicados os Editais exigidos em lei, f. 143/145.

O Perito Judicial apresentou seu Laudo Pericial, nas f. 214/220, avaliando o imóvel em R\$ 659.238,34 (seiscentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos), sendo R\$ 471.680,97 (quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e oitenta reais e noventa e sete centavos) referentes à terra nua e R\$ 187.557,37 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos) concernentes às benfeitorias indenizáveis.

Na f. 240, o Sr. Perito do Juízo levantou 50% (cinquenta por cento) dos seus honorários periciais.

Na f. 245, o Ministério Público Federal exarou sua manifestação acerca do Laudo Pericial, nada tendo a opor às suas conclusões.

Já os expropriados, embora intimados para se pronunciarem sobre o referido Laudo, f. 234/239, deixaram transcorrer *in albis* o prazo para manifestação.

O expropriante, por sua vez, afirmou, f. 248, que a avaliação do Perito Oficial espelha o preço atual do imóvel expropriado e requereu seja fixada a indenização no valor ofertado e depositado, extinguindo-se o processo, com julgamento do mérito, pelo reconhecimento jurídico do pedido por parte dos expropriados (art. 269, inciso II, do CPC), que aceitaram o preço oferecido pelo INCRA.

Alternativamente, pede o INCRA que se for entendido que há diferença entre o valor ofertado e o apurado na perícia do *Expert* Judicial, que seja atualizado o valor do depósito inicial até a data da perícia, para que se apure a diferença indenizável e acréscimos legais devidos.

No dia 21 de agosto de 2003, realizou-se a audiência de instrução e julgamento pleiteada, f. 224/225, da qual o ilustre representante do Ministério Público Federal, embora intimado na f. 219, não participou. Nela, as partes reafirmaram as alegações expendidas em suas peças processuais, quais sejam, a inicial e a contestação, bem como não requereram produção de provas.

Na f. 255/257, há atualização do valor da terra nua e das benfeitorias, até o mês de agosto de 2003, feita pelo INCRA, atendendo a pedido da Procuradoria Federal, constando como preço atualizado a quantia de R\$ 1.000.537,11 (um milhão, quinhentos e trinta e sete reais e onze centavos).

Na f. 259, foi determinado o levantamento do restante dos honorários periciais pelo *Expert* Judicial.

Após, volveram-me os autos para sentença.

#### **É o relatório.**

#### **Passo a decidir.**

Trata-se de ação de desapropriação de imóvel rural por interesse social, para fins de reforma agrária, ajuizada pelo INCRA, em face de João Almeida Rocha e Waldomira Monteiro de Carvalho Rocha, em decorrência do não cumprimento da função social da propriedade, tendo estes concordado com o preço ofertado pelo expropriante.

Não obstante os demandados terem reconhecido o pedido autoral, foi determinada a realização de perícia por *Expert* nomeado por este Juízo, que chegou a valores bem próximos aos encontrados pelo INCRA no Relatório de Vistoria e Avaliação, distanciando-se deste apenas em relação ao valor da terra nua, onde apurou a diferença de R\$ 1.089,97 (um mil e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) para mais.

Os expropriados, conquanto devidamente intimados para se manifestarem acerca do Laudo Oficial, silenciaram, o que indica que continuam satisfeitos com o preço inicialmente ofertado.

Por outro lado, a diferença apurada pelo Perito Oficial é insignificante em relação ao valor ofertado pelo INCRA.

Pelo exposto, extingo o feito, com julgamento do mérito, em face do reconhecimento do pedido pelos expropriados, nos termos do art. 269, II, do Código de Processo Civil, tornando definitiva a imissão do INCRA na posse da área desapropriada, ou seja, a “Fazenda Tapera do

Nico”, correspondente a 1.100,00 ha (um mil e cem hectares), expedindo-se mandado translativo do domínio em favor do expropriante, nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 76/95.

Os honorários periciais ficam a cargo do expropriante, porquanto a perícia foi determinada por este Juízo, para salvaguardar o interesse público, não sendo justo atribuí-los aos expropriados, que não ofereceram qualquer resistência ao pedido.

Cada parte honrará os honorários do seu patrono.

Sem custas, face à isenção de que é beneficiário o INCRA.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Aracaju, 17 de maio de 2004.

**Juiz Edmilson da Silva Pimenta**

## Anexo B – Parecer Consubstanciado (Comité de Ética)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Da constituição a consolidação: A organização e a (re)produção do espaço no assentamento Che Guevara em Lagarto (SE)

**Pesquisador:** TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 04853718.2.0000.5546

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.094.241

#### Apresentação do Projeto:

O presente estudo diz respeito à luta pela terra, bem como da organização, produção e reprodução do espaço no Assentamento Che Guevara no município de Lagarto (SE). A criação dos assentamentos rurais a partir das desapropriações para fins de reforma agrária tornou-se o marco central na organização do espaço agrário brasileiro no final do século XX.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:** Analisar a constituição e consolidação de áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, sob o lastro da produção e reprodução do espaço, bem como do cotidiano e vivência das famílias assentadas: o caso do Assentamento Che Guevara no município de Lagarto, estado de Sergipe.

**Objetivo Secundário:**

- Analisar a constituição dos assentamentos rurais de reforma agrária, a partir dos processos de luta com a formação dos acampamentos, da transição aos assentamentos tomando como recorte espacial o Assentamento Che Guevara no município de Lagarto/SE;
- Abordar as condicionantes socioespaciais de produção do espaço no assentamento Che Guevara, valorando a questão da produção, das relações de trabalho, e da inserção de ações a partir da efetivação de políticas públicas, como ATES, microcrédito produtivo e orientado, bem como da constituição das cadeias de produção;

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**CEP:** 49.060-110

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**Telefone:** (79)3194-7208

**E-mail:** cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.094.241

•Dissecar o cotidiano dos atores sociais-assentados, na perspectiva das liberdades instrumentais, como na questão da liberdade política, das facilidades econômicas e das oportunidades sociais, valorando a percepção dos mesmos;

•Abordar aspectos da reprodução do espaço no Assentamento Che Guevara e que rebatem em fatores que influenciam a organização da produção, como a inserção de tecnologias como a questão da aplicação de insumos e mecanização; além da importância da organização dos atores, em especial da potencialidade para a formação de cooperativa agrícola

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Benefícios: A sociedade passará a dispor de uma pesquisa e contribuição teórica com resultados mensuráveis, isto é, um subsídio social e acadêmico, disponível para novos estudos a respeito da temática, além de propostas coerentes que possibilitam ações públicas viáveis no que concerne à gerência dos espaços livres com qualidade de vida rural

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

No procedimento metodológico, os questionários (semiestruturadas) serão utilizados como instrumento de pesquisa, com o auxílio de equipamentos técnicos como câmera fotográfica e gravador de áudio. Dentro do universo de abordagens dos dados, optou-se pela pesquisa quantitativa e qualitativa, a fim de explicar os dados colhidos nas entrevistas e trabalho de campo, com apoio nas leituras realizadas e outros dados pertinentes, chegando-se, assim, às considerações finais acerca do tema e atividades realizadas em cada nível da pesquisa, em suas diferentes etapas, para a concretização dos objetivos propostos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos apresentados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não se aplica.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1260048.pdf	18/12/2018 23:00:09		Aceito

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**CEP:** 49.060-110

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**Telefone:** (79)3194-7208

**E-mail:** cephu@ufs.br





Continuação do Parecer: 3.094.241

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/12/2018 22:58:26	TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	18/12/2018 22:57:54	TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	16/12/2018 16:01:44	TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	06/12/2018 11:53:41	TAMIRES APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ARACAJU, 19 de Dezembro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Anita Hermínia Oliveira Souza**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**CEP:** 49.060-110

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**Telefone:** (79)3194-7208

**E-mail:** cephu@ufs.br